



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

KATIA MILENE FERREIRA DOS SANTOS CASTRO

MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de
patrimonialização dos bens culturais no território quilombola da
comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo
Nonato - PI: um estudo de caso.

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2023

KATIA MILENE FERREIRA DOS SANTOS CASTRO

**MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de
patrimonialização dos bens culturais no território quilombola da
comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo
Nonato - PI: um estudo de caso**

Dissertação apresentada a Universidade
Federal do Vale do São Francisco –
UNIVASF, Campus Serra da Capivara,
como requisito para obtenção do título de
Mestre em arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Alexandre
Farias Fontes

SÃO RAIMUNDO NONATO - PI

2023

Castro, Katia Milene Ferreira dos Santos

C355m

Memórias, lugares e histórias: o processo de patrimonialização dos bens culturais no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato – PI: um estudo de caso / Katia Milene Ferreira dos Santos Castro
- São Raimundo Nonato - PI, 2023.

172 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes.

1. Patrimônio cultural. 2. Arqueologia pública. 3. História oral. 4. Comunidade Lagoa das emas – Piauí. I. Fontes, Mauro Alexandre Farias. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecária: Kênia Leandra Ferreira Alves CRB/15: 886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
Rua João Ferreira dos Santos, s/nº, Campestre
CEP 64770-000 - São Raimundo Nonato/PI, Brasil. Telefone (89) 35829750
<https://portais.univasf.edu.br/pparque/> E-mail: cpgarque@univasf.edu.br

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA
Defesa Nº 11

Ata da Sessão Pública, de exame de Defesa de
Dissertação, como requisito para obtenção do título
de Mestre em Arqueologia, Área de Concentração
em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, via
plataforma remota *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo
Colegiado de Pós-Graduação em Arqueologia, composta pelos membros: Professor Dr.
Mauro Alexandre Farias Fontes (PParque-UNIVASF) – Orientador e Presidente da
Banca; Professor Dr. Rodrigo Lessa Costa (PParque UNIVASF), Professor Dr. Luiz
Gonzaga Baião Filho (UFAPE) e Professor Dr. Leandro Elias Canaan Mageste
(PParque UNIVASF), com a finalidade de julgar o trabalho da discente Katia Milene
Ferreira dos Santos Castro, intitulado "MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS. O
processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas,
no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso", para obtenção do
título de Mestre em Arqueologia. O desenvolvimento das atividades seguiu o roteiro de
sessão de Defesa Pública estabelecido pelo Presidente da banca, o qual realizou a
abertura e posterior condução e encerramento da sessão solene. Após analisarem o
trabalho e arguírem o (a) discente, os membros da Banca Examinadora deliberaram pelo
conceito APROVADA da discente, habilitando-a ao título de Mestre em Arqueologia,
na Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial, conforme o
regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UNIVASF. A
candidata deverá apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de não
expedição do Diploma, devendo o mesmo assinar o Termo de Compromisso anexo, que
passa a fazer parte integrante deste documento. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada
a presente ATA que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

São Raimundo Nonato-PI, 03 de fevereiro de 2023.

Membros da Banca	Assinaturas
*Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes (Orientador e presidente da banca)	Documento assinado digitalmente gov.br MAURO ALEXANDRE FARIAS FONTES Data: 21/03/2023 08:49:06-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
*Dr. Rodrigo Lessa Costa	Documento assinado digitalmente gov.br RODRIGO LESSA COSTA Data: 20/03/2023 19:15:41-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br



9
10
11
12
13
14
15
16

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
Rua João Ferreira dos Santos, s/nº, Campestre
CEP 64770-000 - São Raimundo Nonato/PI, Brasil. Telefone (89) 35829750
<https://portais.univasf.edu.br/pparque/> E-mail: cpgarque@univasf.edu.br

*Dr. Luiz Gonzaga Baião Filho



Documento assinado digitalmente
LUIZ GONZAGA BAIÃO FILHO
Data: 20/03/2023 18:44:31 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

*Dr. Leandro Elias Canaan Mageste



Documento assinado digitalmente
LEANDRO ELIAS CANAAN MAGESTE
Data: 20/03/2023 16:57:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

35 *Participação a distância – síncrona remota

Dedico este trabalho ao Senhor José
Pereira BonsOlhos (Derré) e ao meu
bisavó João Macário de Castro.

AGRADECIMENTOS

Eu preciso iniciar agradecendo a Deus, pelas bênçãos alçadas na minha vida, pela força e coragem que tenho para chegar aos meus objetivos.

Agradeço aos meus avós paternos, que também são meus pais afetivos e aos meus pais biológicos Demerval e Luzia (in memoriam) que mesmo de longe sei que me direciona ao bem. Agradeço por serem meu porto seguro durante toda a minha vida. Meus tios tem grande parcela para essa conquista em especial Genivaldo, Auricélia, Maricele, Rosângela, Simone e Valderina, pois me deram todo o apoio e incentivo necessário.

Gratidão aos meus amigos que estiveram comigo nos momentos difíceis desse ciclo em especial a Amanda Paes, Andreiza, Alinny Paes Landim, Paulo João, Ana Emília, Anderson Castro, Kássia Maria e a Jaionara Dias "Bruxinha". Obrigada pelo carinho, pela força e pelas orientações nas horas necessárias.

As pessoas da comunidade Lagoa das Emas eu agradeço pelo acolhimento e pelas boas conversas que tivemos ao longo desse tempo, agradeço de forma especial a Nailde Marques e Raimundo Nonato Marques, que me receberam de braços abertos desde o primeiro momento e me ajudaram em todas as etapas.

Obrigada minha priminha Júlia Clara, por ter me ajudado com as fotos e entrevistas, sempre me acompanhando nas visitas a comunidade.

Lembro-me do primeiro dia de aula quando o professor Leandro Surya falou que nada paralisava um mestrado, então na semana seguinte chegou o que ninguém imaginava, uma pandemia, um terror de destruições. Foram três anos de lutas diárias, momentos difíceis e ao mesmo tempo fortalecedores, em meio a tudo isso e a experiências pessoais aprendi que tudo tem a hora e o momento certo de acontecer em nossas vidas, se pude chegar até aqui foi graças ao meu bom Deus.

Por fim, agradeço a todo o corpo docente do programa de pós graduação em arqueologia, em especial ao meu orientador e colaborador prof. Mauro Alexandre Farias. Obrigada prof. Mageste, Rodrigo Lessa, Luiz Gonzaga Baião, Gabriel Frechiani e Alencar pelas contribuições nessa pesquisa.

"A toda a força e resistência do povo nordestino."

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade estudar a comunidade quilombola Lagoa das Emas, localizada na zona rural do município de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. A principal justificativa para o trabalho é o fato da localidade ser um importante referencial acerca de modos de vida, histórias, lugares, memórias e patrimonialização da história oral, fornecendo subsídios para a compreensão das dinâmicas de interações sociais das comunidades quilombolas na região sudoeste do Piauí, em consonância com outras áreas próximas, como a comunidade da Lagoa do Boi Morto e a Lagoa dos Moises. As populações quilombolas na região Sudoeste do Piauí representam um segmento que foi ignorado pela história oficial por muito tempo, até mesmo esquecido pelo Estado brasileiro. Nas últimas décadas, com o despontar de novas temáticas e engajamento social dentro da Arqueologia Brasileira, vem chamando a atenção de pesquisadores, em especial na Arqueologia Pública. Nesse contexto, os objetivos deste trabalho estão divididos em dois segmentos. Primeiro, o objetivo geral é compreender o processo de patrimonialização local, significação e ressignificação na comunidade Lagoa das Emas, partindo da narrativa dos moradores da comunidade. Segundo, os objetivos específicos são identificar os principais locais na comunidade que são designados como patrimônio; compreender os elementos que contribuem para o processo formativo da patrimonialização na comunidade Lagoa das Emas; socializar, através da educação patrimonial, os principais pontos relevantes da pesquisa para a comunidade. A metodologia da pesquisa está fundamentada nas seguintes etapas: primeira, a pesquisa documental e bibliográfica, segunda, a pesquisa de campo, a descrição do local da pesquisa, tanto imagética quanto escrita pelo pesquisador; terceira, as entrevistas semiestruturadas, onde a partir do uso de informações obtidas pelos moradores locais, construímos uma história a partir de outra perspectiva. Por fim, os resultados dessa pesquisa irá contribuir para a compreensão do processo de patrimonialização dos lugares, memória e história na comunidade quilombola Lagoa das Emas, podendo estimular estudos parecidos em outras comunidades quilombolas na região.

Palavras-chave: Arqueologia Pública; comunidade quilombola; comunidade Lagoa das Emas. Patrimonialização dos bens culturais.

ABSTRACT

The research project aims to study the quilombola community Lagoa das Emas, located in the rural area of the municipality of São Raimundo Nonato, in the state of Piauí. The main justification for carrying out this research is the fact that the location, the quilombola community Lagoas das Emas, is an important reference regarding the way of life, history, places, memory and heritage of the oral history of a community, providing important subsidies for the understanding of the dynamics of social interactions of quilombola communities in the southwest region of Piauí, thus being in line with other nearby communities, such as the community of Lagoa do Boi Morto and the community of Lagoa dos Moíses. Quilombola communities in the southwest region of Piauí represent a segment that was relegated by official history for a long time, even forgotten by the narrative of the Brazilian State, which has been emerging in recent decades, with the emergence of new themes and social engagement within archeology. Brazil, especially public archeology. The objectives of this work are divided into two segments: first, the general objective is to understand the process of local patrimonialization, meaning and re-signification in the Lagoas das Emas community, based on the narrative of the residents of the community; second, specific objectives, identify the main places in the community that are designated by the community as heritage (common heritage shared by everyone in the community, a kind of collective or social memory of the community; understand the elements that contribute to the formative process of heritage in the community Lagoas das Emas; socialize through heritage education the main relevant points of research for the community. The research methodology is based on the following steps: first, documentary and biligographic research, where material is selected that helped to understand the general object, both in general as a specific form; second, the field research, the description of the research site, both imagery and written by the research; third, the structured interviews, where from the use of the information obtained by the local residents, building a story to from another perspective. Finally, the results of this research will contribute to the understanding of the heritage process of places, memory and history in the quilombola community Lagoas das Emas, and may even be used as a reference in other quilombola communities in the region.

Keywords: Public archeology; quilombola community; Lagoa das Emas community; cultural heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Vista da Fundação e Museu do Homem Americano	37
Figura 2 -	Morador local trabalhando na cerâmica do Barreirinho	38
Figura 3 -	Centro de Visitantes no PNSC	39
Figura 4 -	Serra da Barriga União dos Palmares, Alagoas	47
Figura 5 -	Escavação realizada pelo professor Pedro Paulo Funari, na Serra da Barriga, na década de 1990	47
Figura 6 -	Distribuição espacial da Comunidade Lagoa das Emas	54
Figura 7 -	Senhor José pereira Bons Olhos (Derré)	55
Figura 8 -	Localização da casa do senhor José Pereira Bons Olhos (Derré)	56
Figura 9 -	Vista da comunidade	59
Figura 10 -	Os pés de figueiras na comunidade, local reuniões e conversas da comunidade das Lagoa da Emas, o parlamento da comunidade	59
Figura 11 -	Comunidade Lagoa das Emas	61
Figura 12 -	Prédio escolar municipal na comunidade Lagoa das Emas	63
Figura 13 -	Os moradores locais sendo orientados por agentes da Cáritas - Diocesana, no sentido de como promover uma melhor alimentação para seu rebanho durante a estiagem	64
Figura 14 -	Roça na comunitária, plantação de feijão e mandioca	64
Figura 15 -	As crianças gingando capoeira, na Igreja da comunidade	64
Figura 16 -	Roda de conversa com os entrevistados, da esquerda para direita: Regina Pereira, Maria Pereira Marques, Nailde Pereira Marques, Ayla Pereira Marques, Katia Milene	67
Figura 17 -	Roda de conversa com o entrevistado: Katia Milene, Raimundo Pereira Marques	68
Figura 18 -	Roda de conversa com o entrevistado: Katia Milene, Raimundo Pereira Marques, Vêi Dico	68
Figura 19 -	Roda de conversa com o entrevistado: Katia Milene, Julia Pereira Marques	69
Figura 20 -	Roda de conversa com o entrevistado: Maria Pereira Marques com a Katia Milene	69

Figura 21 -	Dona Júlia e o pote de cerâmica feito pela sua mãe	72
Figura 22 -	Pote feito pela mãe herdado pela Dona Júlia	72
Figura 23 -	Fazenda recreio, que pertencia ao senhor Baldoíno, no passado	74
Figura 24 -	Fazenda recreio, que pertencia ao senhor Baldoíno, no presente	75
Figura 25 -	Manoel Baldoíno de Castro	76
Figura 26 -	Maria José de Castro	76
Figura 27 -	Nova Casa de farinha em construção na comunidade	79
Figura 28 -	Prensa de madeira para compactar a massa da farinha	80
Figura 29 -	Forno a lenha para assar a farinha	80
Figura 30 -	Reservatório para colocar a massa de mandioca popularmente conhecida como (cocha)	81
Figura 31 -	Vista da parte de trás do forno de fazer a farinha	81
Figura 32 -	Sr. Raimundo, Vêi Dico, apresentado o cevador um maquinário da casa de farinha	82
Figura 33 -	Lajedo de rocha nas lagoas da Emas	83
Figura 34 -	O muro histórico na lagoa véa	84
Figura 35 -	A Pedra do sino, na lagoa véa	85
Figura 36 -	Figura de zoormofo na lagoa redonda	86
Figura 37 -	Figura de zoormofo na lagoa redonda	86
Figura 38 -	Vestígio da antiga Casa de Farinha	90
Figura 39 -	Aiol, utilizando para o transporte de cargas nos animais	91
Figura 40 -	Processo de retirada da casca da mandioca pela comunidade da Lagoa das Emas	92
Figura 41 -	Localização do Pé de Figueira	93
Figura 42 -	Igreja Católica do Sagrado Coração de Maria	94
Figura 43 -	Altar da Igreja	95
Figura 44 -	Sagrado Coração de Maria	96
Figura 45 -	Dona Raimunda na casa dela	98
Figura 46 -	A Casa da dona Raimunda, na comunidade Lagoa das Emas.	98
Figura 47 -	Escola José Pereira Bons Olhos, parte interna	99
Figura 48 -	Cemitério Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	101

Figura 49 -	Cemitério da comunidade Lagoas	101
Figura 50 -	Cemitério da comunidade da Lagoas das Emas	102
Figura 51 -	Bendito do Sagrado Coração de Maria	104
Figura 52 -	Irmãs rezadeiras Carmelita Eletícia e Maria Aparecida	104
Figura 53 -	Eletícia dos Santos Marques, com São Salvador, dado pela sua mãe	107
Figura 54 -	Os jovens da comunidade dançando ritmo afrodescendentes	108
Figura 55 -	Os jovens da comunidade dançando, a jovem de saia amarelada sentada é a Ayla Pereira Marques, uma das entrevistadas	108
Figura 56 -	Torneio José Pereira Bons Olhos	109
Figura 57 -	Quadra de esporte com iluminação na comunidade Lagoa das Emas	110
Figura 58 -	Canal do YouTube do Vêi Dico	111
Figura 59 -	Ponto de Cultura. Antiga casa de farinha	112
Figura 60 -	Ponto de Cultura. Antiga casa de farinha	113
Figura 61 -	Os alunos do Colégio Santa Cruz, na igreja da comunidade Lagoa das Emas	119
Figura 62 -	Os alunos do Colégio Santa Cruz, apresentação de capoeira, na comunidade das Lagoa da Emas	119
Figura 63 -	Conversa com o entrevistado: Katia Milene, Raimundo Nonato Pereira Marques e Maria Pereira Marques	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - A organização espacial das tribos indígenas no território piauiense	24
Mapa 2 - A localização do Parque Nacional Serra da Capivara	36
Mapa 3 - Localização do quilombo dos Palmares	42
Mapa 4 - Os Lugares de Memória da comunidade Lagoa das Emas (parte 1)	57
Mapa 5 - Os Lugares de Memória da comunidade Lagoa das Emas (parte 2)	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	OCUPAÇÃO ÍNDIGENA E COLONIAL NO PIAUÍ	24
3	ARQUEOLOGIA PÚBLICA	28
3.1	A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO MUNDO	28
3.2	A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL	32
3.3	A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO PIAUÍ	37
4	RESISTÊNCIAS: PRODUÇÃO DE QUILOMBOS E QUILOMBOLAS	41
4.1	AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PIAUÍ: A BUSCA POR UM ESPAÇO DE “FALA”	46
5	A COMUNIDADE DA LAGOAS DA EMAS: UMA ARQUEOLOGIA SENTIMENTAL DAS RESSONÂNCIAS PATRIMÔNIAIS	50
5.1	A COMUNIDADE DA LAGOA DAS EMAS: UMA DESCRIÇÃO DO ESPAÇO	54
5.2	UMA CARTOGRAFIA SENTIMENTAL DA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS	56
5.3	O INVENTÁRIO DAS DIFERENÇAS NA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E RESSONÂNCIA	68
5.3.1	Da História para o Patrimônio	72
5.3.2	Da Memória para o Patrimônio	89
5.3.3	O patrimônio natural e cultural material	90
5.3.3.1	As lagoas	90
5.3.3.2	A casa de Farinha	91
5.3.3.3	O Pé de Figueira	95
5.3.3.4	A Igreja	96
5.3.3.5	A casa da Raimunda	99
5.3.3.6	A escola	101
5.3.3.7	Os cemitérios na comunidade	102
5.4	O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS	104
5.4.1	Os festejos do Sagrado Coração de Maria	104
5.4.2	Os benditos	105

5.4.3	As matrizes afrodescendentes na comunidade Lagoa das Emas	109
5.4.4	O torneio de futebol “José Pereira Bons Olhos”	111
5.4.5	As brincadeiras na infância na comunidade	112
5.5	A CATARSE SOCIAL: O PONTO DE CULTURA	114
5.6	DO RES(SENTIMENTO) AO PATRIMÔNIO	116
5.6.1	As relações sociais na comunidade	118
5.6.2	A ausência dos poderes públicos	119
5.6.3	A questão da água	120
5.6.4	O turismo sustentável na comunidade	120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	133
	ENTREVISTAS CONCEDIDAS	141
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturado	142
	APÊNDICE B – Transcrição das entrevistas	146
	APÊNDICE C – Termo de autorização de imagem e som	160
	ANEXO A – Certidão de inteiro teor de imóvel	168
	ANEXO B – Ofício para Secretaria Municipal de Saúde de São Raimundo Nonato - PI	169
	ANEXO C – Ofício para Secretaria Municipal De Educação De São Raimundo Nonato - PI	170
	ANEXO D – Ofício para Agespisa de São Raimundo Nonato - PI	171
	ANEXO E – Ofício para Secretaria Municipal de Turismo De São Raimundo Nonato - PI	172
	ANEXO F – Planta baixa do Ponto De Cultura	173

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por finalidade abordar o processo de patrimonialização dos bens culturais, no território quilombola¹ da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, no sentido de ressoar questões relativas como memórias, lugares de memória e as histórias dos moradores locais, como um patrimônio cultural local.

O intuito deste trabalho é chamar a atenção acerca da importância da história, memória e patrimônio das comunidades quilombolas na região sudeste do Piauí, mais especificamente, na microrregião de São Raimundo Nonato. São histórias que precisam ser registradas, escritas e contadas a partir da perspectiva das pessoas que viveram e vivem nessas comunidades, que muitas vezes estão excluídas do discurso historiográfico predominante, quase uma história dos povos, fora da história oficial, **predominante, quase uma história dos povos, fora da história oficial (grifo meu).**

Esta dissertação está dividida em duas partes dos objetivos, um grupo com um objetivo geral e outro grupo, três objetivos específicos. Os objetivos são metas que se esperam alcançar ao término da pesquisa, sendo formulados a partir da análise da problemática que objetivada almeja responder.

O objetivo geral desta pesquisa é:

- Compreender o processo de patrimonialização da comunidade Lagoa das Emas, referenciado os lugares, sua memória social e sua história, a partir dos relatos de moradores locais, no intuito de compreender o processo de patrimonialização (como se transformou um patrimônio), uma herança cultural no local para comunidade local.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Identificar os lugares de memória, visando socializar a história e memória dessa comunidade, partir dos relatos orais da comunidade local, levando em consideração os aspectos culturais, históricos, sociais e educacionais;
- Elaborar um roteiro patrimonial acerca dos principais lugares considerados importantes pela comunidade local, registrando suas principais características e contendo sua história, posteriormente, transformando um material

¹De acordo com Funari e Carvalho (2005, p.24) “(...) a palavra ‘quilombo’ foi adotada apenas tardiamente para se referir a Palmares, e depois se expandiu por toda a colônia para designar um refúgio de escravos. Sua origem é africana, e parece quere dizer ‘separado’. No século XVII, em Angola, designava uma sociedade guerreira”.

didático para as pessoas da comunidade, em especial, os alunos;

- Socializar o conhecimento obtido com a produção da dissertação em formas de oficinas e palestras para as comunidades quilombolas da região, ressaltando a sua importância para a história, memória e patrimônio da presença afrodescendente na microrregião de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí.

A primeira justificativa para a realização desta pesquisa, é diagnosticar e compreender o processo de patrimonialização da comunidade da Lagoa das Emas. É assumir um compromisso social, político, econômico, educacional, arqueológico e patrimonial com a aquela comunidade, no sentido de registrar suas memórias individuais, memórias sociais e lugares de memória, garantindo sua perpetuação para as próximas gerações e conhecimentos para as gerações atuais.

A melhor forma para preservação da história, da memória, dos lugares e do patrimônio é a partir de práticas educacionais, associadas a práticas culturais, permitindo que a cultura se mantenha viva e ativa, não adotando uma perspectiva pétrea e cristalizada de patrimônio (CHOAY, 2006).

A segunda justificativa para realização desta pesquisa, é o compromisso em discutir as partes histórica, social, política, educacional e econômica com as comunidades quilombolas no Brasil, que tanto sofreram e sofrem pela ausência de políticas públicas efetivas de assistência para aquelas comunidades, onde os habitantes não conseguem na maioria das vezes, exercer seu pleno direito de cidadania, em especial, no que tange seus direitos sociais, algo basilar depois da Constituição da República Federal do Brasil de 1988, onde todos somos iguais perante a lei, mas precisamos sermos iguais na realidade (BRASIL, 1988).

A terceira justificativa é o compromisso social das instituições públicas de ensino superior ajudarem essas comunidades de alguma forma, seja através de programas sociais, educacionais ou realizações de pesquisas, desse modo, a educação é a melhor ferramenta na luta contra as desigualdades sociais, o conhecimento é algo que liberta e contribui para a melhoria de vida das pessoas, seja em qualquer meio social, política e cultural, o conhecimento é como sol, ilumina e indica os caminhos das pessoas (SEVERINO, 2007).

As universidades públicas brasileira precisam assumir um papel ativo no processo de mudança social, no sentido de buscar e criar ponte de conhecimento com as comunidades mais carentes, assim demonstrando que há uma perspectiva diferenciada de vida, com o ensino superior, não podendo ser um privilégio restrito a

poucos, mas deve ser um benefício que todos possam ter acesso, a uma universidade pública, gratuita, de qualidade e com engajamento social para a melhoria da sociedade.

A quarta e principal justificativa, eu, Katia Milene Ferreira dos Santos Castro, sou moradora de uma comunidade próxima (Castanheiro dos Macários) da comunidade Lagoa das Emas e cresci vendo muitas injustiças sociais, vendo o sofrimento daquelas comunidades quilombolas, sem a devida assistência do Estado, necessitando de acesso a educação, saúde, segurança e transporte. Eu cresci em meio dessas histórias, dessas memórias, dessas brincadeiras e dessas festas daquelas comunidades. Eu participei quando era criança e até sempre tento participar do cotidiano daquela comunidade, possuo um laço afetivo, imagético, social, cultural e histórico com aquele local, minha principal motivação é melhorar a vida daqueles moradores, a minha pesquisa é uma forma de chamar a atenção para importância daquela comunidade para a microrregião de São Raimundo Nonato, necessitando uma maior assistência do poder público municipal, estadual e federal.

Sou uma pessoa que viu na prática como a educação é transformadora ou como diria Nelson Mandela, “ educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”, eu através da educação, estudei em escola pública e formei-me arqueóloga e preservadora do patrimônio em uma universidade pública, localizada no interior do Piauí, fora de um grande centro urbano, mas é uma instituição de excelência. Também, estou cursando o mestrado em arqueologia na Universidade Federal Vale do São Francisco e pesquisando a comunidade que habitei na minha infância, um sonho que se tornou realidade, graças a educação, por isso, quero contribuir com a comunidade da Lagoa da Emas.

A quinta justificativa é contribuir para a produção de documentação para o reconhecimento dos títulos de terra do Território Quilombola Lagoa das Emas, junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária, assim garantindo subsídios que priorizem a expedição de títulos de propriedades para a comunidade local, servindo como jurisprudência para outras comunidades quilombolas na região, quem sabe indígenas por parte Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Costa (2011) afirma que os grupos indígenas, que eram considerados extintos no Piauí, durante século XIX, nos final do século XX e início do século XXI ressurgiram a partir dos seus descendentes, que autoidentificaram e pleitearam os direitos dos seus ancestrais, assim a Fundação Nacional dos Povos Indígenas embasou o

processo de reconhecimento de três comunidades indígenas no Piauí, no ano de 2010: 1ª) No município de Piri-piri, o grupo indígena Tabajara; 2ª) No município de Pedro II, o grupo indígena Codó Cabeludo, 3ª) No município de Queimada Nova, o grupo indígena do Cariri.

As principais justificativas para a realização dessa pesquisa são descritas acima, no sentido de sintetizar esse anseio em registrar esse segmento de uma história não tão estudada e contribuir para a melhoria do local e pensar no futuro dessa comunidade Lagoa das Emas, uma grande responsabilidade e missão.

Dentro desse contexto, **a principal problemática desta pesquisa** a ser elucidada é: Como os moradores da Lagoa das Emas percebem a patrimonialização dos bens culturais de sua história, memória e lugares na sua comunidade?

Os caminhos da pesquisa refletem uma opção metodológica adotada por um pesquisador, estando relacionando com os métodos, técnicas e o planejamento elaborado na tentativa de resolver uma problemática, através da análise de uma hipótese, contudo, em nenhum momento, o pesquisador é neutro, mas é necessário possuir um compromisso com seu trabalho e ter uma honestidade acadêmica e moral.

Dentro desse contexto, os caminhos metodológicos das etapas do processo no decorrer da execução desse projeto de pesquisa, também citando as indicações das possíveis fontes para a pesquisa.

1ª etapa: a pesquisa exploratória², ela visa um contato com o objeto de pesquisa, no sentido de avaliar suas potencialidades e limitações, a presença de fontes para a pesquisa e a viabilidade da execução da proposta do projeto, respondendo os requisitos acima, foi elaborado os próximos passos para o estudo da comunidade Lagoa das Emas.

2ª etapa: a pesquisa bibliográfica³, que visa a procura de livros ou trabalhos acadêmicos que possam contribuir para o conhecimento da temática pesquisada, tentando contextualizar de forma geral, mas também buscando trabalhos específicos que versam acerca do assunto na própria região. Foram encontradas monografias

²“(…) busca apenas levantar as informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa (SEVERINO, 2007, p. 127).

³“A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias é que especificamente interessa a este trabalho. Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto (…).” (LAKATOS, 1992 p. 43-44).

sobre a quilombos na microrregião de São Raimundo, como: BRAGA (2017); COELHO (2018); MOURA (2020); SANTOS (2021). Dissertações como: MATOS (2013) e OLIVEIRA (2020). Há outras referências que versem acerca da temática da Lagoa das Emas, que estarão presentes no corpo da dissertação.

Da perspectiva geral dentro âmbito da arqueologia histórica, arqueologia pública e antropologia, fortaleceram o suporte teórico para análise dos dados coletados e tratados durante a pesquisa, assim fornecendo um arcabouço para a análise, assim sendo, autores como: ALLEN (1998, 2006); FUNARI (1998, 2007; 2009); HALBWACHS (2009); LEMOS (2004); MAHFOU, SCHMIDT (1993); ORSER JR (1992); NORA (1993); POLLAK (1989, 1992, 1993); SALERNO, ZARANKIN, 2007; ZARANKIN; SENATORE (2002); SYMANSKI (2009); PROUS (1992); REIS (2011).

Os periódicos como, Clio Arqueologia e Clio História também serão utilizados como fonte de pesquisa, junto com a Revista da Sociedade de Arqueologia, a revista do Museu de História Natural de Minas Gerais e entre outros periódicos relevantes para o contexto da pesquisa.

3ª etapa: A pesquisa documental⁴, serão pesquisados documentos oficiais que versam acerca de alguma documentação sobre a Comunidade de Lagoa das Emas, mesmo tendo sido realizada por outros pesquisadores, mas sempre é bom pesquisar novamente, como, no 1ª Tabelionato de notas e ofícios de registros públicos de São Raimundo Nonato, na cúria da Catedral de São Raimundo Nonato e nos arquivos do Fórum de Justiça de São Raimundo Nonato, em especial, questões que versem acerca conflitos agrários, assim podendo fornecer um pouco do panorama atual da temática no local;

4ª etapa: Pesquisa de Campo, a elaboração de um protocolo para a pesquisa de campo⁵, onde serão enumerados os principais pontos a serem pesquisados durante o contexto com a comunidade de Lagoa das Emas, primeiro, a contextualização geográfica do local, visando seu referenciamento no espaço geográfico e suas relações com meio, que está localizado. O Google Earth será uma

⁴Pesquisa documental: “(...) tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Neste casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p.1 23).

⁵Pesquisa de campo: “(...) o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007, p.123).

ferramenta utilizada, delimitando o espaço da comunidade, das construções no local e como se relaciona com a paisagem natural e cultural, podendo ser um produto da ação da natureza ou ação humana ao longo do tempo (CLAVAL, 2010; SANTOS, 2008).

5ª etapa: pesquisa entográfica⁶, será realizada visitas dirigidas na comunidade Lagoa das Emas, no sentido de realizar o contato, explicar a justificativa e importância da pesquisa, realizando assim um levantamento fotográfico, a construção de um esquema acerca das disposições das habitações, os lugares que refletem a importância e uma descrição etnográfica⁷ do local pelo pesquisador, mas mediante a autorização da comunidade local, a pesquisa precisa ser consentida pelos moradores da comunidade, o primeiro registro como pesquisador no local.

Esta etnografia em um primeiro momento será uma descrição não estruturada em modelo formal, mas visando identificar os lugares de memória, as memórias e histórias do moradores locais, ressaltando a carga afetiva e emocional, tentando identificar a perspectiva de patrimonialização (patrimônio, no sentido de uma herança cultural) para eles. A perspectiva de patrimônio objetiva é uma construção de uma história vista de baixo⁸, baixo no sentido de ser uma perspectiva dos moradores locais, e não uma imposição do estado perante aos cidadãos através de instrumentos jurídicos e leis.

6ª etapa: A utilização de técnicas de abordagem quantitativa, partir de aplicação de questionários⁹ não identificados na comunidade local, onde estarão contidas questões, acerca dos lugares de memória, faixa etária, as relações com o local, as memórias e os locais sagrados e os problemas da comunidade, que as respostas serão transformadas em gráficos e tabelas para a melhor compreensão, tangendo formulários para uma mínima amostragem quantitativa.

⁶“(.) visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007, p.119).

⁷Geertz (2011, p.7) “Fazer a etnografia é como ter ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, debotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não como os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.”

⁸Sharpe (1992) afirma que a história vista de baixo, é uma perspectiva de história que amplia o leque de experiências históricas que a partir da narrativas de atores do processo histórico, levando em consideração do mais ou menos abastando, assim fornecendo um multiplicidade da narrativa histórica de um dado evento, não apenas narrativa oficial do estado.

⁹“Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” (SEVERINO, 2007,p.125).

7ª etapa: A utilização de técnicas de abordagem qualitativa, aplicação de um roteiro de entrevista¹⁰ estruturado¹¹ acerca das questões norteadoras da pesquisa, em especial, que verse acerca do processo patrimonialização do local, abordando os principais pontos citados na etapa anterior, a pesquisa quantitativa. O foco será pessoas jovens e especialmente, as mais velhas que podem citar o processo de ressonância dentro da comunidade Lagoas das Emas.

Desse modo, a análise qualitativa será uma tentativa de uma descrição etnográfica da comunidade, assim através da realização de entrevistas gravadas¹² e autorizadas pelos entrevistados, a história oral será utilizada nesse empreendimento de registro. A história oral permite que a emergência da opinião dos personagens do processo histórico, dando sua versão dos fatos, em especial, aqueles não alfabetizados, dando uma nova perspectiva aos fatos.

De acordo Meihy e Holanda (2010, p.14),

Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte de conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista.

8ª etapa: a síntese do material com a transcrição das entrevista e a produção da dissertação para apresentação para a banca avaliadora, posteriormente, será elaborado um material didático para a transformação em oficinas e palestras com a comunidade, uma forma de implementação de ações sobre a educação patrimonial garantindo assim o retorno do conhecimento para os moradores da comunidade da Lagoa das Emas, um compromisso meu com a comunidade, que convivi e convivo até hoje.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo aborda a ocupação indígena e colonial do Piauí, que conta a história da ocupação do

¹⁰“Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado (SEVERINO, 2007. P.124).

¹¹“padronizado ou estruturado – quando o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (LAKATOS, 2010, p.279)

¹²Podendo ser apenas áudio da entrevista ou áudio e vídeo, depende da autorização do entrevistado, a entrevista não pode ser constrangedora e causar traumas ao entrevistado, por isso, a necessidade de cuidado na elaboração do roteiro de perguntas.

território piauiense; o capítulo dois, construí uma narrativa da arqueologia pública no mundo e no Brasil, demonstrando a sua importância para a construção e reconstrução das identidades culturais dos povos excluídos do discurso historiográfico oficial, no caso, as comunidades quilombolas, mais especificamente, a busca por um lugar de “fala”.

No capítulo três, aborda a comunidade quilombola Lagoa das Emas, realizando uma descrição cultural e sentimento do “lugar”, no intuito de realizar um inventário das diferenças, onde os moradores contam suas memórias das suas vivências, sua noção de patrimônio e como é feito o conceito de ressonância pode ser aplicado dentro desse contexto cultural.

Neste momento é feito as entrevistas com os moradores selecionados dentro de um modelo semiestruturado, onde eles possuem o “lugar de fala”, assim construindo um discurso acerca da importância do espaço, as vivências e demonstrando a necessidade de criar formas de preservação cultural da comunidade Lagoa das Emas, onde memória, história, identidade quilombola e patrimônio encontram-se guardados na microrregião de São Raimundo Nonato, uma história de resistência, de vivências, de alegrias, tristezas e de anseios pelo pleno exercício de suas cidadanias, no estado democrático de direito brasileiro.

Concluindo, este trabalho está fundamentado em uma abordagem científica, mas também foi escrito de forma sentimental, de uma pessoa que viveu, conviveu e ainda convive com os moradores da Lagoa das Emas, onde sua história se cruza com o seu objeto de pesquisa, que acredita que a educação é a melhor maneira para alcançar a emancipação social, cultural e política daquela comunidade, que durante muito tempo foi esquecida pelos poderes estatais.

2 OCUPAÇÃO INDÍGENA E COLONIAL NO PIAUÍ

A história de ocupação do território piauiense é uma história escrita à sangue, foi um processo de adentramento por parte dos portugueses, que enfrentaram as comunidades indígenas que residiam no local, nos séculos entre os séculos XV ao XIX (CORREA, 2011). De acordo como historiador piauiense Odilon Nunes “(..) os índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí e também por todo o Nordeste” (NUNES, 1972, p.12).

O principal motivo para a ocupação foi a busca de um caminho terrestre entre

as capitanias do Ceará e o Maranhão, outro ponto importante foi ocupar o território para afugentar as potenciais estrangeiras rivais, como em especial, os franceses que realizavam comércio com os nativos (COSTA, 1974).

Mas o interior do território piauiense, em especial, o sul e o sudeste foi ocupado a partir da segunda metade do século XVII, através das bandeiras realizadas por Domingos Jorge Velho, que empreendeu campanhas contra os nativos, dominando a região entre os rios Poti e Parnaíba em 1662; a casa Torres oriunda da Bahia, também conseguiu grandes territórios entre as regiões do Gurguêia e Canindé, na segunda metade do século XVII, tornando-se um dos maiores latifundiários do Brasil (DIAS, 2002).

O modelo de ocupação foi implementado na instalação de fazendas de gado, tendo um forte crescimento, como “(...) entre 1697 a 1730, portanto, em 33, o número de fazendas do Piauí passou de 129 a 400, correspondendo à implantação de 8,2 a cada ano; 1730 a 1762, criaram-se, a cada ano, 4,2 novas fazendas, pois, em 1762, havia um total de 536 unidades” (BRANDÃO, 199. P.64).

Dentro desse contexto, a mão-de-obra indígena foi utilizada, através do aprisionamento e da amansamento, mas houve a utilização da mão-de-obra escrava negra no Piauí, inserido dentro de uma lógica do sistema capitalista, algo usual dentro do processo de produção da indústria açucareira na região Nordeste do Brasil¹³ no século XVII e XVIII (FREYRE, 2000, 2004; MOTT, 2010).

No território piauiense, os indígenas e nem os afrodescendentes aceitaram com passividade esse processo de escravização, assim buscando formas de resistir, lutar e fugir para outros locais.

A história da ocupação do território piauiense foi escrita à sangue pelos colonizadores, onde usurparam as terras dos primeiros moradores, as tribos indígenas, e ainda trouxeram à força os escravos afrodescendentes para trabalhar nas fazendas de gado e como, nas casas dos fazendeiros, sendo tratado como um bem móvel, passível, inclusive de serem incluídos em inventários.

¹³Freyre (2004, p.39) descreve como o funcionamento da dinâmica de latifúndio, monocultor, exportador e com a utilização da mão-de-obra escrava negra, destarte, afirmando que “(...) o sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil representando pela casa-grande (...). No caso do Piauí, era a fazenda de criação de gado de corte para a exportação, o centro gravitacional da estrutura econômica piauiense e espelho da emergência das representações, do fazendeiro, do empregado, do escravo e família, assim perdurando por muitos séculos e até hoje encontrado no interior piauiense.

Dentro da historiografia piauiense há divergências acerca das tribos indígenas que habitavam o território, também questões conceituais e terminológicas desses grupos culturais, que praticamente desapareceram do mapa, depois do contato com os colonizadores.

Entre os séculos XVIII ao XIX, os as tribos indígenas foram erradicadas pelos colonizadores portugueses, emergindo a figura do coronel João do Rego Castelo Branco, conhecido como “El matador” de índios, empreendendo campanhas contra as tribos Acroas, Guguês, Pimenteiras e Timbiras. Na região de Caracol, o cabo José Dias empreendeu uma campanha contra os índios pimenteiras, em 1807 (CHAVES, 2005)

Os índios piauienses tentaram um grande levante contra os portugueses entre 1712 a 1713, sob o comando de Manu, a região da barra do Poti, sendo massacrados pelos portugueses. Pouco a pouco a história dos povos indígenas piauiense foi sendo apagada pelo registro do colonizador, sendo o último registro indígena que remontaria o ano de 1862 (NUNES, 2007) (ver mapa 1).

Mapa 1 - A organização espacial das tribos indígenas no território piauiense

sabendo do futuro deles como escravos, uma vida sem muita perspectiva.

De acordo Lima (2005, p.155), que realizou um estudo acerca dos escravos nas fazendas nacionais piauienses afirma que,

Em geral, nessa família escravizada não se nutriam expectativas de proteção e manutenção das relações, o que resultava no desinteresse por aumento de descendentes e por acumulação e conservação de bens. Embora fosse permitido aos trabalhadores escravizados das fazendas o acúmulo de bens e existissem casos de pequenas posses, as autoridades não se asseguravam aos descendentes a transmissão por herança. Sem estabilidade afetiva e econômica, os núcleos familiares sustentavam-se em frágeis relações pessoais, definidas a partir da necessidade de agregação, comum a todas as espécies. Nos núcleos familiares, todos os membros deveriam saber que o convívio poderia ser breve, embora fossem levados a acreditar na estabilização e na manutenção dos vínculos, fruto de uma política administrativa de aparente valorização da subjetividade dos trabalhadores escravizados, que se tornou um eficaz instrumento de dominação.

Fugindo das fazendas e buscando refúgios em quilombos, tentando buscar um local para reconstruir suas identidades, em um novo espaço social, sem a presença do governo oficial.

O escravo Cosme Bento das Chagas (1800-1842) foi um dos líderes do movimento balaio, enfretando as tropas governamentais maranhense e piauiense, congregando os escravos aquilombados, detendo uma grande influência política e militar na região Norte do Maranhão e Leste do Itapicuru, liderando mais 3 mil escravos nas matas de Codó, na província do Maranhão, libertando os escravo por onde passava, sendo preso e enforcado em 1842, em Itapecuru no Maranhão (DIAS, 2002).

No Piauí, os grupos indígenas não aceitaram com facilidade a escravidão do colonizador, posteriormente, gerando verdadeiras guerras de dizimação ou extermínio.

3 ARQUEOLOGIA PÚBLICA

3.1 A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO MUNDO

A busca por uma identidade cultural e nacional, apoiando-se nas pesquisas arqueológicas e antropológicas, permitindo a emergência de grupos sociais

silenciados em meio a um grupo social, econômico e cultural silenciados pelo discurso oficial do estado colonizador, dando um pouco de voz, as pessoas que não tinham e tentando ser desvincular e repudiar seu passado colonial, no entanto, a arqueologia conseguiu fornecer os elementos para a construção de um campo para abordar a heterogeneidade, o conflito e a construção das identidades sociais (ORSER JR, 1992; OLIVEIRA, 2005).

A arqueologia pós-processual que inicia-se entre as décadas de 1970 e 1980, adotando uma postura crítica contra o status e defendendo uma nova perspectiva da realizar o trabalho arqueológico, distanciando da perspectiva processual (HODDER, 1994). O arqueólogo inglês Ian Hodder é o expoente dessa perspectiva teórica, adotando uma perspectiva simbólica e abordando a questão da narrativa arqueológica (PATTERSON, 2007).

As ideias pós-processuais adentraram no Brasil, na década 1980 e 1990, possibilitando uma série de reflexões acerca do fazer arqueológico, mas o campo da teoria arqueológica é um labirinto cheio de caminhos e de difícil classificação, em especial, a parte conceitual (MONTICELLI, 2010).

A arqueologia pública surgiu dentro desse contexto na década de 1970, sendo originário da obra do pesquisador Charles McGimsey III, que publicou o *Public Archaeology* em 1972, onde abordou os efeitos do processo de industrialização e urbanização nos Estados Unidos, demonstrando seu impacto no meio ambiente e a destruição dos sítios arqueológicos. A perspectiva do discurso da arqueologia pública é perspectiva engajada e atuante na defesa do patrimônio arqueológico, no sentido de um compromisso¹⁴ em defender o patrimônio arqueológico (FERNANDES, 2007).

Para Funari (2007, p.70-71),

A partir da década de 1990, esse engajamento levou a um crescente dinamismo da chamada Arqueologia Pública (public archaeology), entendida como toda a pletora de implicações públicas da disciplina, do cuidado pelo patrimônio aos direitos humanos. A partir do final da década de 1990, há um crescente pluralismo interpretativo na Arqueologia. Os modelos fundados no histórico-culturalismo continuam muito difundidos, tanto por serem os que mais cedo

¹⁴Funari (2007, p.133-134) afirma que "(...) tornar-se arqueólogo consiste em saber que qualquer escavação deve tornar-se uma publicação, acessível à comunidade científica. Significa saber que os artefatos não podem ficar abarrotando os depósitos, inéditos. Para tanto, em diversos países, há regulamentos públicos que apenas permitem que os arqueólogos desenvolvam novos projetos se publicarem, tanto o relato da escavação, quanto o material arqueológico recolhido. Tornar-se arqueólogo implica em considerar que a patrimonialização dos objetos faz parte integrante do ofício arqueológico".

surgiram e terem continuado a desenvolver-se, como por responderem a inquietações históricas concretas, como é o caso da busca das origens pré-históricas de povos como os tupis ou os guaranis. A partir da década de 1960, uma vertente histórico-cultural importante em certos países latino-americanos foi a Arqueologia Social LatinoAmericana, teoria fundada em Childe e que se aplicou bem à reconstrução das grandes civilizações pré-colombianas, como a maia, inca e asteca, que estariam na base das modernas nacionalidades de países com forte presença indígena, como o México e o Peru.

Emergiram nos Estados Unidos questões como, a relação entre os grupos culturais e o patrimônio cultural, em especial os Parques Nacionais a elaboração do ato de preservação Histórico e Arqueológico, no ano de 1974, que foi um marco no processo gerenciamento do patrimônio, contribuindo inclusive para a questão do salvamento arqueológico (ALVES, 2014).

As principais influências teóricas metodológicas, no que emergiram campo da arqueologia pública, estão relacionadas a reflexão do saber arqueológico, como as influências das ideias marxistas na Arqueologia Social Latino Americana, com reflexões acerca da apropriação do patrimônio, dentro de um viés de conflitos emancipação político, social e cultural, trazendo a perspectiva das classes econômicas menos favorecidas, nas décadas de 1970 e 1980, como 39^a Congresso Internacional de Americanistas na década de 1970.

As suas principais teses estão pautadas na visão da Arqueologia como uma ciência social; objetivavam utilizar o passado como forma de transformação social do presente, assim conseguindo uma construção de identidade cultural, fundada nas classes sociais menos abastadas; a ressignificação do patrimônio cultural e a herança cultural dos habitantes do período pré-colombiano, distanciando da ótica do discurso hegemônico do colonizador europeu; a aplicação das ideias marxistas ao contexto das sociedades pré-colombiana, dando ênfase ao materialismo histórico, em especial, do arqueólogo australiano Gordon Childe (1882-1957); o uso de terminologias marxistas e adaptações teóricas para o contexto das sociedades latino americanas. As principais obras e autores são: *La Arqueologia como Ciência Social*, Luis. G. Lumbreras (Peru); *Antigas formações e modo de produção venezuelanos*, de Mario Sanoja e Iraida Vargas (Venezuela); *Luis Felipe Bata, Arqueologia e Marxismo* (Chile); *Oscar M. Fonseca Zamora* (FRANCH, 1989; ALVES, 2002).

A influência das ideias pós-processuais, no final da década de 1970 e início da década 1980, é um importante fator a ser citado dentro do âmbito da arqueologia

pública, com uma perspectiva crítica acerca da visão da arqueologia, fugindo da perspectiva dominante do movimento processualista (TRIGGER, 2003).

O arqueólogo inglês Ian Hodder é um dos principais expoentes desse movimento, partindo de um referencial teórico antropológico e sociológico de Clifford Geertz, Paul Ricoeu e Pierre Bourdieu, dando ênfase a questão da narrativa, em detrimento da busca uma ciência arqueológica preditiva (PATTERSON, 2007).

Os principais pontos-chaves da narrativa de Hodder são: a discordância do ponto de vista da narrativa teórica, positivista; a interpretação é vista de forma hermenêutica; discordância da separação do material e o ideal; é necessário e possível se questionar os pensamentos e valores de um tempo distante; o indivíduo possui uma papel ativo dentro do sistema cultural; a cultura material é semelhante a um texto, pode ter múltiplas interpretações; a relevância do contexto para o entendimento dos fatos; os resultados das nossas interpretações possuem implicação e ressonância política (JONHSON, 2000).

Reis (2010, p.51) afirma que,

Para os pós-processualistas, o conhecimento arqueológico é subjetivo e não possibilita a descoberta de leis ou generalizações universais, nem verdades absolutas. Discordam os processualistas que propõem que o ambiente ou as forças sociais externas aos grupos humanos sejam fatores predominantes de mudança cultural ou de escolha cultural em termos de teorias funcionalistas e ecológico-culturalistas. A mudança é também ação motivada e escolhas comportamentais por indivíduos dentro de uma coletividade. Além de padrões comportamentais que estão envolvidos na mudança cultural, existem motivações e desejos pessoais na constituição de um mundo cultural.

A segunda tendência é a perspectiva de pensamento pós-estruturalista, direcionada pelos arqueólogos Michael Shanks e Christopher Tilley, fundamentado em autores como Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Derrida Anthony Giddens, Jean-Paul Sartre, Walter Bejanmin, Jürgen Habermas, Hans-George Gadamer, postulando as seguintes ideias (PATTERSON, 2007).

A outra perspectiva é alicerçada nas ideias do arqueólogo marxista norte-americano Mark Leone, que construiu suas narrativas nas obras de autores, o sociólogo Louis Althusser, o filósofo francês Jean-Paul Satre, o filósofo alemão Jürgen Habermas, Paul Ricoeur.

As ideais pós-processualistas ressoaram e ressoam na arqueologia, ocasionando muitos questionamentos e discussões acerca de questões teórica,

metodológicas, o produto do trabalho dos arqueólogos e a função da arqueologia, no contexto que está inserida, influenciando a arqueologia pública.

A arqueologia pública é um fazer comprometida, do ponto de vista ético e político, no sentido de possuir um compromisso social e um engajamento dos profissionais da arqueologia, no sentido de dar voz e espaço para os excluídos do discurso de poder predominante, com menores recursos econômicos.

Para Funari (2010, p. 100; 101;104),

A arqueologia é sempre política, responde a necessidades político-ideológicas dos grupos em conflito nas sociedades contemporâneas. (...) A criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas vezes, com arqueologia. Neste caso, predominam com frequência os interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado. [...] De maneira geral, a arqueologia tem privilegiado os artefatos dos segmentos dominantes das sociedades estudadas como objetos admiráveis, justamente, pelo seu caráter elitista. Sobre essa valorização da cultura das antigas classes dominantes e seus liames com a sustentação ideológica do predomínio, na atualidade, da cultura erudita [...].

A publicação de dois volumes voltados para o campo da Arqueologia Pública, na *European Journal of Archaeology*, em 1999, demonstrando que abrangência e importância desse novo segmento da arqueologia, não estando restrito apenas aos Estados Unidos.

A organização do livro *Public Archaeology* do pesquisador Nick Merriman, no ano de 2004, é uma importante obra acerca da temática, realizando discussões sobre o assunto, demonstrando a importância da Arqueologia Pública, no contexto da ciência arqueológica.

3.2 A HISTÓRIA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL

A proposta de construção do saber arqueológico do profissional da arqueologia é dar voz aos participantes de uma pesquisa e incentivar a proteção e preservação do patrimônio, no tentando construir uma narrativa próxima da “História vista de de baixo”, do historiador inglês Edward Thompson (SHARPE, 1992).

A proposta da arqueologia pública está pautada dentro desse contexto, a serviço da pesquisa, com uma proposta de engajamento social e missão de proteger o patrimônio cultural, uma preocupação com a função do patrimônio no contexto social, um dever a cumprir na socialização do conhecimento arqueológico, com um

papel de emancipação social, cultural e política.

De acordo com Bezerra (2011)

(...) a Arqueologia Pública é uma forma de praticar a Arqueologia e que compreende o fazer arqueológico dentro de uma perspectiva circular (Bezerra, 2009b), na qual as narrativas locais sobre o passado são consideradas na construção e na reorientação das pesquisas acadêmicas; e não como um conjunto de ações para o público, entendido de maneira genérica”.

O Congresso Mundial de Arqueologia, no ano de 1986, é um ponto inicial para pensar-se o processo de influência da arqueologia pública no mundo, no Brasil, a partir da década de 1990, é observado as primeiras pesquisas na área, onde partiu de um posicionamento dos arqueólogos brasileiros, que buscavam além dos dados, além das leis preditivas, mas dar um caráter mais engajado e um comprometimento com o fazer do arqueólogo, a arqueologia não era apenas uma ciência a serviço de si mesmo, mas uma ciência a serviço da sociedade (FUNARI, ZARANKIN, STOVEL, 2005).

De acordo com Funari (2007, p.2),

A Arqueologia mundial passou por transformações profundas, nas últimas décadas. Surgida no século XIX, no bojo da expansão imperialista, a disciplina caracterizou-se, por muitas décadas, por abordagens elitistas e por um distanciamento da sociedade. Ancorada nas certezas da pesquisa imune às transformações sociais e científicas. A emergência dos movimentos e conflitos sociais veio alterar esse quadro.

Os arqueólogos que iniciaram seus trabalhos no campo da arqueologia pública, fundamentados nas ideias pós-processuais, criticando as hierarquias e a dominância de alguns discursos arqueológicos (FUNARI, ZARANKIN, STOVEL, 2005); a busca por novos objetos de estudos novas metodologias e novas fontes (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002); a construção de uma arqueologia crítica e engajada, em detrimento de uma arqueologia racional, processual, imparcial e realista; o desenvolvimento da perspectiva pós-processual, em cocontraposição da perspectiva processual (FUNARI, 2007), por fim, a busca por uma nova fronteira na arqueologia brasileira, uma arqueologia pós-moderna, descolonial e multidentitária, um admirável mundo novo a ser explorado, “(...) incluindo tópicos como políticas arqueológicas, educação, política, religião, etnicidade e Arqueologia, envolvimento público em Arqueologia” (FUNARI, OLIVEIRA, TAMANINI, 2005).

As reflexões acerca do conceito de arqueologia pública são multifacetadas, mas demonstram uma característica em comum: um fazer arqueológico engajado, um compromisso do arqueólogo com a sociedade. Ressaltando a importância do compartilhamento dos resultados das pesquisas arqueológicas com a comunidade acadêmica, mas também com o público em geral (FUNARI, BEZERRA, 2012). Visa também estimular a preservação do patrimônio arqueológico, a partir do compartilhamento das informações, gerando um sentimento de pertencimento da comunidade estudada (BASTOS, 2007).

Bezerra (2011) considera a arqueologia pública uma “(...) vertente da arqueologia”, um “(...) produto e vetor de reflexões acadêmicas, relações políticas e estratégias de gestão (...), um “(...) instrumento de ação política e social (...)” e “(...) uma forma de praticar a arqueologia dentro uma perspectiva circular”, repensar da *práxis* arqueológica (sujeito e objeto da pesquisa) (BEZERRA, 2011);

O papel social da arqueologia e seu lugar de fala dentro da arqueologia brasileira deve estar focado na responsabilidade ética do arqueólogo com seu trabalho; a multivocalidade da arqueologia pública no Brasil; a construção de um discurso polifônico e dialógico; a possibilidade da participação das minorias culturais dentro dos macrogrupos culturais dentro do registro arqueológico, demonstrando a uma circularidade cultural (ALLEN, 2006); a valorização da micro história cultural aplicado aos estudos culturais e aos grupos estudados (LEVI, 1992); a possibilidade de ajudar os grupos desamparados do poder estatal nas reivindicações de suas demandas educacionais, políticas e sociais, tipo as comunidades indígenas e quilombolas, contribuindo na preservação do seu patrimônio cultural material e imaterial.

A Arqueologia Pública brasileira está encampando questões importantes do fazer arqueológico, como: a redefinição das atribuições das pesquisas arqueológicas e suas consequências, uma busca de arqueologia preventiva (FOGOLARI, 2009); o repensar do saber arqueológico e para quem serve esse conhecimento, mais especificamente, a qual grupo social, político e econômico (MONTICELLI, 2010); uma necessidade de compartilhar as práticas com as sociedades estudadas (BASTOS, 2007); realizar uma descrição cultural densa desses grupos (GEERTZ, 2011); o papel do arqueólogo no gerenciamento do patrimônio cultural, as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais (FUNARI, PELEGRINO, 2009); o impacto da cultura de massa e a influência da sociedade de consumo, que colocam em risco as culturas locais e que podem ocasionar um risco de etnocídio cultural (FERREIRA, 2008).

Enquanto Eremites Oliveira (2005) é “(...) uma arqueologia socialmente engajada (...)”. Para Funari e Robrahn-González (2008) é um “(...) posicionamento político diante do trabalho com a cultura material, envolvendo um sentido mais amplo de responsabilidade e justiça no contexto profissional”, “(...) não é uma especialização, mas um compromisso ético e político (...)” e “(...) uma forma de conduzir as pesquisas arqueológicas independente do objeto de estudo (...)” (FUNARI, BEZERRA, 2013). Por fim, a Arqueologia Pública é Arqueologia Pública, com seu objeto de estudo, seus métodos e técnicas e seu campo de atuação, é um conceito apropriado para delimitar a Arqueologia Pública.

De com Carvalho, Funari (2009), apud Corenlius Holtorf (2009), os principais modelos de Arqueologia Pública ,no Brasil, são:

1ª) Modelo educacional tradicional: voltado para uma tradição iluminista, distanciando objeto de pesquisa e pesquisador. A arqueologia como uma tentativa de reconstrução fiel do passado e o arqueólogo como autoridade e produtor e transmissor do conhecimento de forma vertical;

2º) Modelo de relações públicas (arqueologia como marca e um produto): Voltado para a propaganda do saber arqueológico, visando angariar fundos e fornecer uma justificativa verbas dos trabalhos arqueológicos;

3º) Modelo democrático: a comunidade é convidada para participar da construção do saber, sendo sua opinião relevante nesse processo.

A primeira reunião internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, em 1998, foi um marco inicial para discussões teóricas acerca da temática e demonstrando a sua importância para o contexto da arqueologia brasileira (FUNARI, 2007).

A construção de uma teoria arqueológica no campo da arqueologia brasileira, ainda é um assunto muito complexo de grandes discussões, no sentido de possuímos uma tendência histórica, cultural e científica de importamos as ideias do exterior, para a aplicar dentro nacional, assim nem sempre conseguindo abarcar nossa totalidade (FUNARI, 2010).

Reis (2010) realiza uma discussão acerca do lugar de teoria arqueológica no Brasil, demonstrando uma grande confusão e uma sequências de labirintos, uma tendência ao sincretismo teórico.

Netto (2001) ao trabalhar a questão conceitual dentro do campo rupestre percebeu também que é muito complicado, as vezes uso incorreto de uma sistema

conceitual poderia trazer mais problemas, do que soluções para uma pesquisa arqueológica, no campo da arte rupestre, imagina no campo da arqueologia que envolve questões culturais, sociais, políticas e antropológicas, pode-se fazer uma analogia com um campo minado, onde nem sempre é possível saber o melhor local para pisar, onde o dano seria menor, mas é necessário o uso da teoria para a compreensão do fazer arqueológico.

De acordo com Reis (2010, p.12) afirma que,

O lugar da teoria na Arqueologia brasileira é ainda motivo de indefinições, de resistências. As práticas de campo com os métodos e técnicas já bem conhecidas e desenvolvidas, bem como as análises quantitativas e descritivas nos laboratórios, pontuam as fronteiras que mapeiam a pesquisa arqueológica no Brasil. Nas publicações, em sua grande maioria, os marcos teóricos permanecem tênues ou ocultos.

Dede dos anos de 2000, despontando por trabalhos que buscavam relacionar prática arqueológica e gestão do conhecimento arqueológicos com a sociedade (FUNARI, 2010). Os principais pesquisadores da temática no Brasil são: Pedro Paulo Funari, Unicamp; Marcia Bezerra, da UFPA; Flávio Calippo, da UFPI; Lúcio Menezes Ferreira, da UFPel; Jorge Eremites, da UFPel; Paulo Jobem, da UFS; Gilson Rambelli, da UFS; Andrés Zarankin, da UFMG; Jóina Freitas Borges, da UFPI

A publicação da Revista de Arqueologia Pública é uma das primeiras publicações voltadas exclusivamente para a temática, desde 2005, divulgando pesquisas sobre o assunto no Brasil, de forma eletrônica. A incorporação do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientes, da Unicamp, em 2009, foi outra importante ação que contribuiu para o desenvolvimento da temática, sob a coordenação do professor Pedro Paulo Funari, um grande pesquisador e entusiasta da arqueologia no Brasil, um dos grandes autores de teoria arqueológica. Outro ponto relevante, foi a criação de linhas de pesquisas que abordaram a temática em programas de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras, ocorrendo o aumento na produção de trabalhos de monografias, dissertações e teses na área da arqueologia pública (FUNARI, 2007)

. A criação do laboratório de Arqueologia e estudo da paisagem foi importante no desenvolvimento de pesquisas acerca da arqueologia pública e da paisagem, contribuindo para a discussão das temáticas, na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, em 2009.

A publicação de trabalhos na área, também favoreceram a consolidação da arqueologia pública, no Brasil, como os trabalhos de: Tatiana Costas Fernandes, trabalho “Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre arqueologia pública no Brasil” MAE-USP em 2008; Fabíola Andréa Silva, trabalho “Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico”, de 2009; Lúcio Meneses e Pedro Paulo Funari, trabalho: “Arqueologia Como prática política”, 2009; Lúcio Meneses e Pedro Paulo Funari, trabalho: “Arqueologia Como prática política”, 2009; Fernando Alexandre Soltys, trabalho “Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na Arqueologia Pública”, UFMG em 2010; Marcia Bezerra, com o trabalho “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil” de 2011; Jaisson Teixeira Lino (UFFS) Katianne Bruhns (FAEPESUL), trabalho: “Os arqueólogos e os índios...vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas”, de 2011; Tatiana Costa Fernandes e Laercio Loiola Brochier, trabalho: “A educação patrimonial na avaliação de impacto ambiental: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de Arqueologia Pública”, 2012; Solange Bezerra Caldarelli, trabalho: “Arqueologia Preventiva: uma disciplina na confluência da Arqueologia Pública e da avaliação ambiental”, 2015; Laize Carvalho Sousa e Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, trabalho “Arqueologia Pública: Um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no estado do Piauí”, 2017; Laize Carvalho De Sousa, trabalho: “Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social”, UFPI de 2017.

A coletânea de artigos no livro *A Multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil: comunidades, práticas e direitos*, publicado no ano de 2017, que aborda questões referentes a arqueologia pública brasileira, com trabalhos de várias regiões do país, realizando discussões acerca do impacto do licenciamento ambiental e arqueológico e a importância da construção da narrativa das comunidades locais, impactadas pelas obras arqueológicas, uma obra de referência na área da arqueologia pública brasileira.

3.3 A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO PIAUÍ

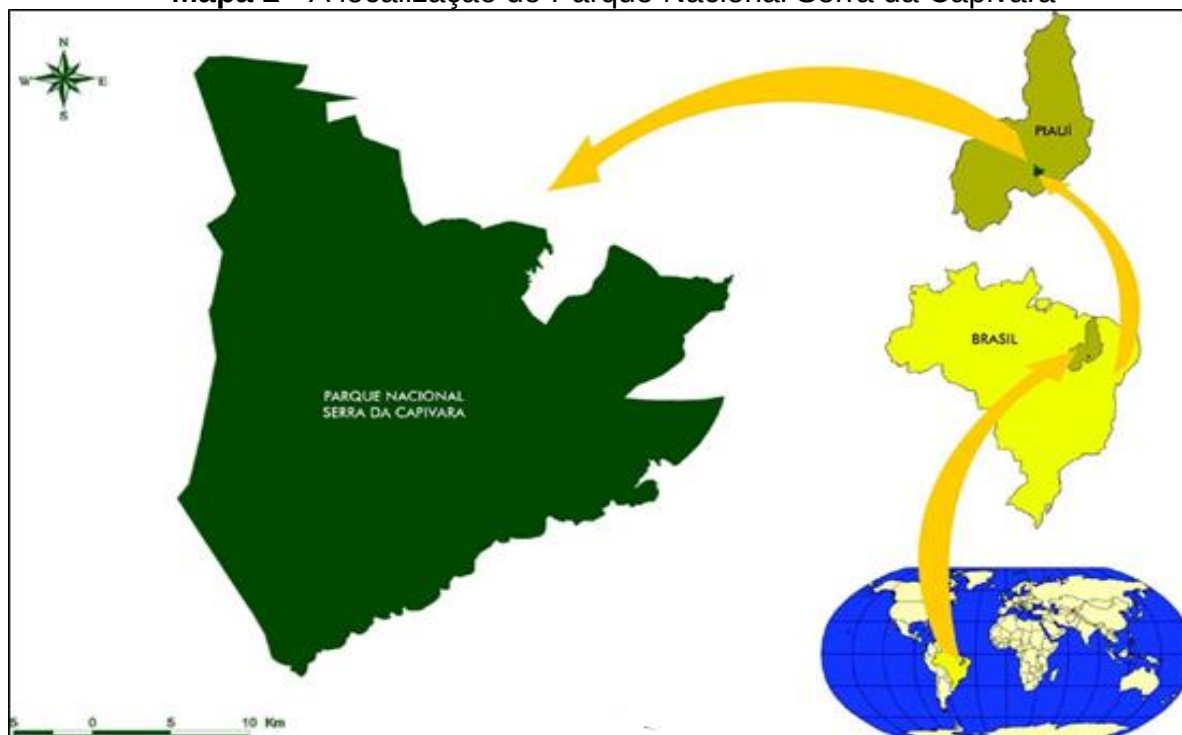
O estado do Piauí não está fora desse contexto da arqueologia pública brasileira, as publicações despontam no final da década de 1990 e anos 2000, influenciando uma geração de arqueólogos, em especial, os alunos dos cursos de graduação em Arqueologia, na UNIVASF e UFPI e no Programa de Pós-graduação de Antropologia e Arqueologia, da UFPI.

A questão da reflexão do fazer do trabalho arqueológico, o envolvimento com as comunidades locais, o resgate das identidades culturais dos indígenas e quilombolas e a necessidade de socializar o conhecimento arqueológico com essas comunidades.

Mas os trabalhos no campo da arqueologia pública, no Piauí, iniciaram-se muito antes, ressalte-se a implantação do Parque Nacional Serra da Capivara, na região sudeste do Piauí, um exemplo de transformação social, pesquisa científica e proteção ambiental, liderado pela equipe franco-brasileira com a professora Niède Guidon.

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado entre os municípios de São Raimundo Nonato, Brejo do Piauí, João Costa e Coronel José Dias, compreendendo uma área de 130.000 hectares e 129, 235 quilômetros de perímetro (ARAÚJO *et al.*, 1998) (ver mapa 2).

Mapa 2 - A localização do Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: FUMDHAM. Disponível em: www.fumdam.org.br. Acesso em: out. 2013.

Os trabalhos da professora Niéde Guidon demonstram uma grande preocupação com a questão social do lugar de pesquisa, algo inédito dentro da arqueologia até o presente momento das décadas de 1980 e 1990, sob a direção da FUMDHAM, que foi criado em 1986, para apoiar as ações de desenvolvimento da pesquisa arqueológica (ver figura 1).

Figura 1 - Vista da Fundação e Museu do Homem Americano



Fonte: <http://www.fumdam.org.br/a-fundacao>. Acesso em: 25 out. 2018.

Outro ponto importante foi a elaboração de um plano de manejo para unidade em 1991, criando um conjunto de ações, que contribuísse para reduzir da implantação, melhorar a qualidade de vida das pessoas e gerar empregos e renda. Foram criadas escolas para os moradores locais do parque, com contratação de professores de fora do estado e com um alto padrão de qualidade (ver figura 2).

Também foram implementadas atividades de desenvolvimento sustentável, como: a) a produção da cerâmica artesanal, foi criado um produção de cerâmica temática com desenhos das pinturas rupestres, de alta qualidade e sendo vendida no Brasil e no exterior, sendo os próprios moradores que produzem a cerâmica, assim gerando emprego e renda na comunidade; b) a atividade da apicultura, foi criado uma cooperativa de mel, Floramel, que estimulou a produção de mel pelos agricultores, fornecendo o equipamento e dando o treinamento necessário; c) o treinamento dos moradores para trabalharem como guia turístico, no local; d) a contratação dos moradores locais para trabalharem na FUMDHAM e como guardas no parque; e) o incentivo de pesquisa arqueológicas, ambientais e abertura do campus da Universidade Federal Vale do São Francisco, com a curso superior de arqueologia; f) a redução das atividades predatórias, como caça de animais silvestres e exploração da madeira nativa, no local, permitindo que o local se tornasse um refúgio para os animais locais, inclusive com a presença de dois animais endêmicos da caatinga, o

moco e lagartixa da serra (GUIDON, 1991, 2007).

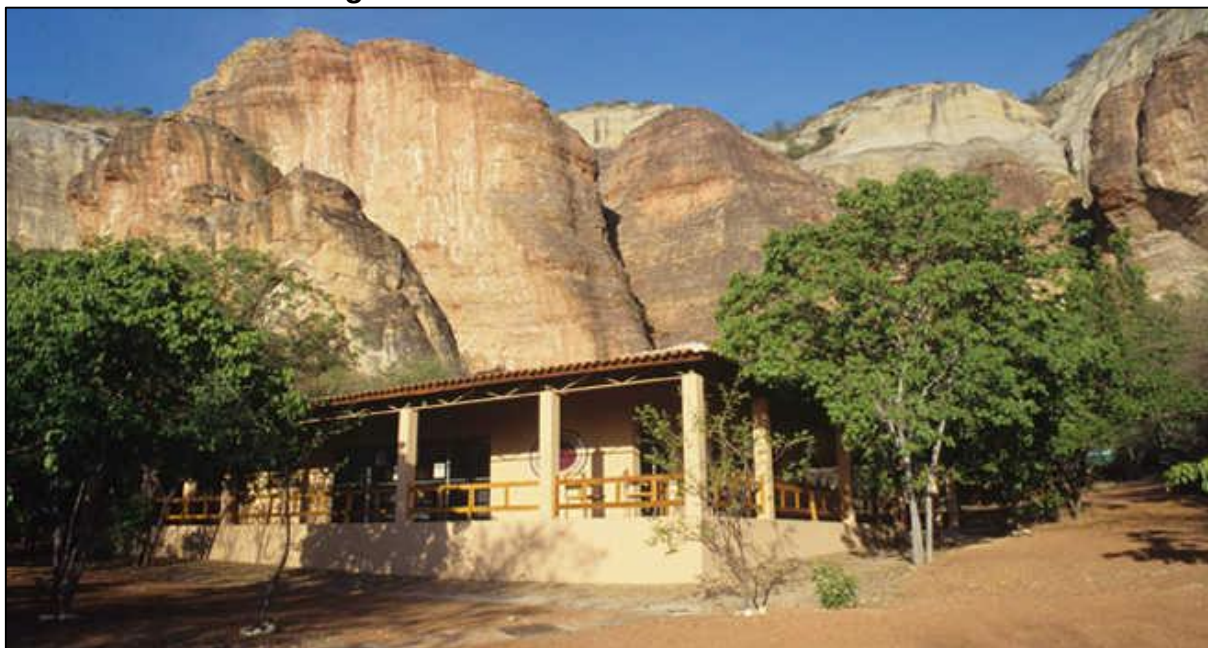
Figura 2 - Morador local trabalhando na cerâmica do Barreirinho



Fonte: <http://www.fumdam.org.br/a-fundacao>. Acesso em: 25 out. 2018.

A implantação do Parque Nacional Serra da Capivara foi um modelo revolucionário de gerenciamento dos recursos ambientais e arqueológicos, um modelo pautado não apenas nas investigações científicas, mas na emancipação social, cultural e educacional dos moradores locais, dando a oportunidade de gerar emprego e renda, com as atividades implantadas pela doutora Niède Guidon, permitindo uma permanência a longo prazo no local de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento local (ver figura 3).

Figura 3 - Centro de Visitantes no PNSC



Fonte: <http://www.fumdam.org.br/>. Acesso em: 25 out. 2018.

Infelizmente, há fissuras que foram abertas com a implantação da unidade de conservação no local, como a desterritorialização da comunidade Zabelê, que morava no local, sendo realocadas para outro local, gerando um processo de ressentimento e a sensação de perda sua identidade local. Os caçadores que andavam livremente no local, caçando para a se alimentar e vender o fruto das suas caças, sendo proibidos e até mesmo presos no local, gerando uma zona de exclusão para aquela comunidade, só podem entrar no local legalmente com um guia turístico autorizado pelo ICMBIOS, um choque em um primeiro momento, depois uma sensação de decepção com os administradores e com a equipe da doutora Niède Guidon.

4 RESISTÊNCIAS: PRODUÇÃO DE QUILOMBOS E QUILOMBOLAS

A arqueologia da diáspora africana também está inserida dentro desse segmento da arqueologia pública e história na década de 1980 e 1990, objetivando estudar a cultura material, marcadores culturais e identitários, o modo de vida e suas relações sociais, econômicas e políticas dos africanos e afrodescendentes vieram para o continente americano trabalharem, em especial, no período colonial, como escravos no campos (SINGLETON, 1995).

A cultura material produzida pelos afrodescendentes contribui para a formação da identidade nacional brasileira, assim possuindo seus traços identitários que por

muito foram relegados pela história oficial (SYMANSKI, ZANETTINI, 2010). Allen (1998) ao estudar o quilombo dos Palmares e realizando várias escavações no local, denominado o conceito de “mosaico cultural” demonstrando a multiplicidade relações sociais, políticas e econômicas no espaço, desmistificando a ideia o quilombo era uma unidade autosuficiente, sustentável e fechado, mantendo relações comerciais com os vizinhos, o maior desejo era a busca por liberdade.

O sociólogo piauiense Clóvis Moura (1988) pesquisou acerca das rebeliões das senzala no Brasil, durante o período colonial e imperial, a partir de um discurso engajado enfatizando o desejo dos afrodescendentes buscarem sua liberdade, emancipação política, econômica e social, objetivando serem tratados como cidadãos e não, como mercadorias ou instrumentos de trabalho, seja a partir movimentos ou uso da força, como no caso do quilombo dos Palmares.

O quilombo era um local, que eles se sentiam próximos da igualdade jurídica, onde estavam entre iguais e compartilhavam do desejo de liberdade. Fiabani (2005) faz um abordagem acerca de visões de quilombo no período colonial, no imperial, da república Velha até ao golpe militar de 1964, da ditadura até o centenário da abolição, da constituição de 1988 até os dias atuais, assim demonstrando uma multiplicidade de interpretações desde de afirmações da existência quilombo no Brasil ou movimentos de resistência a escravidão.

A construção da identidade cultural de uma sociedade, é um assunto abordado dentro da comunidade acadêmica e política, a busca por referências históricas que remetam a um passado de glória e grandes feitos, não é algo incomum das sociedades humanas. A escrita da história é sempre algo seletivo, editado e servindo a sociedade do presente, para dar os subsídios para a construção de um futuro glorioso de uma nação.

A construção de uma identidade cultural brasileira pós-independência foi uma assunto que permeou a preocupação do imperador D. Pedro II, no século XIX. Assim, no intuito de trazer a luz discussões e tentar atualizar o Brasil frente as inovações científicas e discussões acadêmicas, incentivou a vinda de cientistas, artistas e naturalistas para o Brasil.

A fundação de instituições educacionais foi outro ponto relevante, com a fundação do Colégio Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, na década de 1840. D. Pedro II visava a construção de uma história

nacional, com um espírito emancipador para aquela jovem nação, recém-criada pelo seu pai D. Pedro I, em 1822 (FAUSTO, 2019).

Seria possível escrever uma história do Brasil, englobando as etnias que a formaram a identidade brasileira, levando em consideração seus traços culturais? Em 1840, o IHGB lança um concurso de como se deveria escrever a história Brasil, vencido pelo alemão Karl Philip von Martius, que postulava a importância da construção de uma história que abordasse os elementos europeus, nativos e afrodescendentes do Brasil, tentando construir uma história elaborasse uma grande síntese dessas etnias (REIS, 2007).

Partindo dos pressupostos de Martius, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) incumbiu-se da missão de escrever um livro que sintetiza-se a história do Brasil, com apoio do imperador e com uma grande dedicação. A obra História Geral do Brasil, publicada entre 1854 e 1857, é um compilado de informações históricas, que privilegiam a ótica do colonizador, os portugueses, no sentido construir uma narrativa que servisse de consolidação política e a administrativa de D. Pedro II, possuindo três volumes e com uma farta documentação (REIS, 2007).

O importante é ressaltar a exclusão dos afrodescendentes dentro dessa narrativa histórica, no momento que o processo de escravidão estava sendo muito criticado no século XIX, o Brasil estava enfrentando problemas diplomáticos com a Inglaterra, por conta da escravidão (FAUSTO, 2019)

As etnias indígenas e africana tiveram papel fundamental no desenvolvimento do Brasil, em especial, na implementação das atividades produtivas, no lavouras de cana-de-açúcar e nas fazendas de gado, na região Nordeste; na produção mineral de ouro e diamantes, nas minas gerais; na produção cafeeira, na produção das drogas do sertão, na região Norte, do Brasil; na região sudeste, no século XIX, sendo nosso principal produto de exportação até os dias atuais. Por fim, são páginas escritas a sangue, não foi uma conversão do trabalho livre para o trabalho escravo, até a morte dos indígenas e afrodescendentes no Brasil e no continente americano (FASUTO, 2019).

As ditas “revoltas” que permearam o Brasil colonial e imperial estavam relacionadas pela busca da liberdade e reivindicações de demandas econômicas, sociais e políticas (MOURA, 1988).

O quilombo dos Palmares¹⁵ foi o maior exemplo de resistências das comunidades afrodescendentes contra a escravidão, no Brasil. O Quilombo dos Palmares (1630-1695) foi um quilombo da era colonial brasileira. Localizava-se na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas no século XVII (ALLEN, 2006) (ver mapa 3).

Mapa 3 - Localização do quilombo dos Palmares



Fonte: Funari (2005).

O local chegou ao ápice de abrigar quase mil pessoas nas proximidades, possuindo uma rede capilaridade comercial. O grande líder foi Zumbi¹⁶ dos Palmares (1655-1695), uma liderança que resistiu as invasões portuguesas, sendo derrotado por Domingos Jorge Velho, que empreendeu uma verdadeira operação de guerra,

¹⁵ A região do quilombo dos palmares era formado por várias aldeias, como: Macaco ou Mococo, Subupira, Dambragana, Zumbi, Tabocas, Acotirene e Amaro, Andalaquituche (FUNARI, 2005).

¹⁶Funari (2005, p. 25) afirma que “Zumbi é um título que se refere a um espírito tradicional e portanto, em ambos os casos, havia uma forte conotação representativa associada a esses dirigentes, em consonância com a importância da magia nas sociedades africanas. Também as sociedades indígenas, por sua parte, depositavam grande importância no exercício dos símbolos e das imagens religiosas da autoridade”

contando um vasto contingente militar e o uso da artilharia (FUNARI, CARVALHO, 2005).

Zumbi dos Palmares foi morto em 20 de novembro de 1695, traído, morto, decapitado e sua cabeça foi enviada para o governador de Pernambuco Caetano Melo de Castro (1680- 1718) (FUNARI, CARVALHO, 2005)

As Guerras Guaraníticas entre 1750 a 1756, que foi um conflito militar entre os portugueses e os espanhóis contra os índios guaranis, no sul do país, sendo derrotados pelos colonizadores europeus, sendo aprisionados e utilizados como mão-de-obra (FAUSTO, 2019).

O Levante dos Malês na cidade de Salvador, no estado da Bahia, entre 24 a 25 de janeiro de 1835, tendo como justificativa as péssimas condições de vida da população escrava muçulmana, tratados sem o devido respeito. O objetivo da revolta era a libertar-se da escravidão e buscar refúgio em quilombos, assim saindo do julgo dos comerciantes e senhores de escravo, em busca da sua liberdade. O resultado foi que a revolta foi severamente reprimidos pelas tropas dos governos provincial e imperial, levantado um medo de uma revolta geral dos escravos, como no Haiti, entre 1791 a 1804 (FAUSTO, 2019).

A Revolta das Carancas ou Levante da Bella Cruz foi uma rebelião escrava, que eclodiu em 13 de maio de 1833, nas propriedades da família Junqueira, ao sul da província de Minas Gerais. A revolta teve início na fazenda Campo Alegre, propriedade de Gabriel Francisco Junqueira, tendo continuidade na fazenda Bella Cruz, onde foi assassinado pelos escravos. Os escravos rebeldes de Carrancas foram punidos: 16 foram condenados à pena de morte por enforcamento e executados em praça pública (FAUSTO, 2019).

A Revolta de Manuel Congo, em Vassouras, na província do Rio de Janeiro, em 1838. Foi uma revolta escrava na região das fazendas de café, que teve como estopim o assassinato do escravo africano Camilo Sapateiro à tiros, pelo capataz da fazenda Freguesia, por ter se deslocado sem a autorização dele. Os escravos liderados por Manuel e Marianna Crioula assaltaram as fazendas da região, sendo combatidos por tropas do governo, dispersando e sendo julgados e condenados a morte (FAUSTO, 2019).

As revoltas escravistas no Brasil imperial estava se tornando perigosa, o risco de um levante escravo era temido por parte dos fazendeiros, como receio que acontece no Brasil, o que ocorreu no Haiti (FAUSTO, 2019).

Também havia uma pressão internacional pelo fim da escravidão, encabeçada pela Inglaterra, que tentava acabar com essa prática trabalhista, que impedia a formação de um mercado consumidor de produtos ingleses, logo, escravo não tem salário, não poderia consumir nada, apenas o que fosse ofertado pelo patrão.

4.1 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PIAUÍ: A BUSCA POR UM ESPAÇO DE “FALA”

A luta pela ocupação do território piauiense, sempre foi um traço característico da nossa história, a ocupação das terras indígenas pelo colonizador europeu, a formação de grandes latifúndios, uso da mão obra escrava indígena e africana, a restrição ao acesso à educação, saúde e segurança.

O uso da violência e imposição de uma lei voltada para os interesses dos mais abastados é uma permanência da nossa história. Seja a partir da resistência cultural, política, legal e militar, as comunidades quilombolas piauiense buscaram se organizar a longo da história.

Mott (2010) descreve o caso da escrava Esperança Garcia, que escreveu uma carta denunciando os maus tratos ocorridos por ela, feitos pelo procurador capitão Antônio Vieira Couto, que transferiu da fazenda Algodões para a Inspetoria de Nazaré, sem levar o fato de ser casada e ter filhos, representado uma espécie de petição em seu favor, dirigida ao governador do Piauí, do dia 6 de setembro de 1770.

Concluindo, arqueologia da diáspora piauiense ainda está em construção, mas está produzindo bons trabalhos na área.

A população afrodescendentes no Piauí, continuou adentrando pelo período imperial no território, como alguns segmentos sociais já presentes, como indígenas, não detinham uma grande participação política e econômica, sendo considerado um bem material e estando presente no inventários e testamentos dos ricos proprietário (LIMA, 2005).

Lima (2005) abordou o trabalho escravo nas fazendas nacionais¹⁷ no Piauí, entre o período de 1822 a 1871, demonstrando através de uma farta documentação,

¹⁷Fazendas nacionais no Piauí foram os territórios confiscados erário português com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1760, fazendo parte da estrutura fiscal e administrativa do estado do brasileiro, para ser mais explícitos, são originárias da doação do sertanejo Domingos Afonso Mafrense no século XVIII para os jesuítas católica, um patrimônio de 30 fazendas de capela, quase 100 léguas de terra própria, 3.000 cabeças de gado vacum e 1.500 cabeças de gado cavalari (NUNES, 2007)

a importância do trabalho escravo afrodescendente na província do Piauí, considerado pelo autor uma tríade do poder na pecuária piauiense, gado, terra e escravo, assim desmitificando a falsa ideia que não houve trabalho escravo negro no Piauí, tese em concordância com as ideias de Mott (2010).

O trabalho escravo negro era brutal, sem remuneração e sendo alvo de denúncia por parte da escrava alfabetizada Esperança Garcia que relatou os maus tratos e violência¹⁸ pelo administrador da fazenda Algodões, a carta foi dirigida ao governador do Piauí, datada de 6 setembro de 1770 (CHAVES, 2005).

Dentro desse contexto, o final do período imperial (1831- 1889) foi marcado por uma série de leis que tentaram acabar com a escravidão, algo prometido aos ingleses no processo de reconhecimento da independência do Brasil em 1825, como um requisito para sua aceitação, tendo 1830 como ponto final do tráfico negreiro no Brasil. O imperador D. Pedro I, sob a pressão inglesa, publicou uma lei, em 1831, que dava alforria a todos os escravos oriundos do continente africano, a partir daquela data, mas nunca foi posta em prática, uma letra morta e “uma lei para inglês ver” (HOLLANDA, 2004).

Outras leis foram implementadas para a acabar com a escravidão aos poucos no Brasil, como a lei inglesa Lei Bill Aberdeen (1845) que combateu o tráfico de escravos no oceano Atlântico pelos ingleses; da parte do governo brasileiro: a) Lei Eusébio de Queiros 1850: proibiu o tráfico de escravos no Brasil; b) Lei do Ventre Livre (1871): os filhos de escravos que nascessem eram considerados livres; c) Lei dos Sexagenários (1885): libertava escravos com mais de 65 anos; Lei Áurea (1888): fim da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888. Apesar de alguns estados, como Ceará acabou com a escravidão em 1881. A escravidão acabou para a população negra na época, mas os direitos sociais ainda não tinham chegado e demoraria, demora e ainda demorará mais alguns anos (LOPEZ, 2008).

Os recém-libertos não tiveram muita escolha, continuaram trabalhando para os antigos senhores, que viraram patrões e pagavam uma baixa remuneração ou se arriscavam migrando para as cidades ou vilas, assim buscando empregos com baixa qualificação. Engrossando, uma grande parcela populacional que vivia nas periferias dos grandes centros urbanos e inclusive, contribuindo para o aumento da ocupação dos morros, em especial na cidade do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2005).

¹⁸Nunes (2007, p.248) afirma “(...) a escravidão conduzia quase sempre à inebilidade moral; assim brutalizava a raça humana”.

Mas alguns trabalhavam para os seus ex-senhores, em regime de parceira e colaboração pelo uso da terra, pagando em forma de trabalho manual e/ou retribuindo parte da sua colheita e/ou rebanho para o dono da terra, gerando um regime de parceria, algo comum na região de São Raimundo Nonato, detendo a posse, mas não o registro fundiário dela.

Infelizmente, a grande parcela dos recém-libertos era analfabeta e os contratos eram todos verbais, ou seja, não fornecendo nenhuma garantia jurídica as pessoas que ocuparam as terras, inclusive comprando suas terras e pagando de forma parcelada, em forma de trabalho ou colheita. Outros territórios eram remanescentes de comunidades quilombolas¹⁹ que fugiram da dominação do status que, assim construíram sua própria identidade cultural e adotando suas práticas sociais, como o quilombo dos Palmares, no estado de Alagoas no século XVII.

Funari e Carvalho (2005) abordam a questão do Quilombo dos Palmares, que foi a comunidade quilombola, com núcleos de povoamento e com milhares de pessoas, no século XVII. O local era considerado um centro de resistência a escravidão no Brasil, e uma esperança de liberdade para os escravos, no Nordeste, mas sendo destruído por Domingos Jorge Velho e seu líder morto, Zumbi dos Palmares.

O professor Scott Allen (1998, 2006) realizou pesquisas arqueológicas na região de Palmares, na Serra da Barriga, demonstrando uma multiplicidade de relações sociais e econômicas, em especial, desmitificando a tese que o quilombo era uma unidade produtiva autossuficiente, apontando as relações comerciais externas e a presença de microidentidades dentro de uma perspectiva macrocultural hegemônica, construída a partir da ideia de quilombo no Brasil, fornecendo novos olhares acerca da arqueologia da diáspora, um trabalho relevante e muito significativo

¹⁹Faria (2016, p. 13) afirma que o conceito de comunidade quilombola é “As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988. O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata”.

para a arqueologia brasileira, leitura obrigatória no campo da arqueologia histórica brasileira.

O professor Pedro Paulo Funari realizou pesquisas na região da Serra da Barriga, na década de 1990, encontrando também vestígios relacionados a marcadores de identidade indígena, mediterrânea e africana, demonstrando a presença uma diversidade cultural no local (ver figuras 4 e 5).

Figura 4 - Serra da Barriga União dos Palmares, Alagoas



Fonte: Allen, 2006.

Figura 5 - Escavação realizada pelo professor Pedro Paulo Funari, na Serra da Barriga, na década de 1990



Fonte: Funari, Carvalho, 2005.

A região sudoeste do Piauí, especificamente, a microrregião de São Raimundo Nonato não foge desse contexto, Negreiros (2012) fez um trabalho acerca de reconhecimento arqueológico das fazendas de gado na região, citando treze fazendas identificados. Enquanto Oliveira (2007) produziu um relato dos conflitos sociais entre os indígenas e colonizadores nos séculos XVII e XVIII, demonstrando que era uma sociedade inquieta, expansiva e a violência era forma usual para a resolução de problemas.

Dentro desse contexto, a comunidade da Lagoa das Emas está inserida dentro dessa perspectiva citada acima, no quesito, que as terras são ocupadas por descendentes, possuindo contexto um cultural, social e histórica, que deve ser estudado, no sentido de demonstrar uma patrimonialização²⁰ da sua memória²¹ social²², garantindo sua preservação e continuidade.

5 A COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAS EMAS: UMA ARQUEOLOGIA SENTIMENTAL DAS RESSONÂNCIAS PATRIMONIAIS

A comunidade Lagoa das Emas está localizada há uma distância de 26 km do centro do município de São Raimundo Nonato e 600 km da capital do estado, o município de Teresina. A forma de acessar a comunidade é via rodovia BR-020, como se fosse em direção ao município de Campo Alegre de Lourdes, no estado do Bahia, mas também há uma capilaridade estradas de terra, que interligam as comunidades habitam o local, algo típico da região do semiárido piauiense (CARRION, 2015; OLIVEIRA, 2020).

Deste modo, o componente do território Quilombola de Lagoas é formado por um conjuntos de comunidades e com quase 62.365,8 mil hectares, onde está inserida a comunidade Lagoa das Emas, onde possui relações sociais, memória social e um patrimônio local.

²⁰O conceito de patrimonialização está ligado ao conceito de ressonância de Gonçalves, Bitar e Guimarães (2021), discutindo a questão da afeição e a construção de um patrimônio familiar acerca os objetivos, interagindo de forma passiva no contexto tecido, denotando valores e sentimentos para a comunidade local.

²¹“A memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (...)” (POLLAK, 1992, p. 204).

²²Para Schmitd e Mahfoud afirma que a memória coletiva“(...) é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (1993, 285, p. 291).

Assim, compreendendo a bacia hidrográfica do rio Piauí, abrangendo os municípios de São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, Várzea Branca, São Lourenço do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí (FARIAS, 2016).

O território do Quilombo de Lagoas é formado por 119 comunidades, com uma população local de aproximadamente 5128 pessoas e 1498 famílias, estando em processo de reconhecimento pelo INCRA, assim não possuindo o título de propriedade da terra (CARRION, 2015).

A etimologia da Lagoa das Emas está relacionada a uma lagoa existente no local, que serve de reservatório de água para a comunidade, outras comunidades também possuem nome que começam com lagoa, sendo um corpo aquoso em um dado local. As lagoas são importantes no período de seca, servindo como reserva de água para as comunidades, animais e o uso na agricultura, água é requisito fundamental para a existência da vida e sua perpetuação.

A falta de documentação escrita é um sério problema para o reconhecimento e posse do título da terra, assim tendo dificuldade em desfrutar do acesso aos direitos, como, título de propriedade, melhores formas de financiamento e próprio reconhecimento cultural e de sua identidade, fora os riscos de invasões das suas terras por grandes proprietários. Por fim, ainda é uma dívida histórica que o Brasil possui com os povos indígenas e quilombolas, que deve ser compensada, já que paga é quase impossível, frente aos danos causados ao longo dos séculos.

Mas a comunidade, já foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, em 2008, assim constando seu registro no Livro de Cadastro Geral. Os três principais impasses acerca da regulamentação do território estão relacionadas com as questões, como: 1ª) a questão da ocupação histórica do território, já na falta de uma documentação escrita em cartório, que fundamente bem o processo de organização e uso do território; 2ª) como comprovar de forma diacrônica a territorialização da ocupação, a partir de uma farta documentação; 3ª) as principais situações e contexto enfrentados pela população local desse território (OLIVEIRA, 2020).

Faoro (2001) aborda os desafios e os conflitos fundiários persistem no Brasil desde do período colonial, independentemente de ter ou não título escrito da posse da terra, eles vivem, habitam, produzem, se divertem e praticam hábitos e possuem sistemas relações sociais, culturais, políticas, educacionais e patrimoniais, por fim, eles vivem, como qualquer pessoa normal (OLIVEIRA, 2020). A questão fundiária é sério problema da sociedade brasileira, a concentração latifundiária na mão de

poucas pessoas, que hoje até continua e a distribuição de terras vem sendo reivindicado por movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra, mais a temática fundiária foi abordada por Sodré (1963) e Prado Jr (1994).

O principal o problema é a ausência de documentos escritos que comprovem a transação comercial realizada, assim dificultando o reconhecimento legal da propriedade por parte dos herdeiros e familiares do senhor José Pereira Bons Olhos e a senhora Maria Calixto Marques. No caso do Senhor José Pereira há um registro no cartório.

Isto não inviabiliza a requisição de titular do território, mas demora por necessitar passar por um processo de reconhecimento, partindo dos preceitos do processo legal, contraditório e ampla defesa, caso possa haver outros interessados que pleiteiem o direito à propriedade, fora o interesse do Estado, uma questão complexa e multifacetada.

Tanto Oliveira (2020) quanto Matos (2013) postulam mesmo não possuindo a documentação histórica e jurídica²³ de posse do território da comunidade da Lagoa das Emas, deferem a posse do local para os seus habitantes, no sentido de demonstrar a presença de uma comunidade a partir dos relatos orais, que também servem como uma fonte de pesquisa e um registro histórico, pois acerca dos fatos que ocorreram no local, durante um determinado período de tempo.

Mas no processo principal do propósito desse projeto de pesquisa é compreender o processo de patrimonialização da comunidade Lagoa das Emas. As origens da palavra patrimônio²⁴ vem do latim, que significa *patrimonium*, compreendendo tudo que pertencia ao pai da família, ou seja, surgiu no âmbito do privado para posteriormente para o âmbito público no século XVIII e XIX. O patrimônio compreendia a família e tudo que estava sob domínio de um senhor, um *pater*, surgiu das aspirações do âmbito particular e emergindo dentro constructo social da época (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

²³Matos (2013, p. 18-19) demonstra o estado da arte da documentação jurídica acerca dessas comunidades quilombolas na região, ao afirmar que “(...) mesmo nome. Tal documentação não é completa. Há vácuos, lacunas, descontinuidades, e falta de sistematização. Daí, a dificuldade de fontes que se somassem à memória oral de anciãos e anciãs sexagenárias/octogenárias que falam de um “tempo do cativoiro”

²⁴Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nomâde’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.” (CHOAY, 2004, p. 11).

O patrimônio local da comunidade Lagoa das Emas foi formado a partir das suas experiências culturais ao longo do tempo, passando por processos de transformações, com acréscimos e retiradas de algumas práticas, em decorrências de fatores internos e externos, no sentido de preservar esse patrimônio local, que faz parte do patrimônio cultural da microrregião de São Raimundo Nonato.

O patrimônio local de uma comunidade não pode ser visualizado como uma caixa fechada e com perspectivas ortodoxas. John Ruskin (1956) afirma considerava qualquer mudança no patrimônio, quase um sacrilégio. Nora (1993) afirma que preservar o patrimônio é registrar os acontecimentos e tentar compreender a sua formação, os motivos para sua permanência e garantir seu registro para as próximas gerações nas memória social daquela comunidade, é a cultura viva e pulsante daquela comunidade.

Suas moradias não são apenas construções contidas de materiais, mas sim são páginas de uma história contada de geração em geração, naquela comunidade, assim como os livros envelhecem e ficam amarelas suas páginas, as construções também passam por essas experiências, de envelhecer e mudar sua aparência com o tempo, mas não deixam serem lugares de memória, como diz, Nora (1993), devendo ser registrado e armazenada para as próximas gerações, cada camada de um registro antropológico, pode ser lido e ser relido, sem ser destruído. Cada nova interpretação pode apresentar uma nova perspectiva e mais elementos para o conhecimento da temática acerca de uma cultura²⁵, uma mosaico simbólico e possuindo seus significados (GEERTZ, 2011).

A história e memória social da comunidade da Lagoa da Emas são o substrato para a compreensão do processo de patrimonialização dos bens culturais, naquela comunidade, os moradores elegem a partir de suas vivências, aspectos afetivos, econômicos, educacionais, políticos e sociais. Eles elegem o que é relevante na comunidade para eles, é orgânico, diferente se fosse artificial, algo imposto ou uma política de estado que visa o engrandecimento de um determinado monumento, como cita Oliver (2005).

²⁵De acordo com Geertz (2011, p. 8) “A cultura, esse documento de atuação, é portanto pública, como uma piscadela burlesca ou uma incursão fracassada aos carneiros. Embora uma ideiação, não existe na cabeça de alguém; embora não-física, não é uma identidade oculta”.

5.1 A COMUNIDADE DA LAGOA DAS EMAS: UMA DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

A comunidade Quilombola Lagoa das Emas é considerada uma concentração de sítios arqueológicos históricos, oriundos do processo de fixação das atividades pecuárias na região e possuindo das populações escravas afrodescendentes, compreendendo os municípios de Bonfim do Piauí, Várzea Branca, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato Dirceu Arcoverde e Fartura do Piauí (COELHO, 2018).

A composição do território Quilombola Lagoas é oriunda das populações afrodescendentes que residiam nas fazendas da região microrregião de São Raimundo Nonato, como: Conceição, Barrinha, Fazenda Nova, Serra da Velha, Sítio da Aldeia, Dois Irmãos e São Victor (MATOS; MORAES, 2015).

Em termos de composição de núcleos e comunidades do Quilombo Lagoas é formado por 12 núcleos e 119 comunidades, todas cadastradas pelo INCRA. Os núcleos são organizados levando em consideração os critérios, em sequência, sendo eles, proximidade geográfica, relações de parentesco, compadrio, organização social, política e cultural que preexistiam no território Lagoas.

Os núcleos são: o Núcleo de São Victor composto por 19 comunidades, o Núcleo do Xique-Xique formado por 9 comunidades, o Núcleo Lagoa dos Meninos formado por 12 comunidades, o Núcleo Lagoa das Pedras composto por 12 comunidades, o Núcleo de Angical formado por 13 comunidades, o Núcleo Fazenda do Meio constituído por 3 comunidades, o Núcleo das Emas composto por 14 comunidades, o Núcleo de Montes Claros formado por 9 comunidades, o Núcleo de Umburana formado por 4 comunidades, o Núcleo do Espinheiro formado por 10 comunidades, o Núcleo da Lagoa Nova formado por 6 comunidades e o Núcleo Lagoa da Firmeza constituído por 8 comunidades.

As comunidades do Quilombo de Lagoas, são: Lagoa Grande, Lagoa do Calango, Lagoa dos Bois, Lagoa de São Victor, Lagoa de Dentro, Lagoa dos Canudos, Lagoa da Gameleira, Lagoa do Angico, Lagoa do Serrote, Lagoa do Umbuzeiro, Lagoa Dos Queixadas, Lagoa da Gameleira, Lagoa do Travessão, Lagoa Dos Meninos, Lagoa do Mulungu, Lagoa do Cipó, Lagoa do Mocó, Lagoa da Pedra, Lagoa do Jacaré, Lagoa do Riacho, Lagoa dos Currais, Lagoa dos Prazeres, Lagoa Rasa, Lagoa das Caraíbas, Lagoa Das Cascas, Lagoa da Vaca, Lagoa dos Tobões, Lagoa do Amaro, Lagoa do Capim, Lagoa dos Porcos, Lagoa do Pompilho, Lagoa da Gangorra, Lagoa da Taboa, Lagoa dos Torrões, Lagoa do Germano, Lagoa das Emas, Lagoa do

Encanto, Lagoa do Mel, Lagoa dos Martins, Lagoa dos Moisés, Lagoa das Pombas, Lagoas, Lagoa dos Soares, Lagoa dos Raimundos, Lagoa do Peixe, Lagoa Ruim, Lagoa do Gato, Lagoa do Calixto, Lagoa do Gado Corredor, Lagoa das Caraíbas (Lindjonson), Lagoa Nova, Lagoa do Boi, Lagoa das Flores, Lagoa da Firmeza, Lagoa do Cansanção, Lagoa da Onça, Lagoa dos Torrões, Lagoa do Preá, Vermelhinho, Baixão dos Otacílios, Camaleão, Baixão do Grajal, Camaleãozinho, Malhada Alta, Queimada Velha, Salão, Xique-Xique, Morro Alto, Poço Dantas, Queimada da Onça, Cacimbões, Campo Formoso, Pastos das Bestas, Boi Morto, Castanheiro, Jatobazeiro, Pedra do Mocó, Morro dos Largos, Serra Bode, Angical, Baixão da Secção, Umburana, Fazenda Nova, Baixão do Angical, Bem Bom, Barreiro da Pedra, Nazáro, Lagoinha Dos Marcários, Barreirinho, Fazenda do Meio, Tintino, Retiro, Baixão do Boi, Barreiro dos Porcos, Cachoeira, Queimada Velha, Boa Vista dos Braz, Recreio, Montes Claros, Baixão do Anísio, Baixão do Florêncio, Fazenda Lages, Alecrim, Chapadinha, Umburana I, Boa Vista (Serra do Castanheiro), Boa Esperança, Bom Retiro, Espinheiro, Santa Maria, Jurema, Sítio Claro, Quebeca, Recanto, Queimada Velha, Altamira, Caldeirão do Tanque, Serrinha e Pau D'Arco (FARIA, 2016, p.6).

Dentro desse contexto, as populações das comunidades Lagoa das Emas teriam um vínculo histórico com os seus descendentes dos escravos habitavam a região, no período imperial e republicano, que posteriormente, continuaram no local, prestando serviços para seus antigos patrões e descendentes deles. Inclusive conseguindo adquirir terras por meio de posse, mas sem a devida documentação escrita para demonstrar sua propriedade efetiva, um sério problema para as comunidades quilombolas no Brasil.

De acordo com Cheibub (2015. p. 80)

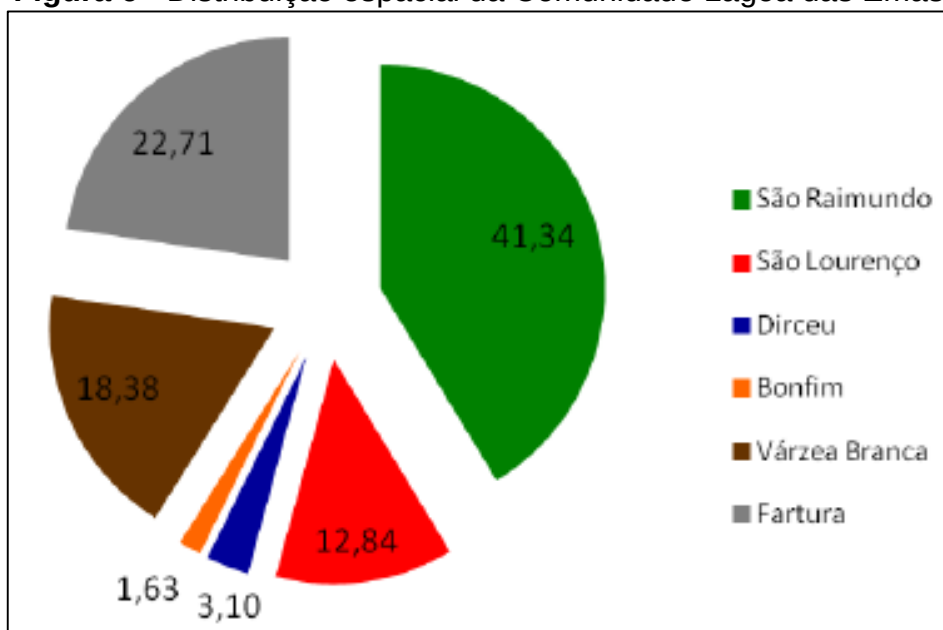
As comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas pelo território do estado, permaneceram em situação de invisibilidade durante muito tempo, pois a dinâmica econômica do estado não os afetou de forma tão direta. De certa forma, essa “invisibilidade” por parte do poder público, protegeu as comunidades, mantendo-as relativamente esquecidas e afastadas de conflitos decorrentes de interesses fundiários. Nos últimos anos, devido programas e projetos desenvolvimentistas promovidos pelo Governo Federal, tais como obras de energia, exploração de minério e de outras naturezas, o interesse nesses territórios esquecidos aumentou significativamente. As comunidades rurais negras, sobretudo, começaram a ser pressionadas a sair de seus territórios, já que a situação de *donos* da

terra é recorrentemente questionada pela falta de documentos cartoriais que possam comprovar sua propriedade ou mesmo quando essa propriedade não se aplica nos termos do direito privado individual.

A comunidade Lagoa das Emas emergiu do desejo do senhor José Pereira Bons Olhos (Derré), em busca de uma terra para sua moradia, assim ficando menos dependente dos fazendeiros vizinhos, prestando apenas serviço na roça e tendo sua própria para sua sobrevivência e instalação dos seus familiares.

Ressalte-se a importância da composição das comunidades, formados pelos vários municípios da microrregião de São Raimundo Nonato, sendo sua presença majoritária no município de São Raimundo Nonato, com 41,34 %; da totalidade da comunidade. A figura 6, abaixo, demonstra a distribuição da população quilombola nos municípios da microrregião de São Raimundo, onde está concentrada essa população quilombolas, em sua maioria nos municípios de São Raimundo Nonato e Fartura do Piauí.

Figura 6 - Distribuição espacial da Comunidade Lagoa das Emas.



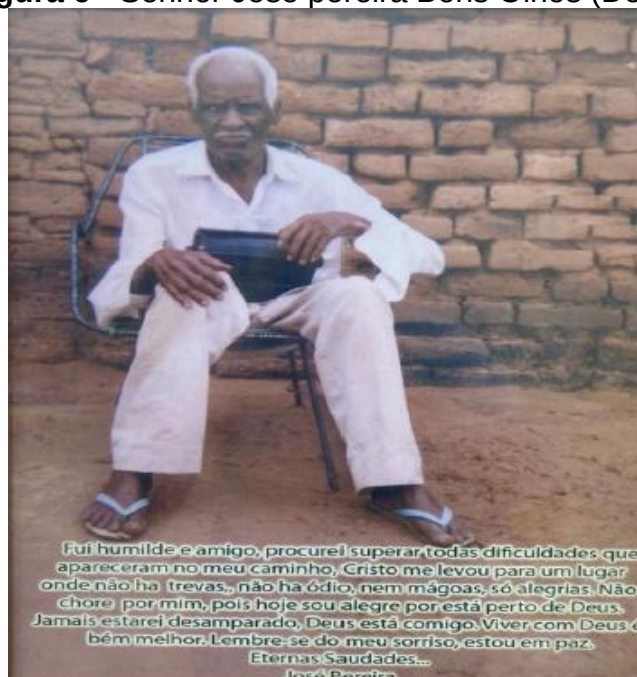
Fonte: Coelho, 2018.

5. 2 UMA CARTOGRAFIA SENTIMENTAL DA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS

A comunidade Lagoa das Emas é uma comunidade típica localizada no campo, a sua fundação remonta quando a família do senhor José Pereira Bons Olhos, vulgo

Derré²⁶ (ver figura 6), e a senhora Maria Calixto Marques adquiriram uma pequena propriedade na região, de possíveis herdeiros de fazendeiros do local no ano de 1953, sendo pago através de trabalho braçal para o antigo dono (Senhor Manuel Baldoíno), relata o filho o senhor José Pereira Bons Olhos, o senhor Raimundo Marques, com 77 anos (MOURA, 2020). Os filhos do senhor Derré são: Raimunda, Maria, Miguel, Pedro, Ivanilde, Luzia, Raimundo, Joaquim, Agostinha e Júlia.

Figura 6 - Senhor José pereira Bons Olhos (Derré)



Fonte: Castro, 2021.

A casa do senhor José Pereira Bons olhos (Derré) e dona Maria Pereira Marques patriarcas de quase todos os moradores da comunidade, foi a primeira casa construída na comunidade Lagoa das Emas, a casa foi construída na década de 1950 através de técnicas provenientes da arquitetura vernácula. Atualmente a casa não se encontra construída, mas o local ainda está presente na memória das pessoas da comunidade (ver figuras 7 e 8).

²⁶ Foi perguntado a origem desse apelido para o senhor José Pereira dos Olhos, mas nenhum dos entrevistados soube explicar ao certo. Apenas Nailde (2022) afirmou que achava o apelido bonito, pode ter sido anteriormente ao nascimento dos filhos, uma lacuna ainda a ser preenchida.

Figura 8 - Localização da casa do senhor José Pereira Bons Olhos (Derré)

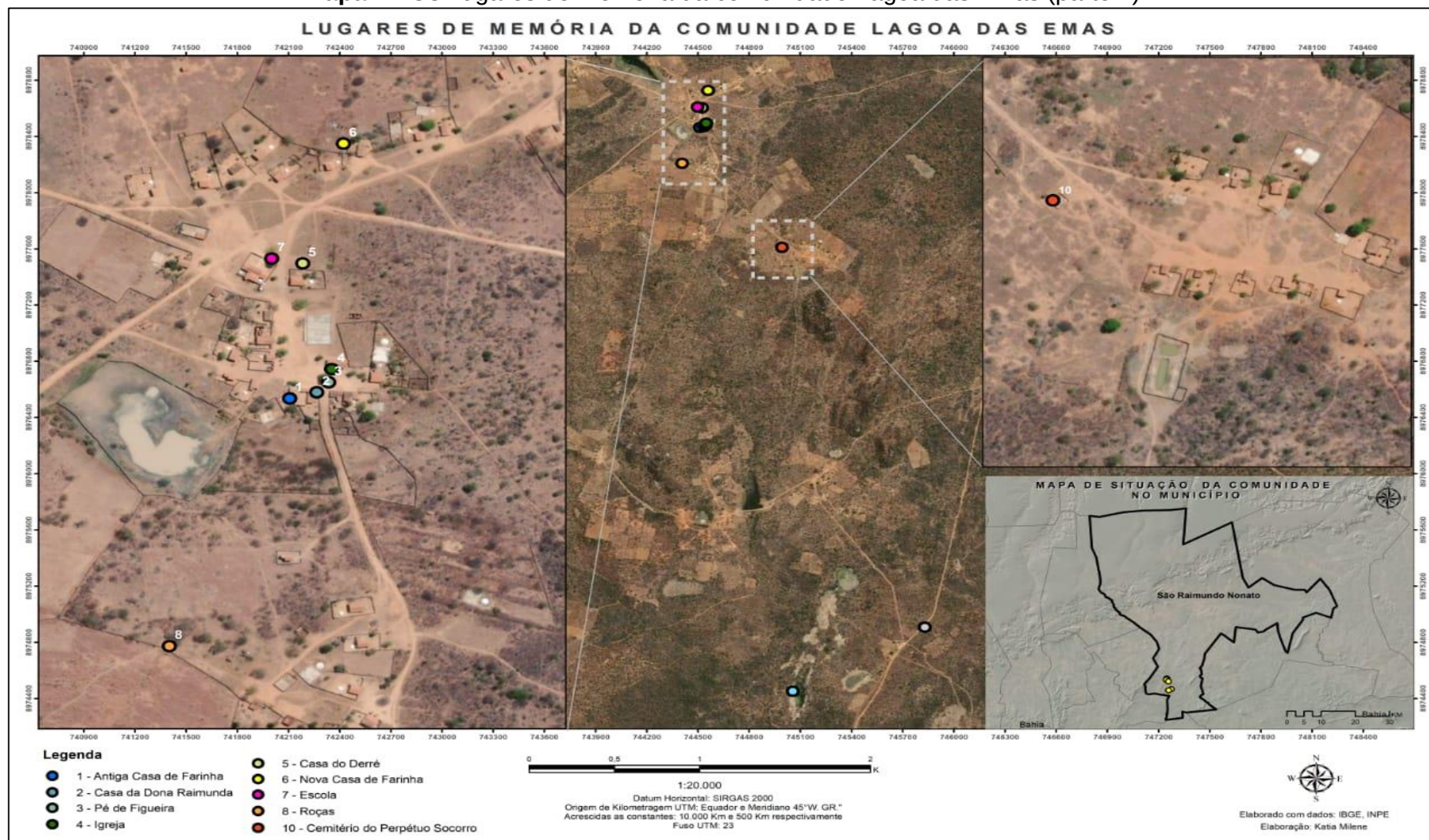


Fonte: Castro, 2021.

Nós se mudamos pra cá em julho de 1953, minha irmã mais nova tinha um mês e vinte dias, a gente corria para o Recreio quando vinha chuva, porque não tinha casa. Isso ainda não era sofrimento, ainda era dos bons, pior era o frio que nós passamos, todo dia quando amanhecia tinha o rasto da onça no carreirinho'. (CASTRO, Katia. Entrevista concedida pela senhora Maria Pereira Marques, 2021).

Seu Raimundo Nonato Pereira Marques relata que através da oportunidade que seus avós tiveram para comprar os 100 hectares de terra da comunidade Lagoa das Emas, os mesmos passaram um bom tempo morando embaixo de uma árvore do tipo umburana e folha miúda e essa era sombra que eles tinham para se abrigar no período da seca. Em seguida próximo a chegada do inverno o senhor Derré começou a construir roças e uma casa de taipa coberta com palha que foi sendo modificada ao longo do tempo.

Mapa 4 - Os Lugares de Memória da comunidade Lagoa das Emas (parte 1)



Fonte: Castro, 2023.

Mapa 5 - Os Lugares de Memória da comunidade Lagoa das Emas (parte 2)



Fonte: Os Lugares de Memória da comunidade Lagoa das Emas (parte 2).

Figura 9 - Vista da comunidade



Fonte: Castro, 2022.

A proposta de construção de uma cartografia sentimental da Comunidade Lagoa das Emas tem por intuito ir além do material, com a finalidade de alcançar o imaterial daquela comunidade, ir além das construções físicas, como casa, curral, ruas, o prédio escolar, centro da comunidade, uma igreja, uma capela para pessoas praticarem sua religiosidade, os terreiros (locais de conversas entre os moradores locais) e um local de encontro, espécie de praça (ver figuras 10 e o mapas 4 e 5).

Figura 10 - Os pés de figueiras na comunidade, local reuniões e conversas da comunidade das Lagoa da Emas, o parlamento da comunidade



Fonte: Castro, 2022.

Uma espécie local sob particular o pé de figueira que os moradores do local se reúnem para conversar, jogar damas e se distrair, muito comum na comunidade o entrelaçamento social entre as pessoas, tendo em vista o isolamento geográfico. É um momento de interação social entre os moradores, servindo para discutir os problemas da comunidade, relembrar a história, memória ou simplesmente, um momento destinado ao ócio produtivo dos membros da comunidade (ver figura 10).

O ato de etnografar a vida dos habitantes da Comunidade da Lagoa das Emas, é um representar simbolicamente suas estruturas culturais, um ato de construção de uma cartografia sentimental da sua cultura material e imaterial, ressaltando os principais pontos, que são relevantes da história e memória para a construção de um patrimônio cultural local, os elementos que constituem essa ressonância que permitem essa construção, a partir de relatos dos moradores, uma história construída pelos sujeitos do local, e não sendo imposta por órgãos públicos, uma história construída vista de baixo (ver figura 11).

De acordo com Geertz (1997, p.106-107),

(...) é possível relatar subjetividades, alheias sem recorrer a pretensas capacidades extraordinárias para obliterar o próprio ego e para entender os sentimentos de outros humanos. Possuir e desenvolver capacidades normais para estas atividades é, obviamente, essencial, se temos esperança de conseguir que as pessoas tolerem nossa intrusão ou de que nos aceitem como seres humanos com que vale a pena conversar. Não estou, em hipótese alguma, defendendo a falta de sensibilidade, e espero não ter dado esta impressão. Mas seja qual for nossa compreensão – correta ou semicorreta – daquilo que nossos informantes, por assim dizer, realmente são, esta não depende de que tenhamos, nós mesmos, a experiência ou sensação de estar sendo aceitos, pois esta sensação tem que ver a com a nossa biografia, não com a deles. Porém, a compreensão depende de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, aquilo que chamo de sistemas simbólicos, e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade.

Figura 11 - Comunidade Lagoa das Emas.



Fonte: Fonte: Castro, 2021.

Acerca das casas, Matos (2013, p.62-63) descreveu os padrões das construções:

O tamanho das casas (cerca de 100m²) – todas de tijolo cru, feitos na medida de alvenaria, mas como um adobe, ou seja, em barro não cozido, cobertura em telha e madeira redonda (parte da madeira retirada da caatinga e outra comprada) – guarda forte relação com a realidade socioeconômica das famílias. Há casas com piso recoberto de cimento e outras somente com “chão batido” (piso à base barro, sem revestimento de cimento ou cerâmica). Porém, nas localidades visitadas, são poucas as residências que não tenham na sala e quartos piso de cimento. Essas casas se localizam conforme as relações de parentesco, base da sociabilidade local.

Ir além das camadas arqueológicas para adentrar nas camadas da história, memória e patrimônio daquelas pessoas, que residem há muito tempo no local, buscando seu significado e o sentido da história das pessoas, uma história de resistência, tendo em vista que estão no mesmo local, há vários anos e sem serem atendidos por órgãos governamentais devidamente e sem o título de proprietário da terra, um risco grave para eles.

Os principais movimentos que atendem as comunidades na região são:

a) associação do Território Lagoas, que tem por intuito as reivindicações dos moradores do local, tentando obter o título da terra, sendo criada juridicamente em

2010; b) movimento capoeira de quilombo, enaltece a identidade cultural dos crianças, adolescentes e jovens; c) movimento quilombola, busca a construção de aliança no âmbito do movimento cultural quilombola nacional, criada no ano 1996; d) Cáritas Diocesana, atuando no território Serra da Capivara, realizando atividades de caráter religioso, cultural e mitigando os eventos da seca e propiciando a convivência com o semiárido, sob a jurisdição da Diocese de São Raimundo Nonato; e) STTR- Sindicatos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, onde estão relacionados as atividades agrícolas na região de São Raimundo Nonato-PI.

Partindo do pressuposto que, não apenas casas, currais, praça e estrutura religiosas, mas sim receptáculo de história, memória, significações e dotados de patrimônio, uma memória coletiva daquela sociedade, que vem passando de geração em geração, um ato de resistência perante a cultura de massa e os meios de comunicação, a cultural local vem passando por fortes impactos perante as práticas da sociedade pós-modernas, observar-se o risco genocídio culturais no mundo moderno. Logo é necessário, ações de preservação desse patrimônio cultural, registro e identificação dos bens e práticas daquela comunidade.

De acordo com Matos (2013, p.19) ao escutar uma fala de moradora local sobre a questão do esquecimento perante aos órgãos públicos,

A fala de Regina Marques da localidade Lagoa das Emas: “aqui nós era esquecido, não andava pessoas, começamos a ser visto com a Cáritas, quando começou a construir cisterna”, faz cogitar sobre um processo de invisibilidade, de situação à margem, em vários sentidos, inclusive, no que tange ao pertencimento étnico-racial: “nós [antigamente] ficava com vergonha de andar pelo meio desse povo mais branco, agora a gente não se sente mais assim”, como diz dona Antônia, da localidade Retiro. Ela relata como algumas atividades desenvolvidas, hoje, na localidade onde vive, uma das mais isoladas, tem contribuído para desconstruir esse sentimento de indiferença ou de estar à margem.

Um agrupamento de pessoas pode ser formador por conta de empreendimentos, como a construção de uma ponte, hidroelétrica ou prédio, mas se ele permanece a posteriori, demonstra que houve uma construção de ligação social entre os membros, assim criando uma comunidade, contendo laços afetivos, educacionais, sociais e políticos, necessitando de um projeto maior para cimentar os laços daquela comunidade.

O prédio escolar é um ponto importante da comunidade, onde é realizado o trabalho da educação infantil e o ensino fundamental – anos iniciais, as crianças são alfabetizadas pelos professores (as), assim iniciando no mundo das letras. Posteriormente, quando são encaminhados para outra escola da rede municipal de São Raimundo Nonato, para completar seu ciclo educacional, por fim, culminando com ensino médio, na rede estadual (ver figura 12).

Figura 12 - Prédio escolar municipal na comunidade Lagoa das Emas.



Fonte: Castro, 2023.

A comunidade da Lagoa das Emas desenvolveu-se entorno de um modelo agrícola e pastoril, inserido dentro uma economia de mercado, realizando transações comerciais com as localidades próximas, é possível perceber isto. Sua principal fonte de subsistência é a agricultura familiar, com a presença da pecuária de caprinos e pequena quantidade bovinos (ver figuras 13 e 14).

Figura 13 - Os moradores locais sendo orientados por agentes da Cáritas – Diocesana, no sentido de como promover uma melhor alimentação para seu rebanho durante a estiagem



Fonte: Matos, 2013.

Figura 14 - Roça comunitária, plantação de feijão e mandioca.



Fonte: Fonte: Castro, 2023.

No local, também é produzido artesanato para sua sobrevivência, vendidos para os visitantes do local e para locais de fora da comunidade da Lagoa das Emas.

Há também na comunidade, um calendário de atividades e festejos no decorrer do ano, sendo uma forma de unir a comunidade e realizar determinadas atividades.

Matos (2013) fez uma descrição etnográfica das atividades na comunidade do Quilombo Lagoas: a) Festejos dos terreiros de Umbanda, nos meses de janeiro e dezembro; b) Festejos de São Sebastião, no dia 20 de janeiro; c) a colheita do umbu, nos meses de janeiro, fevereiro e março; d) atividade apicultura, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, novembro e dezembro; e) o período de migração temporária dos trabalhadores locais para trabalhar no corte da cana e trabalharem na construção civil em outros locais, nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro; f) festejos de São José, no dia 19 de março; g) Festejos de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no dia 22 de junho; h) Festejo juninos, compreendendo Santo Antônio, São João e São Pedro; i) Festejo da Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro; i) Festejo do Imaculado Coração de Maria, no dia 30 de maio; j) Festejo de São Victor, no dia 27 de julho; l) a prática da atividade da farinhada, no meses de junho, julho e agosto; m) o cultivo da agricultura, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, setembro e dezembro (ver figura 15).

Figura 15 - As crianças gingando capoeira, na Igreja da comunidade



Fonte: <https://www.projetooveredas.org/lagoadasemas>. Acesso em: 26.dez. 2022.

5.3 O INVENTÁRIO DAS DIFERENÇAS NA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E RESSONÂNCIA

O inventário das diferenças na comunidade Lagoa das Emas é construído a partir da perspectiva dos moradores locais, onde foram feitas entrevistas sendo feito registros fotográficos e gravação de áudios, com um roteiro de entrevista semiestruturado (APÊNDICE A), no sentido de abordar a constituição do patrimônio cultural local, utilizando conceitos chaves como histórica e memória.

Este conteúdo será no quarto capítulo dessa dissertação e sendo analisado dentro do referencial teórico citados na introdução, assim pode-se descrever a perspectiva de patrimônio dos moradores locais e buscar formas para conseguir sua preservação e registro.

Dentro desse contexto, foi elaborado um formulário semiestruturado para conduzir as entrevistas, sendo gravadas e os entrevistados foram fotografados durante a entrevista. Posteriormente, todos assinaram um termo de consentimento (APÊNDICE C), dando a autorização para a utilização do material áudio e visual, dentro dos trâmites legais.

O entrevistador ou pesquisador tenta a partir de uma perspectiva atrelado do relativismo, de compreender o contexto cultural, social, político e educacional da comunidade pesquisada, adotando uma postura horizontal e tentando ser o mais imparcial possível, mas sabe-se que somos seres passionais, mas ainda, a paixão é algo que move os seres humanos no entorno dos seus objetivos.

No primeiro momento, foi elaborado um roteiro de entrevista com 14 perguntas, foram colhidos os dados pessoais dos entrevistados, mas infelizmente alguns não conseguiam escrever o nome, por conta de questões saúde.

A primeira parte da entrevista visava dados pessoais, nome, idade, naturalidade, nome dos pais; a segunda parte de entrevista objetivou questões pessoais da comunidade, em especial, quanto tempo residia e seus hábitos, por fim, a terceira parte da entrevista, abordou a construção de conceitos acerca de patrimônio e o que, na opinião deles, deveria ser preservado para as próximas gerações acerca dos principais problemas da comunidade atualmente. Em geral, as entrevistas se transformaram em um diálogo, reflexão e conhecimento da realidade do outro, um processo de alteridade cultural, permitindo uma imersão dentro do universo da

comunidade, assim podendo tecer algumas considerações acerca do estado e os anseios dos habitantes para o futuro.

Em nenhum momento a fala de forma do entrevistado foi interferida, partir-se do princípio que o idioma deve ser inteligível, que os padrões gramaticais são adotados dentro de determinados espaços, em nenhum momento, os entrevistados foram contestados e foi solicitado assinatura de um termo de consentimento para o uso do material audiovisual que posteriormente foram transcritas em (APÊNDICE B) forma de entrevistas riquíssimas.

O público selecionado foram pessoas residentes na comunidade, visando três segmentos jovens, de até 20 anos, Ayla, de 16 anos; adultos, com mais 25 anos, Regina Marques de Santos, de 45 anos, Nailde Marques dos Santos 50 anos, Raimundo Nonato Pereira Marques 50 anos; idosos, com mais 50 anos, em especial, os descendentes do senhor Derré, seus filhos e filhas (Raimundo Pereira Marques, 81 anos; Raimunda Pereira Marques 95 anos, Maria Pereira Marques, 92 anos, Julia Pereira Marques, 70 anos (ver figuras 16 a 20).

Figura 16 - Roda de conversa com os entrevistados, da esquerda para direita: Regina Pereira, Raimunda Pereira Marques, Nailde Marques dos Santos, Ayla Pereira Marques, Katia Milene.



Fonte: Fonte: Castro, 2022.

Figura 17 - Roda de conversa com o entrevistado: Katia Milene, Raimundo Nonato Pereira Marques.



Fonte: Fonte: Castro, 2022.

Figura 18 - Roda de conversa com o entrevistado: Katia Milene, Raimundo Pereira Marques, Vêi Dico.



Fonte: Fonte: Castro, 2022.

Figura 19 - Conversa com o entrevistado: Katia Milene, Julia Pereira Marques



Fonte: Castro, 2021.

Figura 20 - Roda de conversa com o entrevistado: Maria Pereira Marques com Katia Milene.



Fonte: Castro, 2022.

A metodologia de trabalho foi construída a partir da história, associada a perspectiva interpretacionista de Geertz, visando uma descrição da cultura, uma

leitura simbólica daquela comunidade, o ato de etnografar do pesquisador é uma forma de registrar suas impressões, não são permanentes, mas podem ser observados no decorrer da pesquisa, ressalta-se que, uma imagem pode ter múltiplas interpretações, no entanto, estou fornecendo a minha daquela comunidade, uma comunidade quilombola que resiste no semiárido piauiense, que é admirável e um exemplo para as demais.

Um relato interessante acerca do processo da entrevista, mais precisamente ato de compartilhar seus relatos de vida e falar do passado.

De acordo com Oliveira (2004, p.276),

Os avós que entrevistei conversam muito com os netos e assim, cultivam a oralidade, têm algo a dizer, têm experiências a compartilhar e, deste modo, implícita ou explicitamente, propõem e confiam no diálogo. Felizes as pessoas que têm algo a contar, pois elas, diria Walter Benjamin, não se deixaram brutalizar pelo consumismo, pela futilidade, pela pobreza de experiência. Pobreza esta que põe em risco a existência e perpetuação das narrativas. Quando isto acontece, arremata o autor, barbarizamo-nos. Não só nada teríamos a contar como não haveria ninguém, provavelmente, para nos ouvir.

5.3.1 Da História para a Memória

A história é o registro dos acontecimentos no decorrer do tempo, sendo escrito pelos grupos humanos. Ela é uma edição dos principais fatos considerados importantes por uma determinada sociedade, em um dado momento. A história não é única, não está finalizada e é reescrita por cada sociedade, visando dar sustentação para as suas ações do presente e contribuir para suas aspirações acerca do futuro.

Ela pode ser escrita e reescrita ao longo do tempo, pode-se dar ênfase alguns personagens históricos, mitigar outros e buscar novas perspectivas, a história não é imutável, imutável é apenas seu objeto, os seres humanos ao longo do tempo.

Para Jacques Le Goff e Pierre Nora (1988, p.12) afirma que,

A história não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Esse caráter singular de uma ciência que possui um único termo para seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada, obriga os

historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina.

Os objetos da história são os produto das ações os grupos humanos, levando em consideração seu modo de vida, seus hábitos e práticas sociais. Para Febvre (1985, p.30) afirma que, os objetos da história são:

(..) os homens, únicos objetos da história – de uma história que se inscreve no grupo das disciplinas humanas de todas as ordens e de todos os graus, ao lado da antropologia, da psicologia, da linguística, etc; uma história que se interessa por não ser o homem abstrato, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de atividades diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contrariam, e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama a Vida.

A história da comunidade da Lagoa das Emas é uma história de resistência, uma comunidade quilombola localizada no semiárido, semelhante as outras que existem na região. Mas é uma que possui um personagem central, o Senhor Derré, considerado o fundador daquela comunidade, na visão dos moradores, um exemplo a ser seguido e enaltecido pela sua disposição de trabalhar, as memórias dos filhos, netos e bisnetos entrevistados são muito importante para compreender.

Ainda há um grande respeito pelo senhor Derré e sua esposa Maria Pereira Marques, ao ponto que Júlia (MARQUES, 2022) afirmar que “(...) o pai nunca mentiu (...)”, é uma opinião unanime a importância de ambos, para a consolidação da comunidade e construção de uma vivência social, que até está em funcionamento, com algumas práticas culturais, os festejos do Sagrado Coração de Maria e farinhada que serão abordados.

A única lembrança que encontramos na comunidade acerca da esposa do senhor Derré, e Maria Pereira Marques, é um pote de barro que foi dado para a dona Júlia Pereira Marques (MARQUES, 2022), que teria sido feito por ela, mas que infelizmente se quebrou, mas foi feito um registro fotográfico antes da quebra dele (ver figuras 21 e 22).

Figura 21 - Dona Júlia e o pote de cerâmica feito pela sua mãe



Fonte: Castro, 2021.

Maria Pereira Marques (FERREIRA, 2022), irmã de dona Júlia, afirma que o seria dela, mas está sob a guarda da irmã, ambas concordam com a importância sentimental do pote de cerâmica, mais especificamente, a prática da produção cerâmica no local, possivelmente em decorrência da ausência de vasilhas de plásticos e custo das panelas de ferro.

Figura 22 - Pote feito pela mãe herdado pela Dona Júlia



Fonte: Castro, 2021.

Conta dona Maria Pereira Marques (FERREIRA, 2022) acerca do destino do pote de barro de sua mãe,

Vazia de barro minha mãe fazia, eu pelejei pra ficar com um pote dela, mas a Doreza (Júlia), minha irmã pegou. Tinha sido minha mãe que tinha feito, eu o tempo todo andava com ele guardado por lembrança e ela me tomou. Pra mim esse pote era muito importante. (CASTRO, Katia. Entrevista concedida pela senhora Maria Pereira Marques, 2021).

A senhora Júlia Pereira Marques (MARQUES A, 2022), fala que para ela toda a sua vida na comunidade foi importante, ela fala que tem muitas lembranças, principalmente de momentos de conversas entre as pessoas da comunidade.

Esse pote é muito velho, minha mãe que fez, mas ele tá todo quebrado já, mas eu ainda tenho ele. O pote quando tá muito velho a gente vai e queima de novo, deixa ele ficar bem sequinho e pega umas casquinhas de umburana seca e queima de novo, esse pote não foi mais queimado, porque já foi queimado umas poucas de vez e enfraqueceu, ele é muito velho. (MARQUES A, 2022).

A história de Maria não é tão conhecida, como do seu esposo, mas é atribuindo o festejo do Sagrado Coração de Maria, realizado no mês de maio, com uma novena.

A fundação da comunidade Lagoa das Emas pode ser relacionado ao mito do fundador, no caso, o senhor José Pereira Bons Olhos (Derré), que deslocou-se da comunidade Lagoinha dos Macários, na proximidade, onde prestavam serviços nas roças dos fazendeiros, dona Maria (2022). O principal objetivo da mudança para a região da Lagoa das Emas, era que filho Miguel “(...) queria tirar o pai da terras alheias (...)”, que “(...) não tinham nada (...)”, “(...) só trabalhavam para comer, comprava do patrão, tipo escravidão (...)” (MARQUES F, 2022).

O senhor Raimundo, conhecido popularmente por Vêi Dico, (2022) conta que a família dele morou no Lagoa do Boi Morto, depois mudaram para a Lagoinha dos Macários e prestaram serviços para o senhor João Macário de Castro (já falecido), em troca de alimentação, não possuíam nenhum pedaço de terra, lembrando as relações de escambo ou próximo do trabalho de escravo, onde eles eram explorados de forma intensiva pelos fazendeiros, não tendo outras opções de trabalho ou morreriam de fome (MARQUES D, 2022).

Em consenso no decorrer das entrevistas, os filhos do Sr. Derré afirmam que o pai prestou serviços de roçados e outros para os fazendeiros locais, em especial, o senhor Manoel Baldoíno de Castro (1894-1977) (ver figura 25) e sua esposa, Maria José de Castro (1893-1987) (ver figura 26), dono da Fazenda Recreio, que foi adquirida de um fazendeiro chamado Noberto Macêdo, que se mudou para o estado de Goiás.

Eles chegaram no local, no ano de 1953, corroborado pelo documento registrado no cartório, mas falta as delimitações precisas do local, afirmando que o pagamento foi a vista, com um valor de 200 cruzeiros, sem a averbação e com um área de 100 hectares, deixando a situação complicada, sem os limites legais definidos, fundamentando-se nos vizinhos confrontantes a fazenda do senhor Manoel Baldoíno e terras dos ausente, uma gleba de terra (um terreno sem a devida regulamentação), localizada na fazenda São Victor, data 12 de setembro de 1953 (ver ANEXO A).

Figura 23 - Fazenda recreio, que pertencia ao senhor Baldoíno, no passado



Fonte: Acervo pessoal de Teinha Castro.

Figura 24 - Fazenda recreio, que pertencia ao senhor Baldoíno, no presente

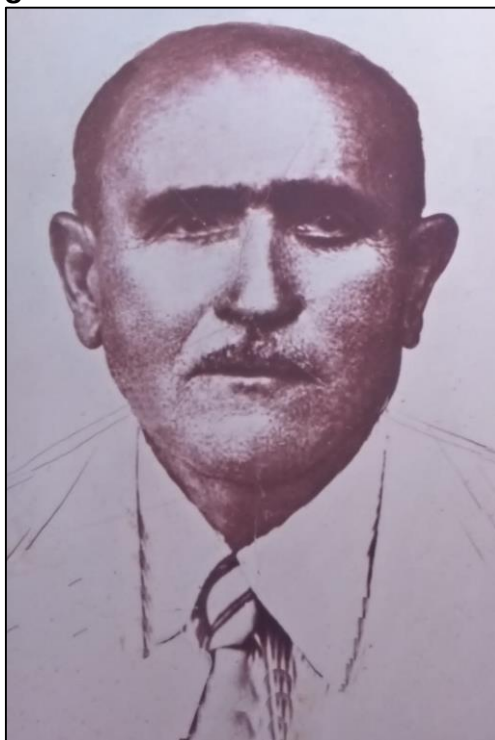


Fonte: Castro, 2022.

Foram identificadas três versões acerca da aquisição da propriedade da comunidade da Lagoa das Emas:

A primeira mais conhecida: onde o senhor Derré comprou a propriedade do senhor Baldoíno, que comprou a terra de um agrimensor que estava demarcando a região, que encontrou aquele pedaço de terra sem dono, revendendo para o fazendeiro, que revendeu para o senhor Derré, posteriormente, Baldoíno pagou o registro de terras no cartório, dando o documento de comprovaria para o senhor Derré, a forma de pagamento, acredita-se que foi pago em forma de trabalho, tendo em vista que o senhor Derré não detinha condições financeiras, onde residia, imagina comprar uma gleba de terra. A dona Maria Pereira Marques, filha do senhor Derré, também, embasou a tese que eles pagaram em serviço as terras que o senhor Baldoíno, comprou do agrimensor, trabalhando na construção de uma roça (MAQUES F, 2022).

Figura 25 - Manoel Baldoíno de Castro



Fonte: Acervo de Carla de Castro Belo

Figura 24 - Maria José de Castro



Fonte: Acervo de Carla de Castro Belo.

A segunda versão do Sr. Raimundo, Vêi Dico, que é um filho do Sr. Derré, Miguel, seu irmão visitou o pai em 1952, vendo a situação econômica desfavorável da família, vivendo nas terras alheias, com vários filhos e vivendo em troca de comida, enviou 500 contos de reis de São Paulo, para o pai adquirir o local, sobrando algum valor. Raimundo, Vêi Dico, afirma que o pai não tinha condições financeiras de adquirir uma gleba de terra, seu irmão, Miguel

Ele foi fundamental, indo visitar a família depois da aquisição da terra, posteriormente, sendo atropelado e falecendo em decorrência de vários derrames que teria tido, sendo informado por uma diretora de um hospital em São Paulo, em uma carta dirigida para o senhor Pedro Macário de Castro (já falecido), filho de João Macário de Castro (já falecido) (MARQUES D, 2022).

A história de Miguel, ilustra bem, o caso do bom filho, responsável, que mesmo distante ajuda os pais, não tem notícias de Miguel faz décadas, a carta da diretora do hospital de São Paulo foi perdida, mas a narrativa do Sr. Raimundo, Vêi Dico, é interessante para demonstrar a preocupação do irmão com seus parentes, em São Raimundo Nonato (MARQUES D, 2022).

Também não se sabe a atividade que Miguel exercia em São Paulo, não tem nenhuma fotografia e os registros são oriundos dos irmãos mais velhos. Há apontamento de traços de sacrifício de Miguel, que trabalhou arduamente em São Paulo para conseguir juntar o dinheiro para a compra da propriedade, em um intervalo entre 1952 a 1953, não se sabe ao certo, qual era a atividade ou seu grau de escolaridade, não se tem muitas informações se casou ou teve filhos.

No caso do Sr. Raimundo, Vêi Dico, teve uma relação de proximidade com o senhor Manoel Baldoíno, inclusive com a família, que nutre boas recordações, afirmando que ele foi tratado como uma pessoa de dentro de casa, mas infelizmente era sempre o último a deixar o trabalho, como se tivesse que dar o exemplo (MARQUES D, 2022). Ele afirma que era pago em dinheiro pelo senhor Baldoíno pelo trabalho na roça, diferente da dona Maria Pereira e Raimunda Marques Pereira (irmã dele), que afirmava que eles eram pagos em produtos alimentícios, que ele revendia para as pessoas próximas, em uma espécie de armazém, tipo na base do escambo (MARQUES B, 2002; MARQUES F, 2022)

Ressalta-se que as narrativas de ambos, convergem para o trabalho pesado na roça, para o senhor Baldoíno, que possivelmente empregava os moradores da comunidade para trabalhar na sua fazenda, prestando serviço, mas sem gerar vínculo

empregatício ou ter responsabilidade. Como Regina Pereira Marques afirmou que “(...) Baldoíno tinha um comércio e vendia para o pessoal da região” (MARQUES E, 2022).

A terceira versão é da dona Julia Pereira Marques, onde afirma que o seu irmão Miguel ajudou a adquirir a propriedade, mas o pai, Sr. Derré, ajudou também na comprar na terra, conta a mesma versão do Sr. Raimundo, Vêi Dico, acerca do falecimento do seu irmão Miguel em São Paulo, ainda é uma página da história da comunidade a ser abordada, pois o mesmo teria fornecido os meios materiais para aquisição da terra, que o mesmo “(...) não tinha nada para se arranjar, se arranjam debaixo de um pé de uma árvore, só com os filhos (...)” (MARQUES A, 2022).

A vida nos primeiros anos da comunidade, não foi fácil, de acordo com os relatos dos entrevistados, em especial, filhos do Sr. Derré (Maria, Raimundo, Júlia e Raimunda). A família teria migrado para um local com pouco povoado, com a presença de animais, como cobras, emas e onças, envoltos e de mitos, o principal problema para os primeiros moradores persiste até os dias atuais, a questão da água.

A questão da água é um ponto central das narrativas de todos os entrevistados, tanto os mais velhos, quanto os mais novos, constituem um ponto da memória coletiva da comunidade da Lagoa das Emas, mais especificamente, a falta dela, até dos dias atuais.

A água influencia o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e do abastecimento, onde durante décadas, eles dependeram da água dos barreiros e de lagoas nas proximidades, de uso comunitário e na Fazenda Recreio, quando o genro do Senhor Manoel Baldoíno, Hilton Rocha da Silva (já falecido) e sua esposa Auristela de Castro Silva (Teinha), que administravam o local, conta Maria Pereira Marques.

Nailde dos Santos Marques, relata que não poderia derrubar a madeira nas terras deles, ele “Hilton” reclamava do tamanho da propriedade do senhor Baldoíno (SANTOS, 2022). Conta Regina Pereira Marques o marido da filha do senhor Baldoíno, implicava com o pessoal da comunidade, quando ia retirar água para o consumo (MARQUES E, 2022).

Foi perguntado para o senhor Raimundo Pereira Marques, se teria uma piscina para banhar-se na comunidade, a resposta foi interessante: “(...) morrendo de sede, vamos fazer uma piscina, temos dificuldade de água (risos)” (MARQUES C, 2002).

A casa de Farinha foi um ponto abordado pelos entrevistados, que o senhor Derré construiu uma casa farinha para o processamento da mandioca no local, sendo utilizada durante muitos anos, que posteriormente, foi desativada, por conta de fortes

estiagens, que impediram o cultivo da mandioca, conta Nailde dos Santos Marques (2022) e Raimundo Nonato, filho de Dona Maria (2022). Ela ficava onde atualmente é a casa da senhora Nailde (SANTOS, 2002; MARQUES C, 2022; MARQUES B, 2022).

Atualmente, na comunidade possui 2 casas de farinhas, que foram construídas nas casas de familiares do senhor Derré, no entanto, possuem um dono, mas são utilizadas de forma coletiva, a pessoa exógena deixava um percentual de farinha para o dono de casa de farinha, conta Raimundo, filho de Maria. Perguntado acerca da importância da casa de Farinha, ele afirma “(...) Sim. à casa de farinha é uma importância de sem medidas (...)” (MARQUES C, 2022).

O processo da farinhada é um momento coletivo da comunidade, onde se reúnem para a realização do processamento da mandioca, que são obtidos três de farinhas: farinha de guerra, farinha de puba e farinha de borra e os dois subprodutos de processamento, o cascalho e a maniva que são os restos da mandioca utilizada como ração para os animais.

O senhor Raimundo Pereira Marques, Vêi Dico, juntamente com outras pessoas da comunidade estão reconstruindo uma nova casa de farinha coletiva, para o processamento da mandioca, ressurgindo a prática da farinhada, uma importante prática cultural da sociedade (ver as figuras 27 a 32).

Figura 27 - Nova Casa de Farinha em construção na comunidade



Fonte: Castro, 2023.

Figura 28 - Prensa de madeira para compactar a massa da farinha



Fonte: Castro, 2023.

Figura 29 - Forno a lenha passa assar a farinha



Fonte: Castro, 2023.

Figura 30 - Reservatório para colocar a massa de mandioca popularmente conhecida como (cocha).



Fonte: Castro, 2023.

Figura 31 - Vista na parte de trás do forno de fazer a farinha



Fonte: Castro, 2023.

Figura 32 - Sr. Raimundo, Vêi Dico, apresentado o cevador um maquinário da casa de farinha.



Fonte: Castro, 2023.

O senhor Raimundo, Vêi Dico, mostra com orgulho o maquinário (cevador) e local de construção da casa de farinha, sendo uma prática que está sendo resgatada pela comunidade local, dessa forma, representando uma volta as origens, da fundação da comunidade pelo senhor Derré (MARQUES D, 2022).

Dentro desse contexto, uma prática que cimenta as relações sociais dentro da comunidade, um fator de união, tendo em vista que necessita de um trabalho coordenado das pessoas.

Os lajedos, onde estão localizadas a água servia como um ponto de abastecimento para a comunidade, zona de segurança, mas em períodos de seca, a água ficava argilosa, tinha a presença de animais, gerando uma água de má qualidade para o consumo, às vezes, provocando problemas de saúde, por contaminação, agravados pela ausência serviços médicos regulares nas proximidades, apenas em São Raimundo Nonato, conta Julia Pereira Marques (MARQUES A, 2022) (ver figura 33).

Figura 33 - Lajedo de rocha nas lagoas



Fonte: Castro, 2023.

Nailde Marques dos Santos rememora acerca da qualidade da água, “(...) bebiam água das lagoas mesmo, passado triste, (...) lavavam roupas no lajedo e kiboa era o sol”, demonstrando a situação hídrica da comunidade antes da instalação das cisternas (SANTOS, 2022).

Os lajedos são pontos interessantes das histórias e memórias dos moradores locais, as lagoas da redonda, do boi e véa eram um ponto de encontro dos moradores da comunidade, para pegar água, pescar, lavar a roupa, nadar, para molhar a plantação e os animais bebiam água, era o ponto de vida da comunidade, que ajudou a resistir durante muitas secas, na região, conhecida pelo seu clima semiárido. A presença de um muro histórico e gravura de um zoomorfo na lagoa redonda, os filhos do Sr. Derré afirmaram que o muro histórico contida no interior da lagoa, não sabe-se ao certo a origem dos construtores, mas associam ao tempo dos escravos (ver figura 34).

Figura 34 - O muro histórico na lagoa Vêa



Fonte: Castro, 2023.

A “Pedra do Sino” importante no imaginário dos moradores locais, em especial, mais, reza a lenda, caso você bater nessa rocha com outra rocha, gerando o som de um sino. A dona Regina guiou até o local da rocha, fez algumas demonstrações do seu funcionamento, realmente possuindo o som de um sino, sendo um vídeo gravado (ver figura 35).

A senhora Eletícia Pereira dos Santos, de 58 anos, na comunidade do Baixão dos Bois conta acerca das gravuras rupestres, que “(...) foram deixadas por Deus, tem rastro de sol, rastro de carro, (...) o homem não pode ter fazer umas coisas dessas (...)” (SANTOS B, 2023).

O Sr. Raimundo, filho da dona Maria, também cita existência dessa rocha sonora na lagoa redonda, que proporcionou momentos de lazer e diversão para os visitantes das lagoas (MARQUES C, 2022). A dona Raimunda Marques conta que “(...) já bateu umas poucas de vezes (risos)” na pedra do sino, não sabia o motivo, mas batia na rocha sonora, sendo uma lembrança importante da vida dela, arrancando vários sorrisos deles durante a entrevista, ou seja, foi algo que impactou a memória dela, uma lembrança positiva (MARQUES F, 2022). Sr. Raimundo afirma que “(....) admirava a forma das pedras, o muro histórico (...)” (MARQUES C, 2022)

Enquanto, para Ayla, já tinha ouvido falar da Pedra do Sino, mas nunca foi ver o local, nem o irmão e os mais jovens, tendo em vista que não tinham o costume de frequentar as lagoas, como os mais velhos, já que não precisavam buscar água, por conta do abastecimento dos carros pipas, na comunidade (BORGES, 2022).

Figura 35 - A Pedra do Sino, na lagoa véa



Fonte: Castro, 2022.

As gravuras rupestres é um registro presente nas lagoas, em geral, em forma de ideomorfos e zoomorfos, na região do Parque Nacional Serra Capivara é abundante a presença dessas manifestações. Não foi encontrado até o presente momento, nenhum registro de pintura rupestre no local, apenas de gravuras, sendo na base da rocha, podem ser associada as tradições rupestres presentes na região: Itacoatiaras²⁷ do Oeste e do Leste, com uma datação anterior de ocupações indígenas na região, mas é um ponto importante pode ser estudado com mais profundidade, posteriormente no local (ver as figuras 36 e 37).

²⁷ A explicação do termo que são conceituadas como “(...) pedras lavradas, pedras pintadas, gravuras, pinturas, letreiro, glifos, litoglifos, petróglifos, pictografias, litografias e hieróglifos brasileiros.” (FARIA, 1987, p. 41).

Sua irmã, Carmelita Pereira dos Santos (2023), 78 anos, também entrevistada, afirma a Pedra do Sino, (...) conheço, na Lagoa Véa, andava muito lá. Nos batia, por achar bom, batia lá, lavava roupas lá, tinha muito caldeirão, ela trinca quando bate na pedra (do sino) (...) (SANTOS A, 2022).

Figura 36 - Figura de zoormofo na lagoa redonda



Fonte: Castro, 2022.

Figura 37 - Figura de zoormofo na lagoa redonda



Fonte: Castro, 2022.

A situação do abastecimento de água é um problema que ainda existe na comunidade, mas foi mitigado com a instalação de cisterna do Programa de Convivência com o semiárido, que vem sendo desenvolvido pela Cáritas, assim proporcionando a água de boa qualidade para os moradores locais, coordenado por dois funcionários Iran Moraes e Hildebrando, entre 1994 a 1997, conta Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022)

Raimundo Nonato Pereira Marques (2022), conta que, a partir da implementação de políticas durante o governo Lula, como política de abastecimento de carros, bolsa família e outros incentivos, contribuíram para a fixação das pessoas na comunidade, assim tendo alguma renda, não dependendo exclusivamente do produto oriundo da roça, deixando claro que o “(...) o governo Lula foi um divisor de água (...)” (MARQUES C, 2022), demonstrando a importância de implementação de políticas de fixação dos homens e mulheres no campo, com condições de vida. Visão corroborada pela Dona Nailde acerca da importância do bolsa família (SANTOS, 2022)

A energia foi outro ponto abordado, tanto por Nailde Marques dos Santos e Raimundo Nonato Pereira Marques afirma que até a energia chegar no ano de 2005, eram rui demais ou faltava muito, depois do Programa de Luz Rural na comunidade, resolve em grave problema na comunidade, como diria Dona Nailde “(...) antes era na velinha” (SANTOS, 2022). O local não disponha de comunicação como um telefone ou orelhão, até hoje não tem, sendo fundada na década de 1980, trazendo as informações para a comunidade, com uso de rádio de pilha.

De acordo com o relato da Dona Nailde, a televisão foi introduzida por ela, na comunidade, em 2006, com instalação de uma antena parabólica, levando informações para a comunidade, onde todos se reuniam entorno da casa dela para assistir as novelas (SANTOS, 2022).

5.3.2 Da Memória para o Patrimônio

A passagem da memória para o campo de patrimônio, é um momento importante do contexto social da comunidade da Lagoa das Emas, partindo do preceito que o conceito de patrimônio como um legado que é deixado de geração para geração, a partir das vivências dos mais experientes, para os mais jovens, ressaltando a importância do fundador da comunidade, o senhor José Pereira Bons Olhos (Derré).

5.3.3. O patrimônio natural e cultural material

5.3.3.1 As lagoas

As lagoas constituem um patrimônio natural e cultural da comunidade da Lagoa das Emas, no sentido de um local de memórias, dos tempos ruins de seca e dos bons de cheias. Os entrevistados ressaltam a importância da água das lagoas para a abastecer a comunidade, antes da chegada dos carros pipas e a instalação das cisternas.

Antigamente, era um local bastante frequentado, para consumo da água, para lavar roupa, pescar, nadar e levar os animais para beber água. Há uma convergência de sua importância para os entrevistados mais velhas, diferente da Ayla, que demonstrou um distanciamento afetivo do local, assim percebe-se que não possuía a mesma importância para os mais experientes de vida.

Dentro desse contexto, os registros rupestres e o muro histórico demonstram a existência de uma memória afetiva, que remonta os antigos moradores, antes deles chegarem no local, sejam índios ou escravos, uma história que ainda precisa ser escrita com mais profundidade, excluídos da história oficial.

Mas infelizmente, o muro histórico passou por um processo de desestruturação, tendo em vista, que os alguns moradores retiraram as rochas para servir de alicerce para suas residências, assim demonstrando uma não preocupação com sua preservação, um ponto que pode ser trabalhado com a educação patrimonial na comunidade, como ocorre a perspectiva dos povos pré-coloniais no Brasil.

Para Moniot (1988, p.100-101),

A exclusão de tantos povos era tanto decretada de diversas formas. Inicialmente por uma ideia já adquirida: não fizeram nada de notável, nenhum produto durável, antes da chegada dos brancos e da civilização – a selvageria como pré-história anônima e bronca, um dos estereótipos justificando do fardo do homem branco”. Mais ou menos grosseira, mas amplamente difundida, a ideia esterilizava os germes da curiosidade histórica, privada de objetos pela evidência. Diversamente, os filósofos colocavam fora da história as sociedades privadas de Estado – essa expressão manifesta do requinte e da permanência de um sentido – ou todas aquelas que, repetitivas ou somente agitadas no caos, não trabalhavam numa construção desejada, consciente, progressiva.

Os registros rupestres encontrados no lajedo das lagoas são sítios arqueológicos junto com o muro histórico, que devem ser preservados, a educação patrimonial é o melhor instrumento de proteção, associado ao desenvolvimento de um turismo sustentável para o local, assim contribuindo para a fixação dos habitantes no local, contribuindo para a preservação do seu patrimônio cultural, por conta da memória histórica e dos recursos para a comunidade.

Para Santos e; Gita Oliveira (1997, p.11),

(...) cabe ressaltar a importância dos sítios arqueológicos, constitutivos do patrimônio cultural, como testemunhos tanto históricos quanto imemoriais de ocupação do território bem como de sua utilização. Constituem provas concretas da presença e atividade humanas em parcelas do território que podem ser atestadas e datadas.

A pedra do Sino é uma rocha, que ressoa um barulho que assemelha ao sino, como citado, conhecida como “pedra sonora”. Há uma convergência dos mais velhos entrevistados acerca da sua importância na infância, contendo boas memórias, inclusive batendo várias vezes na rocha, sem saber o motivo, apenas o de esçoar o barulho. Foi até citado pela dona Regina Pereira Marques, a existência de outra rocha sonora, mas não foi localizada no dia, inclusive, ela estaria partida, de tanto o pessoal bater nela, para ressoar o barulho do sino (MARQUES E, 2022).

5.3.2.2 A casa de Farinha

A casa de farinha é o local importante para a comunidade da Lagoa das Emas, tendo em vista o plantio da mandioca, ocupava um lugar central na vida daquela sociedade. Os produtos do processamento da mandioca serviam para a alimentação da comunidade, dos animais e como produto de troca na vizinhança (ver a figura 38).

A primeira casa de farinha teria sido construída pelo senhor Zé Preto (*In memorian*) genro do Senhor (Derré), que foi utilizada durante muitos anos e está localizada onde atualmente é a casa da dona Nailde, um ponto central na comunidade, especialmente, pela localização do Pé de Figueira, conta Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022). Posteriormente, a casa de farinha foi desativada por conta dos períodos de seca, que inviabilizaram o plantio da mandioca, assim não podendo processar o produto.

De acordo com o senhor Raimundo Nonato Pereira Marques, existiu uma antiga casa de farinha, na casa da senhora Raimunda Marques na década de 1980. No tempo dessa casa de farinha, era o tempo da bonança, de fartura, tempo de barriga cheia, tempo que menino brincava com beiju e com tapioca (MARQUES C, 2022)

Hoje não existe mais essa casa de farinha, até ano passado tinha aquela coxa que o Zé preto marido da Raimunda fez pra botar tapioca, até essa eles desmancharam. Fosse comigo aquela ali não tinham desmanchado não. Eu me lembro dessa casa de farinha desde quando começaram a fazer, nois trabalhando muito. Eu mais a Nega levantava de madrugada para buscar água pra coar a tapioca, coava pra poder ir raspar a mandioca, e era tanta tapioca que não tinha quem desse conta. A gente dava a tapioca pro povo, porque de primeiro num dava dinheiro, quando gente pobre tem as coisas num dá dinheiro não. No tempo dessa casa de farinha meu pai (Derré) ainda era um velho trabalhador, ele era um velho forte. (CASTRO, Katia. Entrevista concedida pela senhora Maria Pereira Marques, 2021).

Figura 38 - Vestígio da antiga Casa de Farinha



Fonte: Castro, 2021.

Observar-se que os produtos oriundos da mandioca, já citados, ocupavam um destaque na alimentação da comunidade, junto com feijão e o milho, mas como cita, o senhor Raimundo Nonato Pereira Marques, que “(...) o governo foi um divisor de água”, os programas sociais impactaram positivamente a comunidade, assim reduzindo a dependência total da terra, associado aos moradores que emigram

regularmente para trabalharem em outros locais, cidade e estados, na construção civil e comércio, por fim, enviando recursos regularmente para a comunidade, conta Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022) e o senhor Raimundo Nonato (MARQUES C, 2022), possibilitando a compra de mantimentos externos em maior quantidade, tanto, que ambos afirmam que ninguém passa fome na comunidade, memória que é muito citada pelos mais velhos, o período de vacas magras e a necessidade de vender seu trabalho para os fazendeiros locais, em forma de escambo, quase uma analogia a escravidão.

A análise da reconstrução e construção de novas casa de farinhas, na minha opinião, estão associadas a tentativa de trazer de volta uma importante prática social coletiva, o processamento da farinha e seus produtos, do que propriamente viver dessa atividade econômica. Há uma outra casa de farinha sendo construída, na Lagoa do Encanto, na casa do senhor Raimundo Jaime, com uma distância aproximada de 500 metros da sede da comunidade da Lagoas das Emas.

O aiol é exemplo de como era feito o transporte de mercadorias, a mandioca ou mesmo seu produto a farinha, há também um saco chamado surão, relatado pelo Raimundo, Vêi Dico (MARQUES D, 2022) que colocavam a farinha e transportavam, feito de uma planta (Caroá). Não foi encontrada nenhum surão, em parte, a prática que desapareceu com advento sacolas e recipientes de plásticos (ver figura 39).

Figura 39 - Aiol, utilizando para o transporte de cargas nos animais



Fonte: Castro, 2023.

Ressalte-se a fala do senhor Raimundo, Vêi Dico, (MARQUES D, 2022) mas também a partir dos gestores e da entonação acerca da rememoração dos tempos da farinhada no local, tanto que o mesmo está construindo uma casa, como já foi citado, falando com orgulho e levando-me até o local, olhos deles brilhavam de felicidade, contando os planos das farinhadas (ver figura 40).

Figura 40 - Processo de retirada da casca da mandioca pela comunidade da Lagoas das Ema



Fonte: Acervo pessoal de Ayla Pereira Marques.

Gostaria de abordar a importância dos aposentados para a economia da comunidade da Lagoa das Emas, eles garantem um fluxo mensal de recursos financeiros para o local, inclusive seus parentes, filhos e netos, remunerando com a parte da contratação de serviços, girando a economia local, como contou a Dona Júlia Pereira Marques (MARQUES A, 2022), Nailde Marques dos Santos reforça afirmando que há “(...) um bocado de aposentados na comunidade”. Como a própria dona Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022) afirma que há “(...) muitos jovens no local (...) não tem ocupação ou trabalho, trabalho apenas na roça (...) uns viajam e outros vão para São Raimundo Nonato (...)” em busca de melhores condições de vida.

5.3.2.3 O Pé de Figueira

O Pé de figueira é um importante local de encontro da comunidade Lagoa das Emas, onde pessoas se encontram para discutir os problemas da comunidade, conversa e se encontram, é considerada uma espécie de praça na comunidade, tendo em vista a ausência de uma praça construída, chamada de “roda de conversa” (ver figura 41).

O Pé de Figueira está localizado em frente à casa da senhora Raimunda Marques e ao lado da igreja. O Pé de Figueira é uma árvore que foi plantada por dona Raimunda e seu esposo Zé Preto (já falecido) há aproximadamente três décadas e meia. É considerado um lugar de memória porque as pessoas da comunidade se reúnem embaixo da sombra dessa árvore para realizarem reuniões e rodas de conversas.

Minha mãe trouxe uma muda, de um outro pé de figueira que tinha na Lagoa do Encanto. E naquele tempo parece que eles pegavam o pé de figueira e raspavam, amarravam em um bolo de areia e ficavam aguando até a muda pegar’. (CASTRO, Katia. Entrevista concedida pela senhora Nailde Marques dos Santos, 2021).

Figura 41 - Localização do Pé de Figueira



Fonte: Castro, 2021.

De acordo com o senhor Raimundo Nonato Pereira Marques (MARQUES C, 2022), o Pé de Figueira é o centro da comunidade, é o local onde todos se reúnem,

pois é um local sombreado e utilizado para a realização de encontro de grupos, realização de reuniões, festas e rodas de conversas, para ele o local possui importância como sendo um local simbólico onde tudo o que acontece na comunidade tem que passar por aquele local.

5.3.2.4 A Igreja

A Igreja da comunidade está localizada em frente ao Pé de Figueira e a casa da senhora Raimunda Marques, a construção da igreja teve início no ano de 1994, mas passou um bom tempo sem intervenções de construção, as últimas construções e modificações na igreja aconteceram no ano de 2019 (ver figura 42).

Figura 42 - Igreja Católica do Sagrado Coração de Maria



Fonte: Castro, 2021.

Conforme a senhora Nailde Marques quando começou a construção da igreja apenas com o alicerce levantado, a celebração do novenário passou a ser realizado naquele local. A construção da igreja foi realizada através da mão de obra dos moradores da comunidade, no final da construção a comunidade recebeu doações de cimento, telhas e madeira (SANTOS, 2022).

A ideia da construção da igreja católica veio depois de realizarem o festejo por um longo período de tempo em frente à casa da senhora Raimunda Marques, para

ela a relação dos moradores da comunidade com o festejo ao Sagrado Coração de Maria é um dos costumes mais importantes da comunidade (MARQUES C, 2022).

Eu praticamente nasci e me criei aqui, fui embora pra cidade e voltei em 1995 para a comunidade, quando eu cheguei minha mãe Raimunda, sempre tava dando início e eu vi que era uma causa importante e que a gente precisava abraçar e achei boa, quando vi eu já tava envolvida e hoje eu acho que tô e sou uma das pessoas mais envolvidas dentro da igreja, eu mesma é quem faço a organização da novena aqui na comunidade'. (CASTRO, Katia. Entrevista concedida pela senhora Nailde Marques dos Santos, 2021).

Figura 43 - Altar da Igreja



Fonte: Castro, 2021.

O senhor Raimundo Nonato Pereira Marques relata que ele foi um dos idealizadores da construção da igreja católica (ver figura 43), para ele a relação das pessoas da comunidade com esse local é muito importante (MARQUES C, 2022)

Eu dei a ideia de que tinha que ter alguma coisa, de construir a igreja, com a coragem e com vontade, a comunidade se juntou e juntos construímos com ajuda de outras pessoas, mas a mão de obra foi toda da comunidade. (CASTRO, Katia. Entrevista concedida pelo senhor Raimundo Nonato Pereira Marques, 2021).

Figura 44 - Sagrado Coração de Maria



Fonte: Castro, 2021.

A imagem do Sagrado Coração de Maria foi uma doação para a comunidade, realizada pelo vereador Dalmiran Ribeiro dos Santos Castro, no ano de 2005, colocada na igreja da comunidade (ver figuras 43 e 44).

Há uma convergência dos entrevistados acerca da importância da igreja para a comunidade, mas eles pleiteiam uma maior atenção do pároco atual, em respeito a questão da confidencialidade das fontes, será feito um pequeno resumo, sem revelar as fontes, tendo em vista o receio de gerar dissensos na comunidade e interferir nas relações entre a comunidade e o pároco atual, é necessário pensar nas consequências da divulgação de algumas informações pessoais da pesquisa.

Mesmo não possuindo um pároco residente no local, que atende mais comunidades na região, há um pároco lotado, que celebra uma missa mensalmente e/ou quinzenalmente. Há uma forte lembrança dos antigos párocos, Edilson e Abrahão, ambos já citados como compreensivos, afáveis e presentes, no âmbito da comunidade da Lagoa das Emas.

Dentro desse contexto, uma frase que marcou de um entrevistado, que afirmou que “Todo bichinho gosta de um carinho”, ou seja, citam a necessidade do pároco atual conseguir uma melhor comunicação com a comunidade, não pensando exclusivamente na questão financeira da Igreja, que é administrada por ele, com ajuda da comunidade (MARQUES D, 2022).

Uma hipótese levantada no decorrer da pesquisa, seria o fato da comparação do atual pároco com os párocos anteriores, podendo estar como dificuldade o processo integrativo com a comunidade, uma grande expectativa, tendo em vista que a comunidade é muito religiosa e possui uma devoção pelo Sagrado Coração de Maria.

5.3.2.5 A casa da Raimunda

A residência da senhora Raimunda Marques filha primogênita do casal José Pereira Bons Olhos e Maria Pereira Marques, está localizada ao lado da Igreja e do Pé de Figueira da comunidade Lagoa das Emas, foi a segunda casa a ser construída na comunidade e atualmente é a casa mais antiga da comunidade, foi construída na década de 1970 por técnicas da arquitetura vernácula, por seus pais (ver figuras 45 e 46).

Segundo informações da senhora Nailde Marques dos Santos, a filha de dona Raimunda, a casa foi construída e longo dos anos foi passando por modificações, atualmente a casa possui oito cômodos sendo: Quatro quartos, duas salas, uma cozinha e um banheiro (SANTOS, 2022) (ver figura 45). De acordo com a mesma o festejo ao sagrado coração de Maria era celebrado em frente à casa de sua mãe.

E assim ela já festejava porque era um festejo que a mãe dela fazia, festejava o sagrado coração de Maria, ai quando a minha vó Maria faleceu deixaram de festejar esse novenário, e anos depois a minha mãe voltou a festejar, ai fazia a novena aqui na frente da casa, na verdade era até outra casa, mas ai depois construíram essa casa, mais na frente um pouquinho, ai ela continuou fazendo esse novenário por muitos anos. (CASTRO, Katia. Entrevista concedida pela senhora Nailde Marques dos Santos).

Figura 45 - Dona Raimunda, na casa dela



Fonte: Castro, 2021.

Conforme a senhora Nailde Marques dos Santos (2022) relata, que dona Raimunda Marques passou muitos anos sem realizar esse novenário, depois de muito tempo deram continuidade ao novenário em honra ao sagrado coração de Maria, após a realização da reza as pessoas se reuniam para rodas de conversas passou muitos anos sem realizar esse novenário, depois de muito tempo deram continuidade ao novenário em honra ao sagrado coração de Maria, após a realização da reza as pessoas se reuniam para rodas de conversas.

Figura 46 - A Casa da dona Raimunda, na comunidade Lagoa das Emas



Fonte: Castro, 2021.

5.3.2.6 A escola

Na comunidade Lagoa dos Emas possui uma unidade escolar, com o nome de Escola José Pereira Bons Olhos, com uma estrutura simples e contando com um poço artesiano na sua proximidade, o mais próximo dentro da comunidade, mas não consegue atender toda demanda por água. A escola oferta pré-escola e ensino fundamental- anos iniciais, até os segundo ano, posteriormente, os alunos são nucleados para outra escola municipal João Braz do Rosário na comunidade Lagoa da Firmeza, também pertencente a esfera municipal, onde é ofertado até o ensino fundamental- anos finais (ver a figura 47).

Figura 47 - Escola José Pereira Bons Olhos, parte interna



Fonte: Castro, 2023.

Há uma convergência entre os entrevistados da importância do prédio escolar para a comunidade, mas também há na sua desativação, onde Regina Pereira Marques afirma que “(...) na Lagoa da Firmeza, não tem muitas crianças, mas tem uma escola, nas outras comunidades tem muitas crianças (...). Ayla Pereira Marques (2022) afirma que há apenas dois professores e um diretor trabalham regularmente no local, dando segmento as primeiras letras para as crianças, também não há um programa de educação de jovens e adultos, algo que seria muito interessante para a

aquela comunidade, devido a presença de pessoa sem estudo e possibilidade de qualificação profissional para a comunidade.

Em geral, os filhos e as filhas do senhor Derré tiveram pouco estudo, não passando do antigo primeiro, onde eles afirmam que estudam sem pagar mensalidade, mas sem fornecer informações precisa acerca dos dados, sendo que a escola está localizada nas terras do senhor Derré, que possivelmente cedeu para a construção do prédio escolar, conta Júlia Pereira Marques (2022).

A Ayla Pereira Marques (2022) conta que regularmente junto com outros jovens necessita se deslocar para São Raimundo Nonato, para cursar o ensino médio, devido sua ausência no local, uma distância de 9 a 10 km, de estrada de chão.

5.3.2.7 Os cemitérios na comunidade

Há dois cemitérios próximos a comunidade Lagoa das Emas, onde estão e são enterradas as pessoas da comunidade Lagoa das Emas, é uma forma de manter os entes queridos que partiram mais próximos dos vivos, que visitam para realizar suas homenagens póstumas.

As lápides estão em bom estado de conservação, não foi possível identificar os mais antigos, tendo em vista que as cruzes foram feitas de madeira, degradada pelas ações naturais e biológicas, mas demonstra que vem sendo utilizado, sendo construído novos jazidos, como uma de capela.

Ou seja, demonstrando que os moradores da região preferem enterrar seus parentes falecidos no próprio, assim estado mais próximos deles, o cemitério é mantido pela própria comunidade, que dá a manutenção nas datas importantes. Inclusive uma das filhas do senhor Derré, Ivanilde Pereira Marques, está enterrada naquele local, junto com outros parentes da comunidade, junto o senhor Derré fundador da comunidade, a construção do cemitério remonta a década de 1990 (ver figura 48).

Figura 48 - Cemitério Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Castro, 2022.

O segundo cemitério, cemitério da comunidade Lagoas, cercado por madeira, semelhante ao primeiro, mas possui um aspecto de ser mais recente, por conta das características das sepulturas, não foi possível identificar os jazidos, por as cruzes serem feitas madeiras, deterioradas em um processo causado por agentes naturais e biológicos, algo comum na região (ver figuras 49 e 50).

Figura 49 - Cemitério da comunidade Lagoas



Fonte: Castro, 2023.

Figura 50 - Cemitério da comunidade Lagoas das Emas



Fonte: Castro, 2022.

5.4. O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS

O patrimônio cultural imaterial da comunidade Lagoas das Emas está relacionado a suas práticas culturais e hábitos de vida.

5.4.1 Os festejos do Sagrado Coração de Maria

Os festejos do Sagrado Coração de Maria é o ponto de culminância, na comunidade da Lagoa das Emas, onde é realizada uma novena, no mês de maio, em comemoração ao Sagrado Coração de Maria, sendo um guia de referência para a comunidade local.

A genealogia da comemoração nos relatos dos entrevistados, remete a primeira esposa do senhor Derré, Maria Pereira Marques, que implantou a prática da realização de uma novena, um mês ao ano, no mês de maio, na sua residência.

No entanto, Raimunda Pereira Marques relatou que não sabe o motivo da devoção do sagrado coração de Maria, a mãe passou para a filha, a novena. Era uma novena da mãe que passou para os filhos, que herdou da mãe dela, não tinha festejo, nem comida e nem bebida, apenas a reza da novena (MARQUES F, 2022).

Anteriormente, a reza era feita na casa do senhor Derré, posteriormente, com o falecimento da sua primeira esposa, Maria Pereira Marques que faleceu em 1978, sendo enterrado no cemitério das Lagoas. A celebração foi transferida para casa de dona Raimunda Pereira Marques, filha mais velha, onde continuou com a prática até a construção da igreja, que posteriormente, é realizada até os dias atuais, conta o senhora Raimundo Pereira Marques (MARQUES C, 2022). A título de informação o senhor Derré depois do falecimento de sua esposa, se casou novamente, mas especificamente com sua cunhada, Vitalina Pereira Marques (já falecida), que era solteira e não tinha filhos em 1981, que faleceu em 1994, sendo enterrada no cemitério do encanto, deixando o mesmo viúvo novamente, apenas ele mencionou a existência dela, dos entrevistados.

Levantou-se a hipótese de sua mãe ter trago a prática de outra localidade, onde residiam anteriormente, mas infelizmente há lacunas na memória de dona Raimunda Pereira Marques (MARQUES F, 2022). Há uma convergência dos entrevistados acerca da importância dos festejos para a comunidade, um momento de união, alegria, celebração e algo que torna em comum.

5.4.2 Os benditos

Os benditos são orações que são feitas para homenagear os santos e santas na região, na comunidade Lagoa da Emas, Maria, mãe de Jesus, é a principal homenageada na figura do Sagrado Coração de Maria (ver a figura 44).

Há uma convergência das filhas do Senhor Derré entrevistadas, que a mãe iniciou a prática na comunidade Lagoa das Emas, os benditos teriam sido criados pela sua mãe, que foram transmitidas e foram para suas filhas e netas, mas parte dessa memória está sendo perdida, tendo em vista que a geração mais jovem, não demonstra tanto interesse em aprender, mas participam dos festejos da comunidade.

Figura 51 - Bendito do Sagrado Coração de Maria

75- Bendito louvado seja o Anjo de mais valia. É assim que se faz novena pro coração de Maria.

_ O Rosário que eu reza a ninguém eu não daria que é pra eu levar pro céu, para o Coração de Maria.

_ Jesus Cristo me chamou eu era quem não ouvia porque traria empregada no Coração de Maria.

_ O sol ia saindo e a lua resplandecia. É assim que se faz novena no Coração de Maria.

Fonte: Acervo da autora.

Mas também há em comunidade próxima a comunidade da Lagoas das Emas, a presença de três irmãs rezadeiras, Carmelita Pereira dos Santos, Maria Aparecida dos Santos Ferreira, e Eletícia dos Santos Marques (ver a figura 52), já citadas no texto, também realizam a prática dos benditos, que foi repassada pela sua mãe, Alzira Pereira dos Santos, analfabeta e já falecida, 1993.

Figura 52 - Irmãs rezadeiras Carmelita, Eletícia e Maria Aparecida



Fonte: Castro, 2023.

A história das irmãs rezadeiras tem seu grau de similaridade da comunidade das Emas, onde a obtenção de uma terra para viver, a fome que rodava constantemente o cotidiano deles e a falta de água e problemas com os vizinhos fazendeiros, em especial, no sentido de necessitar trocar trabalho braçal por alimento, devido não ter outra opção e associado a falta de estudo, algo normal na segunda metade do século XX, no Piauí.

As irmãs rezadeiras relatam que o pai foi demitido pelo Sr. Baldoíno, por ter faltado o serviço, sem a devida explicação e necessitando sair das terras dele, que habitava na região do boi morto. Assim ela, teria feito uma promessa a São Salvador, que caso, conseguisse o dinheiro para comprar uma gleba de terra, ela seria devoto dele (ver figura 50).

Destarte, dona Alzira foi rezando para os fazendeiros em troca de esmolas, com esse dinheiro das esmolas, o seu esposo teria comprado 20 hectares de terra do senhor Jessé, um proprietário da região, assim conseguindo seu lugar para viver, fugindo um pouco dos assédios dos fazendeiros e realizando a prática da rezadeira de São Salvador, que concedeu a terra na visão da mãe.

De acordo com Maria Aparecida dos Santos Ferreira (FERREIRA, 2023),

Baldoíno fez nois sofrer demais, papai trabalhava para ele (...) Morávamos nas terras dos Baldoíno (...) Papai não foi trabalhar para ele, foi demitido por ele (...) Ele foi expulso das terras do Baldoíno (...) A minha mãe fez uma promessa para uma terra para viver, o velho Jessé vendeu 20 hectares de terra para ele (...) Comprou essa gleba de terra.

Elas mudaram jovens para a terra adquirida pelo pai, a mãe continuou com prática de rezar para São Salvador e realização de benditos, depois do falecimento da mãe, demonstrando também o desinteresse da juventude pela prática. Dentro desse contexto, elas cantaram alguns benditos da própria cabeça, ressalte que as três possuem pouco estudo, ou seja, é uma prática oral, não tem registro de todos os benditos da mãe delas, dona Alzira.

Carmelita Pereira dos Santos afirma que “A minha mãe ensinou para nós (...) Não tem nenhuma benzedeira (...) Ela me deu o santo, São Salvador (...) O festejo está na casa de Eletícia (...) Mês de dezembro” (SANTOS A, 2023). Mas também

ressalta o preconceito, o certa vez, um fazendeiro disse, que santo não precisava de esmola para viver, ver o bendito de São Salvador abaixo (ver figura 53).

Bendito da Esmola

- É chegado nesta casa. 2x
- Um ano de alegria, por dentro um retrato divino São Salvador. 2x
 - Divino São Salvador. 2x
- Caiu sua friguia, vem tirando a sua esmola, que é promessa prometida.
 - Os milagres desde santo. 2x
- Tem grandes miricimentos, que levanta os que tá morto que dirá quem tá doente. 2x
 - As medalhas vai entrando. 2x
 - Divino São Salvador, visitando os morador. 2x
 - Ói que visitas tão bela. 2x
- Retiradas tão galantes, retiraí deste povo todo, dê uma esmola a este santo. 2x
 - Ele canta e pede esmola. 2x
 - Não é pelo caricer é pra esprementar quem devoto quer ser. 2x
 - Minha a visita minha gente. 2x
 - Que alegria andar na rua, divino São Salvador, cercado com aleluia. 2x
 - Olha que casinha bem feita. 2x
 - Pelos puder de Maria, que ela viva muitos a mulher com seu marido. 2x
 - A mulher com seu marido. 2x
- Nasceram tudo num dia, um é filho de Deus pai e outro da Virgem Maria. 2x
 - Deus lhe pague a sua esmola. 2x
 - Livre-os da falsidade e das pragas do mal vizinho. 2x
 - Deus fica e vou embora. 2x
- A Deus com muita alegria, divino São Salvador, fique em sua companhia.
 - Divino São Salvador adiante em nossa guia.

Ela também afirma que,

“(...) pessoal mais novo não gosta de rezar, não sabem os cantidos (...) só pela cabeça vê e aprende (...) Não estou passando para ninguém, quem quiser aprende, quem quiser não aprende (Reza o terço e canto, só reza em dezembro e quando alguém chama para rezar (...) Reza o terço e canto, só reza em dezembro e quando alguém chama para rezar (...)) (SANTOS A, 2023)

Carmelita Pereira dos Santos (SANTOS A, 2023) conta mais, que a mãe previu a própria morte, por saber a oração do “Sonho de Nossa Senhora”, afirmando que morreria no dia seguinte, no relato dela, faleceu, mas desconhece o cantico, não foi feito nenhum registro escrito.

Figura 5 - Eletícia dos Santos Marques, com São Salvador, dado pela sua mãe



Fonte: Castro, 2023.

5.4.3 As matrizes afrodescendentes na comunidade Lagoa das Emas

A introdução de alguns aspectos da cultura afrodescendente na comunidade, vem sendo realizada através de atividades culturais, como a introdução das danças afroaxe e afro pela professora Carla Patrícia, uma professora de dança, ano de 2006, que visitou a comunidade, percebeu o potencial e sua identificação cultural, conta Ayla Pereira Marques (BORGES, 2022) (ver figuras 54 e 55).

Figura 54 - Os jovens da comunidade dançando ritmo afrodescendentes



Fonte: Acervo pessoal de Ayla Pereira Marques.

Figura 55 - Os jovens da comunidade dançando, a jovem de saia amarelada sentada é a Ayla Pereira Marques, uma das entrevistadas



Fonte: Acervo pessoal de Ayla Pereira Marques.

5.4.4 O torneio de futebol “José Pereira Bons Olhos”

O torneio de futebol José Pereira Bons Olhos é realizado anualmente, no primeiro dia do ano, conta o senhor Raimundo Nonato Pereira Marques, que o torneio vem sendo realizado há mais de 15 anos (MAQUES C, 2022).

O torneio eliminatório é formado por várias comunidades da região, com o número de 12 equipes, onde é arrecado o valor das inscrições para bancar os custos do torneio (juiz, gandula, bolas, redes, banda depois do final do torneio. Também são vendidas bebidas para aumentar o faturamento de evento, o principal intuito do torneio não é dar prejuízo, mas é bom quando dá lucro.

O evento esportivo é uma forma de cimentar as relações sociais entre as várias comunidades presentes ao entorno da comunidade Lagoa das Emas, incentivando a prática desportiva, na comunidade, há times de futebol masculino e feminino, conta Raimundo Nonato Pereira Marques (MARQUES C, 2022) (ver a figura 56).

Figura 56 - Torneio José Pereira Bons Olhos



Fonte: Acervo pessoal de Ayla Pereira Marques, 2023.

Ayla Pereira Marques cita a importância da prática de esporte, mas ressalta que as crianças e adolescente, na comunidade da Lagoa das Emas, estão mais

preocupados com os jogos eletrônicos no celular, “(...) estão viciadas em celular (...)” (BORGES, 2022)

Na comunidade existe uma quadra de esporte de futebol, onde as pessoas praticam esportes na comunidade, com iluminação e um bom estado de conservação (ver a figura 5).

Figura 57 - Quadra de esporte com iluminação na comunidade Lagoa das Emas



Fonte: Fonte: Castro, 2022.

5.4.5 As brincadeiras na infância na comunidade

As brincadeiras são um segmento importante na história da comunidade Lagoa das Emas, as memórias citadas pelos moradores, abordam uma história rica. Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022) conta uma brincadeira de criança, onde eles desfolhavam uma árvore, onde as crianças subiam nela, abaixando árvore, posteriormente, as crianças iam saindo uma a uma, a árvore ia levantando, deixando a criança há uma altura 3 a 4 metros, necessitando que as outras crianças se pendurassem novamente para abaixar a árvore ao solo, assim libertando a criança que ficou no topo dos galhos da árvore, classificado por Nailde, como “(...) uma brincadeira um pouco perigosa (...)” (SANTOS, 2022).

Dentro desse contexto, Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022) afirma que na infância dela, não tinha muito futebol, existia bonequinhas de panos, corroborado por Regina Pereira Marques (MARQUES E, 2022), Maria Pereira Marques (MARQUES B, 2002) e Julia Pereira Marques (MARQUES A, 2022).

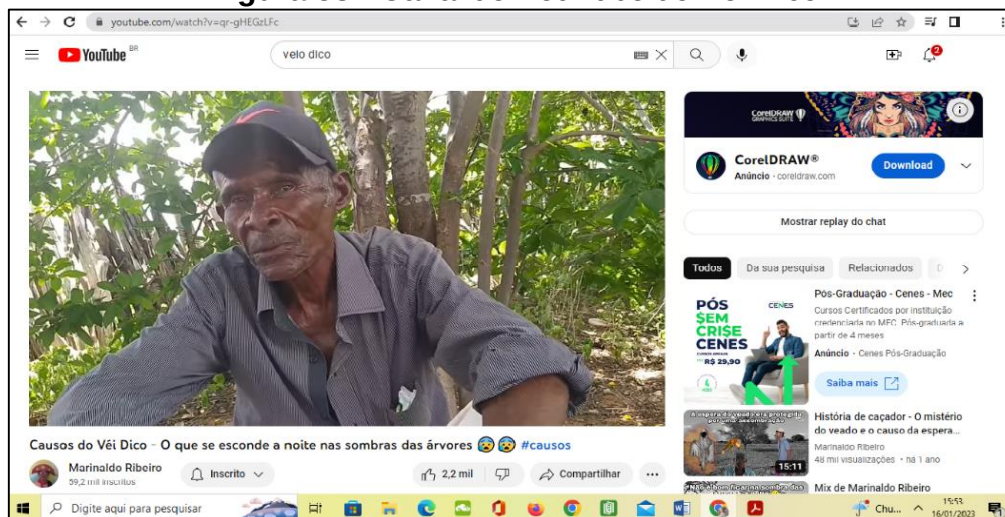
A dona Raimunda Pereira Marques não citou muitos as brincadeiras, mas ressaltou que trabalhava muito na roça para sua sobrevivência, não sobrando muito tempo para brincar, como suas irmãs (MARQUES F, 2022). A única que não trabalhou muito na roça, foi Júlia Pereira Marques, por ser umas das mais novas, ou seja, possivelmente os tempos melhoraram (MARQUES A, 2022)

Ayla Pereira Marques cita um tipo de brincadeira, mãe, que é uma espécie de brincadeira análoga a amarelinha, onde é feito um risco no chão, em forma de quadrado, repartido em dois lados, onde rocha é lançada e a pessoa vai pulando as casas (MARQUES E, 2022).

Raimundo Pereira Marques, Vêi Dico, cita a prática da caça de passarinhos com uso baladeira ou estilingue e badog, que seria um lançador de rochas em forma de arco e flecha, mas lançando rochas, em detrimento de flechas, para acertar nos passarinhos, foi solicitado, se teria algum modelo, mas infelizmente se perdeu no tempo, mas um registro interessante da cultura da comunidade (MARQUES D, 2022).

Gostaria de ressaltar que, ele possui um canal no YouTube, contando muitas históricas e causos da região, que remetem sua infância, muito interessante e grande valia, como fonte de armazenamento da história e memória da comunidade (ver a figura 58).

Figura 58 - Canal do YouTube do Vêi Dico



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qr-gHEGzLFc>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Ayla Pereira Marques fala acerca do envolvimento das crianças com os jogos eletrônicos, conversa pela internet e o consumo de produtos exógenos da comunidade, como séries, filmes e outros derivados, tirando o foco da atenção das crianças e adolescentes da comunidade, não possuindo o interesse em visitas as lagoas da comunidade (BORGES, 2022).

5.5 A CATARSE SOCIAL: O PONTO DE CULTURA

A palavra catarse é originária do grego, tendo um significado relacionado a purificação ou purgação de algo, dentro desse contexto, o ponto de cultura surge como um local para a preservação da história e memória da comunidade da lagoa das Emas.

O ponto de cultura da comunidade Lagoas das Emas foi doado pelos alunos do Colégio Santa Cruz, do estado São Paulo, depois de uma visita que fizeram à comunidade, conhecendo sua realidade local, intermediada pela pesquisadora da FUMDHAM, Rosa Tracao, foi incluindo planta baixa da construção, no anexo F (ver figuras 59 e 60).

Figura 59 - Ponto de Cultura. Antiga casa de farinha



Fonte: Castro, 2022.

A comunidade de moradores recebe visitas regulares dos alunos e professores da Universidade Federal Vale do São Francisco, que já realizaram algumas pesquisas na região, de cunho antropológico e arqueológico. A promoção da vinda de alunos contribuiu para a mobilização da comunidade, organização de um roteiro, a preparação de atrações culturais para os alunos e a perspectiva de geração de renda para os moradores.

Figura 60 - Ponto de Cultura. Antiga casa de farinha



Fonte: Castro, 2022.

As obras do ponto de cultural estão quase finalizadas, com a estrutura um prédio, contendo dois segmentos com salas, o local será um utilizado como um expositor da história e memória da comunidade Lagoa das Emas, dando ênfase as suas histórias vida. Mas também contará com um ponto de venda de artesanato, para divulgar as manifestações artísticas da comunidade da Lagoa das Emas, gerando renda, a comunidade necessita de buscar uma fonte de gerar renda, que fomenta a economia local, facilitando e contribuindo para a fixação moradores no local.

O ponto de cultura é idealizado como uma forma de resgatar a genealogia da família Pereira Marques no local, considerado os fundadores da comunidade, ainda residindo no local, os seus descendentes, sendo uma forma de preservação da história e memória.

Para Gagnebin (2001, p.91),

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, particularmente, a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.

Há uma convergência dos entrevistados, acerca da importância que terá o ponto de cultura, funcionando como um elo entre passado e presente, uma forma para se pensar o futuro da comunidade das Lagoa das Emas, propriamente, ele já nascerá, quando for inaugurado um patrimônio no sentido estrito, uma herança deixada de geração para geração, mas também é um patrimônio que ilustra um passado que versa acerca da arqueologia histórica e diáspora na microrregião de São Raimundo Nonato.

5.6 DO RES(SENTIMENTO) AO PATRIMÔNIO

O presente tópico tem por finalidade abordar um ponto que emergiu durante a pesquisa, sendo percebido com a leitura do referencial, mas detectado apenas nos ruídos da comunicação, em especial, o processo de construção do patrimônio cultural da comunidade sob uma ótica de resistência frente o status local, mas também uma perspectiva do ressentimento, que foi percebido na comunidade, em especial, dos netos do senhor Derré, que demonstram um sentimento de mágoa e ressentimento perante a conjuntura da comunidade, tendo em vista os problemas que enfrentarão durante a infância, parte da fase adulto, sendo mitigado apenas com a implementação dos programas sociais, durante os governos do presidente Lula.

Para Bresciani e Naxara (2001, p.13) afirma que,

Memória e (res)sentimentos: duas dimensões inefáveis da condições humana quando não somos induzidos ou constrangidos a expor por meio da linguagem, ou melhor, das linguagens aquilo guardamos no mais recôndito de nosso foro íntimo. Não pensando aqui somente na comunicação voluntária de experiências ou na prática da transmissão oral de lendas e tradições entre populações, o mais das vezes iletradas; a preocupação maior busca também o avesso da face historicamente datada da obrigação da memória, essa memória voluntária construída como estratégia de luta política, afirmação positiva de identidade pelos que se vêem excluídos dos direitos à cidadania; a rememoração dolorosa, mas não menos afirmativa, de perseguições políticas, religiosas, étnicas, por vezes acompanhadas de práticas violentas de genocídio. Como separar essas memórias de sentimentos negativos, humilhações, afetos ressentimentos, rancores

e desejos de vingança das evocações da parte sombria, inquietante e frequentemente terrífica da história?

As práticas discursivas dos entrevistados, em especial, Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022) e Raimundo Nonato Pereira Marques (MARQUES C, 2022) demonstram a ênfase do ponto cultura, como um norte para patrimônio, lembranças das memórias afetivas positivas e negativas, as relações entre os vizinhos, que é ainda é algo complexo e as relações entre os membros da própria comunidade.

A memória dos ressentimentos tange-a as memórias individuais e coletivas da comunidade, podendo ser analisada a partir de características, como o processo de esquecimento, sendo editada ao longo do tempo, ressaltando os fatos mas importantes para os indivíduos do local; a rememoração é o segundo ponto, tentando resgatar alguns pontos da sua história, enfatizando alguns pontos positivos; as revisões, são importante da reconstrução do processo de lembranças das pessoas, se a luta era pela sobrevivência, agora visa a aquisição dos direitos sociais e a devida atenção do estado; a intensificação, pode contribuir para o aumento ou mitigação do ressentimento (ANSART, 2001).

De acordo com Seixas (2001, p.42) afirma que,

Toda a memória é fundamentalmente 'criação do passado': uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos aprendem o mundo presente e reconstroem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. O que é a aqui colocado em primeiríssimo plano é, portanto, a relação entre memória e (contra)poder, memória e política. A memória ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações ...). Noção que de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que gere(m) e controla(m).

Enquanto para os filhos entrevistados do senhor José Pereira Bons Olhos (Derré), há uma perspectiva que indica que a comunidade é um local excelente para se viver, que o principal problema foi mitigado, a questão da água com advento do carro pipa, a fala do senhor Raimundo, Vêi Dico (MARQUES D, 2022), emocionou-me, “Minha amiga, vou dizer uma coisa de uma vez. Não dou umas emas para um lugar coberto de ouro. Não tenho lugar melhor que aqui”, a paixão que ele tem pela

comunidade, que considera unida. Ou a dona Júlia Pereira Marques (2022), que afirmou “(...) Eu gosto de morar aqui, aqui é um paraíso”.

No entanto, o discurso não é neutro, imparcial e apenas informativa, ele é interessado, tem por finalidade contar uma versão da história, no caso, a versão da história da comunidade da Lagoa das Emas, não foi ouvido a versão da família do Baldoíno, análise do campo discursivo que pode favorecer a tentativa de compreensão.

Para Foucault (2007, p.31),

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro, como exclui: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionando a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar

No intuito, de facilitar o processo de entendimento do ressentimento para a construção do patrimônio cultural local, são divididos em tópicos, a questão da posse da terra, as relações sociais, a ausência dos poderes públicos, a questão e o turismo sustentável

5.6.1 As relações sociais na comunidade

As relações sociais na comunidade demonstram uma união, apontando para uma convergência na fala dos entrevistados, mas um ressentimento com relação aos proprietários de terras, as algumas pessoas da comunidade prestam ou prestaram serviços para os fazendeiros, o Sr. Derré e seus filhos, quase todos entrevistados, trabalharam na roça, excetuando a dona Júlia Pereira Marques (MARQUES A, 2022), sendo pagos em produtos do comércio do fazendeiro, apenas o Raimundo, Vêi Dico, afirmou que recebeu em dinheiro e ainda ganhou um pedaço de terra (MARQUES D, 2022)

Uma prática comum dos grandes fazendeiros era possuir armazéns para vender para os seus funcionários, na base do crédito, assim gerando um processo de vínculo na base da dívida, onde funcionário precisa trabalhar para pagar sua dívida,

para comprar comida do fazendeiro, que recebe em trabalho e ainda vende os trabalhos, em caso extremos, pode ser até denotado como o trabalho escravo, mas é complicado conceituar essas relações na região, tendo em vista que é uma prática usual na região.

Outra questão é as relações amorosas entre as pessoas das fazendas e os moradores da comunidade, não podendo citar os nomes, mas há casos de filhos que foram gerados, uns registrados e outros não, na atualidade.

Este cenário foi relatado por Gilberto Freyre que cita as relações amorosas no livro Casa Grande-Senzala, no universo da unidade produtiva do açúcar, não era algo anormal a relação entre o senhor de engenho e suas escravas, podendo até gerar descendentes, mas não eram reconhecidos legalmente, não tinham direito à herança, muito menos tinha o exame DNA naquela época ou uma legislação que obrigasse, mas os tempos mudaram, ainda bem. O filho do senhor de engenho era preparado para assumir o negócio do pai e recebia um estudo mínimo, enquanto o filho não reconhecido poderia receber algum benefício, mas nunca igual ao filho reconhecido.

Dentro desse contexto, há um sentimento de mágoa, ressentimento e associado a falta de estudo, criar um ambiente de remorso, foi uma sensação que observei no decorrer do discurso dos entrevistados.

5.6.2 A ausência dos poderes públicos

Há uma convergência dos entrevistados acerca da ausência dos poderes públicos no local, citam constantemente a falta de uma unidade básica de saúde, a ausência de visitas regulares da agente de saúde, a falta de acesso de transporte regular para a comunidade à núcleo urbano de São Raimundo Nonato, a falta de uma ambulância para prestar um pronto atendimento em caso de emergência.

A unidade de saúde básica mais próxima, fica na Lagoa da Firmeza, raramente, eles possuem uma visita médica na comunidade, exceto quando se deslocam para o local ou vão São Raimundo Nonato. Os idosos com dificuldade de locomoção, as pessoas com comorbidade são as mais prejudicadas e as grávidas, seria um ponto de rever a política pública de saúde municipal para as comunidades quilombolas, adotando um ônibus consultório médico e odontológico.

A questão da escola é outro ponto relevante, a sensação da desativação ou nucleação das turmas, transferindo os alunos de séries do ensino fundamental- anos

finais para a Lagoa da Firmeza. Há uma convergência de alguns entrevistados, como Ayla, Raimundo Nonato, Nailde e Regina acerca da situação da escola, há espaço para a implantação de turmas de educação de jovens e adultos, em especial, para a profissionalização desses moradores, como cursos voltados para seu cotidiano.

5.6.3 A questão da água

A questão da água é outro tema central, que versa constantemente a comunidade, se outrora era muito difícil, tendo em vista, que pegavam água nas lagoas e as vezes, retiraram água sem a devida comunicação ao proprietário, em decorrência da situação de emergência hídrica.

Há uma convergência dos entrevistados das dificuldades e as memórias do período de seca, mas também uma sensação de melhoria com a instalação de cisternas nas residências e a instalação de poços na região, mas ninguém passou mais sede depois da implementação de programas sociais, na década 1990 e anos 2000, em especial, durante os governos Lula (2003-2011).

5.6.4 O turismo sustentável na comunidade

A pesquisadora Rosa Tracoa trouxe um grupo de alunos do Colégio Santa Cruz, de São Paulo, onde foi estreado o roteiro, mas veio a pandemia interrompendo processo de visita.

Foi criado um roteiro de alternativo de turismo na região do Parque Nacional Serra da Capivara, agrega valor à microrregião de São Raimundo Nonato, contribuindo para a geração de renda na comunidade e divulgação das suas práticas culturais, como apresentação de capoeira e sua religiosidade (ver as figuras 61 e 62).

Figura 61 - Os alunos do Colégio Santa Cruz, na igreja da comunidade das Lagoas das Emas



Fonte: Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/cidades/2017/10/27/colégio-de-sao-paulo-visita-serra-da-capivara-anualmente-e-alunos-ajudam-regiao/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

A cadeia de funcionamento do turismo na comunidade pode contribuir para a contratação de guias, ofertas de bebidas e comidas no local, a venda de artesanatos, produtos agrícolas, transportes de turistas para o local, venda de ingressos e o principal garantindo uma terceira fonte de renda para a comunidade, a primeira fonte oriunda da agricultura e pecuária; a segunda fonte, oriunda de fontes sociais e benefícios previdenciários e a terceira fonte, o turismo sustentável.

Figura 62 - Os alunos do Colégio Santa Cruz, apresentação de capoeira, na comunidade das Lagoas das Emas



Fonte: Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/cidades/2017/10/27/colégio-de-sao-paulo-visita-serra-da-capivara-anualmente-e-alunos-ajudam-regiao/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

Em conversa com Raimundo Nonato Pereira Marques (MARQUES C, 2022) (ver figura 63) afirma que o principal problema é a captação do turista para a visitar, os alunos que vieram de São Paulo já entraram em contato com eles, para realização a visita. É necessário a criação de um suporte ou programa de implementação do turismo na comunidade, de preferência, como suporte das universidades públicas na região, da prefeitura municipal de São Raimundo e do Sebrae.

Figura 63 - Conversa com o entrevistado: Katia Milene, Raimundo Nonato Pereira Marques e Maria Pereira Marques



Fonte: Fonte: Castro, 2022.

Na comunidade não há um profissional formado que possa desenvolver um plano de gestão do turismo no local, é necessário um trabalho multidisciplinar e envolver as empresas de turismo para apresentar esse novo roteiro.

Em nenhum momento, ele não irá competir com o Parque Nacional Serra da Capivara, mas agregar valor ao turismo, mas infelizmente há uma vontade por parte comunidade, mas falta o conhecimento profissional para a implementação da proposta turística no local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por finalidade demonstrar a construção do patrimônio cultural da comunidade Lagoa das Emas, no sentido de identificar o processo de

transformação da história para a memória, da memória para o ressentimento, por fim, do ressentimento para o patrimônio, no sentido de enunciar os principais lugares de memória na comunidade Lagoa das Emas.

Os principais lugares de memórias e considerados patrimônio foram:

a) as lagoas, um patrimônio cultural e natural, situados próximas da comunidade, remetem um período escassez de água para a comunidade, onde eles vivenciaram durante décadas no local, um local de grande significância para a comunidade. A água como fonte de vida, para o consumo humano, de animais, para a agricultura para lavar as roupas e para o lazer.

As lagoas são considerados locais sagrados para a comunidade, onde relembram suas infâncias, citam a presença de registro rupestre local, conjunturando sua origem e seus significados, em especial, pelas pessoas mais velhas entrevistadas;

b) a casa de farinha, considera um ponto de união da comunidade, a mandioca era e ainda é um importante alimento para a comunidade local, onde a casa farinha é momento que todos se unem para realizar o processamento da mandioca, assim estando presente nas memórias das entrevistas, com um certo saudosismos, em especial, pelo Vêi Dico, que recordar como se fosse hoje, suas aventuras na infância;

c) O pé de figueira, um patrimônio cultural, onde as pessoas da comunidade juntam-se em forma de uma roda, para discutir os problemas da comunidade e conversar com a amenidade sobre a vida, sendo um ponto de convergência entre os entrevistados;

d) A igreja, um patrimônio cultural, apesar de ser recente em comparação com a ocupação, ela está presente no cotidiano dos moradores, que são católicos e devotos do Sagrado Coração de Maria. Reclamam que gostaria de ter mais missas no local, também cuidam da igreja e realizam reuniões da comunidade no local, quando chove ou necessita de um espaço maior.

e) A Casa da Raimunda, um patrimônio cultural, tendo em vista que representa umas das primeiras casas do local, depois da casa do senhor Derré, que continuou os festejos do Sagrado Coração de Maria, com o advento do falecimento da sua mãe, em 1978, considerada uma das matriarcas da comunidade, uma das pessoas mais velhas vivas no local, suas histórias e memórias representam um importante segmento dessa comunidade, que conta a história de vida sofrida e a luta pela sobrevivência.

f) A escola é considerado um patrimônio da comunidade, tendo em vista que eles reconhecem a importância da educação para a comunidade, requerendo melhorias no serviço educacionais no local. Há uma convergência acerca da importância da educação, os netos entrevistados do senhor Derré não conseguiram concluir ensino médio, há poucas pessoas no local, cursando o ensino superior, ou seja o obstáculo educacional ainda está presente no local.

g) os cemitérios na comunidade, os dois cemitérios visitados demonstram a importância que a comunidade possui com os entes falecidos, enterrados nas proximidades em detrimento de levar para cemitério São Raimundo Nonato, existe uma convergência enaltecendo a ousadia do senhor Derré, que mudou para o local, onde havia apenas a mata fechada com sua família, construindo sua vida.

h) O ponto de cultura, antiga casa de farinha, considerado um ponto de catarse social, onde passado, presente e futuro irão se encontrar, um local onde a comunidade irá recordar do seu passado, agir no presente e refletir acerca do seu futuro, de forma coletivo e organizada, em busca de melhorias para seu contexto social.

A escolha da construção do local do ponto de cultura não foi aleatória, mas objetivava no sentido de retomar uma prática cultural coletiva, o processamento da mandioca, seu produto principal, a farinha, fonte de alimento e vida para os moradores da comunidade.

O patrimônio cultural imaterial da comunidade observados são:

a) os festejos do Sagrado Coração de Maria, que nasceu com esposa do senhor Derré, Maria Pereira Marques, que iniciou os festejos do Sagrado Coração de Maria, na comunidade, passando de mãe para filha, continuada pela sua filha, Raimunda Pereira Marques, que realizou durante décadas a novena do Sagrado Coração de Maria, no mês de maio.

Onde no primeiro momento, era apenas a reza do terço durante nove dias, sem comida ou festas, posteriormente, tornou-se um evento importante dentro da comunidade até os dias atuais, dando nome a igreja do local e tendo uma imagem dentro dela, demonstrando a importância da religiosidade para aquela comunidade.

b) os benditos são outro segmento do patrimônio imaterial da comunidade, mas que estão se perdendo, nos relatos citados, os mais jovens não demonstram interesse no aprendizado dos benditos e não foi uma descrição detalhadas dos benditos, que foram passada oralmente de geração em geração, não sabendo exatamente sua primeira origem, mas foi transmitido pela primeira esposa dos senhor Derré para suas

filhas. Nota-se também a existência da devoção à São Salvador pelas rezadeiras, em detrimento ao milagre alcançado, sua propriedade de terra, deixando de viver nas terras dos outros.

c) a cultura africana na comunidade Lagoa das Emas foram introduzidas a *posteriori*, mas contribuem para a construção da identidade cultural dos moradores e sua auto identificação, servindo como referência cultural para os mais jovens, que pratica a capoeira e as danças afros que foram introduzidas pela professora Carla, no local.

A cultura a africana são práticas e hábitos culturais herdados e aprendidos pelos descendentes da etnia negra, que foram trazidos para o Brasil, repassando de geração em geração seu conhecimento, onde foi sendo resignificado ao longo do tempo, como uma prática de resistência e identidade cultural.

d) as brincadeiras na infância na comunidade que, revelam um universo da criação dos filhos e netos do senhor Derré, que viviam em uma comunidade distante de São Raimundo Nonato, onde necessitam de trabalhar para a sobreviver, pois viviam da terra e prestação de serviços para os fazendeiros na proximidade, em especial, o senhor Baldoíno, foram citadas algumas brincadeiras, como a caça do passarinho com o badog (lançador de pedra com uma espécie de arco); a presença de bonequinhas de panos, confeccionadas pela mãe e as filhas do senhor Derré e brincadeira mãe, uma espécie de amarelinha, ou seja, tiveram uma infância, mas a luta pela sobrevivência estava em primeiro lugar.

e) o torneio de futebol “José Pereira Bons Olhos” que realizado anualmente, no primeiro dia do ano, é uma forma de enaltecimento do patriarca da comunidade, o senhor Derré, que foi um desbravador do local junto com seus filhos e sua esposa, construindo as suas moradias, roças e prática a pecuária no local.

A história de vida da família do senhor José Pereira Bons Olhos (Derré) é um exemplo de resistência das comunidades quilombolas, a luta da comunidade vai além do simples fato de existir, mas é uma luta contra uma estrutura social, política, econômica, educacional e cultural o modelo de estrutura agrária brasileira, da grande propriedade, monocultura e exportadora, que é oriunda desde período colonial.

A questão da posse e título da terra são questões centrais na compreensão da comunidade da Lagoa das Emas, portanto, o primeiro capítulo da dissertação abordou a construção sociedade rural brasileira e piauiense, no caso, uma história construída

pela desocupação dos primeiros habitantes que ali residiam, a escravização, o uso constante da violência e ausência do acesso à justiça para mediar os conflitos.

A importância da delimitação do espaço agrária é um ponto de conflito, levando a uma culminância e a constante tensão, um exemplo desse processo é o estudo historiador inglês Edward Thompson (1987), onde demonstra o processo de cercamento das florestas, a criação de leis que protegiam e restringiam o acesso, também enumerando as punições, conhecidas como a Lei Negra em 1723, onde a cessão de terras públicas para administração de funcionários ou pessoas de direitos privados, literalmente, forçando as pessoas que dependiam delas para sua sobrevivência, buscar trabalhar para um senhor agrícola ou emigrar para a zona urbana, que estava engatinha no processo da Revolução Industrial Inglesa.

Dentro desse contexto citado, ainda na região há uma grande concentração de terras, nas mãos de herdeiros da região, mesmo se fragmento mediante a processos de herança e inventário, constituem um quadro de desigualdade social.

Nunes (2007, v.4) relata a questão do crime no Piauí, no século XIX, a falta de justiça pública eficiente e a tentativa de fazer justiça com as próprias mãos, algo que aumenta o problema, mas não resolve a solução.

Os entrevistados Nailde Marques dos Santos (SANTOS, 2022) e Raimundo Nonato Pereira Marques (MARQUES C, 2022) contam que há um problema em criar os animais soltos na região, tendo em vista o desaparecimento dos animais, foi até perguntado se seria oriundo de onças no local, mas nas palavras de Raimundo Nonato Pereira Marques, “(...) as onças de lá, deixam marca de pneus no local (risos da entrevistadora) (...)”, destarte, esse tipo de postura desestimula a criação extensiva de animais, tendo em vista o perigo da onça que deixa pegadas de pneus nas criações, terrível mesmo.

É complicado, a comunidade da Lagoa das Emas cresceu além do patriarca, senhor Derré, chegando a várias gerações de netos, bisnetos e tataranetos e associado ao crescimento de outras comunidades próximas, tornando o local mais habitado, mesmo com grande extensões de terras na região, fora a questão da alimentação dos animais no período de seca e a água.

Dentro da própria, há pontos para se arrumar, Nailde Marques dos Santos (SANTOS C, 2022) relata que muitos que pleiteiam o direito o título de proprietário da terra, que são descendentes não residem na comunidade, mas desejam ter o título, mesmo morando em outros locais, por fim, ela afirmou que seriam mais de duzentos

peessoas que pleiteiam ao todo o direito ao título de proprietário, mas como são 100 hectares, não daria um hectare para cada um, gerando mais um problema na comunidade, como a posse da terra é coletiva, ninguém pode pegar financiamento, vender ou alienar a terra, não tem como vender um pedaço dos cem hectares legalmente, só quando a pessoa tiver o título, um processo ainda em andamento. Mas qual será o requisito para ter direito a esse título de proprietário de terra? Ser parente do Senhor Derré? Residir no local? É uma assunto complexo, mas que a comunidade deve discutir soluções, pois a problemática já estar em evidência.

A questão da mineração é um ponto de ameaça a terra das comunidades quilombolas na região, o risco dos impactos das mineração na produção de alimentos, animais e na atividade apicultura no quilombo das Lagoas, um ponto a ser refletido, posteriormente.

Dentro desse contexto, independente da forma como o senhor Derré adquiriu sua propriedade ou posse da terra, culminou em um processo emancipação para ele e sua família, que deixaram de serem moradores de outras fazendeiros, para trabalhar na sua própria terra, 100 hectares que na época não poderia ser muito perante as grandes fazendas na região, como Fazenda Recreio, mas para provavelmente foi local que edificou sua história, memória e cultura, criando seus filhos no local, posteriormente, seus netos, bisnetos e tataranetos, criando o uma comunidade no local, no sentido estrito, onde as pessoas são parentes e se comunicam cotidianamente, possuem seu próprio parlatório, o Pé de Figueira, onde os principais assuntos são discutidos pela comunidade, as decisões tomadas e sendo que possui uma associação no local.

Há um certo receio de vizinhos da comunidade, por alegaram pegar madeira das suas propriedades e demarcar o espaço, uma cerca de arame farpado é um bom recado para a pessoa não se aproximar, fora alguns relatos que intimação por um genro do senhor Baldoíno, senhor Hilton da Silva Rocha (já falecido).

Mas o título de posse de propriedade individual da terra pode ser uma solução, mas também pode ser um grande problema, tendo em vista a possibilidade das pessoas venderem seus lotes e a comunidade perder seus moradores e adentrando outros exógenos, ou a impossibilidade de vender ou desmembrar território quilombos, o título de propriedade coletiva da terra é outra forma que prende-os fisicamente ao local, mas ressalta-se a importância do senhor Baldoíno que pagou o registro do terra no cartório, uma pessoa de palavra, outro poderia ter feito apenas um acordo verbal

e tomado as terras, pelo meio da força da lei, depois do falecimento do senhor Derré ou antes mesmo.

É uma questão complexa, os limites são demarcados no papel e nas cercas, mas as vezes, os limites são transpostos por conta da necessidade de água, alimentação, madeira ou o deslocamento para outro local, assim, os conflitos agrários no Piauí são maiores, mais ainda persiste, devido à ausência e vigilância constante dos poderes públicos, demonstrando no relato de Odilon Nunes (2007, v.4) acerca da justiça do Piauí, no século XIX.

Dentro desse contexto, o senhor Derré preocupe-se com as bases econômicas da sua comunidade, ensinando o seu trabalho aos filhos, que era voltado para a “pedagogia da enxada”, onde cultivou suas roças de milho, feijão e mandioca e prestando serviços para os fazendeiros próximos, em especial, o senhor Baldoíno.

A farinha, antigamente, ocupava um papel central na comunidade, como uma forma de trabalho coletivo, os produtos da mandioca geraram a mínima alimentação para a comunidade, junto com o feijão e o milho, mesmo assim alguns entrevistados afirmaram que passaram fome, fome mesmo, algo abominável.

Há uma convergência entre os entrevistados acerca da importância do Senhor Derré como patriarca da comunidade, os filhos entrevistados elogiaram muito ele, com boas referências como pai, ele teve uma vida, se casando duas vezes e sendo enterrado na proximidade da comunidade, não sendo o primeiro a ser enterrado no cemitério, ele viveu muitos anos, tanto que se casou duas vezes e ainda ficou viúvo.

A senhora Maria Calixta de Jesus apesar de ter vivido menos de 30 anos na comunidade, por ter falecido cedo, também impactou seus filhos e filhas com suas práticas culturais, ao trabalho, o apego a família e a religiosidade são pontos culminantes no cotidiano da comunidade, mas especificamente, a prática da devoção do Sagrado Coração de Maria, com a realização da novena no mês de maio, anualmente, o que iniciou com uma novena, hoje, se transformou em um festejo.

Posteriormente, com o falecimento da senhora Maria Pereira Marques em 1978, de acordo com Raimundo, Vêi Dico (2022), sendo realizado pela sua filha mais velha, Raimunda Pereira Marques que continuou a novena do Sagrado Coração de Maria, na sua residência, por fim, é realizada na igreja da comunidade, com o apoio do pároco. No decorrer das entrevistas, não foi possível identificar a origem da prática, se foi espontâneo, uma promessa ou por imitação, é uma lacuna da pesquisa.

A importância da prática das rezadeiras e entonação dos benditos que forma cânticos de louvor, um patrimônio imaterial da comunidade, que é feito pelas pessoas mais velhas, e vem se perdendo com os mais jovens, não demonstram aquele interesse em aprender e passar a prática para as próximas, talvez, um trabalho de educação patrimonial possa contribuir para a construção de uma nova visão acerca desse patrimônio, uma herança para deixar para a próxima geração da comunidade.

A saúde, educação, a falta de construção de um sistema abastecimento de água autônomo e a falta de uma atividade geração e oportunidade de renda, como o turismo sustentável são pontos de entraves no desenvolvimento da comunidade, que poderia ser melhor atendida pelos poderes públicos.

O sentimento de ressentimento da senhora Nailde Marques dos Santos e Raimundo Nonato Pereira Marques sobre o “miopia do pesquisador”, que apenas enxerga sua pesquisa ao curto, depois de obter seus títulos de graduação, mestrado e doutorado, não retorna a sua comunidade pesquisada, como senhor Raimundo Nonato Pereira Marques “(...) estamos cansados de contar as mesmas histórias, e nada (...)”.

Então, em parte é verdade o sentimento dele, eu fiz quatro ofícios (ANEXO B a E): o primeiro, para a Secretaria Municipal de Educação de São Raimundo Nonato, para marcar uma audiência para a discutir a situação da Escola Municipal José Pereira Bons Olhos; segundo, para a Secretaria Municipal de Saúde, para discutir acerca da importância da atenção da saúde dos moradores da comunidade da Lagoa das Emas, no intuito de buscar maneiras de melhor atendimento ou quem sabe criar uma UBS, no local; terceiro, para a Secretaria Municipal de Turismo, para solicitar assessoria para implementação de um roteiro histórico no local e fazer contato com os operadores, ofertando esse novo nicho de mercado, gerando emprego e renda, em especial, para os mais jovens; quarto, para Agespisa, solicitando o estudo da instalação de um serviço autônomo na comunidade, ou mesmo, de forma experimental, no sentido de suprir a comunidade com uma fonte regular de água, possibilitando outras atividades, como agricultura, pecuária intensiva ou mesmo a construção de uma piscina comunitária.

Por fim e não menos importante, a questão do patrimônio, a premissa inicial que os prédios como a igreja, Escola, Antiga Casa de Farinha(ponto de cultura), a Nova Casa de Farinha, o Pé de Figueira, a Casa do Derré, as Lagoas e os cemitérios eram o principal patrimônio da comunidade, seriam o ponto mais importante para a

preservação. Mas posteriormente, depois da realização de leitura e assistido ao filme *Narradores de Javé*, a sensação que ficou, que eles locais importantes, mas não são os mais importantes da comunidade, parece um paradoxo, mais será explicado detalhamento abaixo.

O maior patrimônio da comunidade da Lagoa das Emas não são apenas práticas culturais ou construções, são as pessoas da comunidade, que a partir da convivência entre os familiares, eles construíram sua comunidade, lutaram e resistiram no local, a fome, a seca, aos assédios dos fazendeiros e ausência dos poderes públicos, estando presente até os dias atuais.

Há um sentimento de pertencimento dos moradores da Lagoa das Emas, que a partir da iniciativa do senhor Derré e sua esposa fundaram aquela comunidade, um sentimento que envolve os moradores, no intuito de proteger sua herança cultural, seu patrimônio, realizando um processo de patrimonialização dos seus lugares de memória e história, como discutidos ao longo da dissertação

Dentro dessa perspectiva, o processo de patrimonialização contribuiu para a construção da identidade cultural da comunidade, assim criando mecanismos para a preservação das suas práticas culturais, como o Festejos do Sagrado Coração de Maria, algo realizado há mais 50 anos no local, passando de mãe para filhas, posteriormente, para as netas do senhor Derré.

A prática do preparo da mandioca para transformação em farinha é uma prática cultural, patrimonializada pela comunidade, onde a farinha é vista como fonte de alimento, sendo utilizada e seus subprodutos do processamento também. É um momento de união de coletiva, onde as mulheres descascam a mandioca para sua transformação em farinha, sendo considerado um patrimônio pela comunidade, que está sendo reativo com a construção da casa de farinha Sr Raimundo, véi Dico.

O processo de patrimonialização da comunidade das Lagoa das Emas foi e é construído com as práticas culturais que estão sendo transmitidas de geração para geração, associada aos lugares de história e memória da comunidade, que tem por catarse, a construção do ponto de cultural, antiga casa de farinha do Senhor Derré.

Para Geertz (2011, p.93),

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão do mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como

elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem.

Os prédios têm seu lugar de destaque, mas as memórias contidas neles, as brincadeiras e história são muito importante para a compreensão do patrimônio cultural da comunidade Lagoa das Emas, ela perpassa aos prédios e a terra, o eixo central da discussão, o direito de propriedade, afinal de quem é terra do senhor Derré?

Pode-se conjecturar que um dia, se o local for inundado e as pessoas sobreviveram, elas irão reproduzir as mesmas práticas culturais, assim mantendo a comunidade viva, em cada um dos moradores, mesmo distante do local. A questão da terra é um ponto central, mas a questão cultural perpassa essa questão, eles construíram um paraíso na vida do Raimundo, Vêi Dico, mas o paraíso não perfeito, como relata, tem seus problemas, mas eles são unidos, como uma verdadeira comunidade ou grupo social.

Deve-se ressaltar a importância do Miguel, filho do senhor José Pereira Bons Olhos (Derré), que teve a ousadia de ir para São Paulo, trabalhar e juntar o dinheiro para comprar o terreno do senhor Baldoíno, assim a família deixou de ser moradora de outra propriedade, como disseram os filhos entrevistados, eles mudaram apenas com a roupa do corpo, algumas ferramentas e objetos pessoais. É uma prática comum na comunidade e região, a migração sazonal em busca de trabalho, retorno no final do ano, assim garantindo recursos, mas usualmente trabalho de baixa qualificação, na construção civil.

Ressalte-se a importância da esposa do senhor Derré, na criação dos filhos e ensinando a importância do trabalho e introduzindo a religiosidade, como cimento social, com a novena do Sagrado Coração de Maria, algo que vem passando de geração em geração, algo característico da comunidade, um patrimônio, uma herança.

Há questões que permeiam a comunidade, os ressentimentos e mágoas, mas tudo isso remete ao outro ponto central, a educação formal. A educação proporcionada pelo senhor Derré e sua esposa era voltada para o trabalho, no campo, onde conseguia sobreviver prestando serviço para os fazendeiros vizinhos, em especial, o senhor Baldoíno, e retirar o sustento da terra, como feijão, milho, a criação de animais, a farinha e seus produtos, de grande importância, para alimentação e o trabalho coletivo, mais um cimento social para a comunidade, prática por todos.

A questão da educação continua pendente, é necessário sensibilizar os poderes públicos, na oferta de serviços básicos, na comunidade, a educação de jovens e adultos e cursos profissionalizantes, voltado para a agropecuária e o turismo. É muito complicado se viver apenas da terra, os tempos mudaram, a comunidade precisa ser provocado para buscar um caminho para o seu desenvolvimento, com ajuda dos poderes públicos e instituições superiores de ensino, não é fácil, mas é um caminho a ser percorrido.

Concluindo, a comunidade Lagoa das Emas é muito mais do que o território, são as pessoas, sendo o maior patrimônio cultural, sendo que o patrimônio material contido nos prédios considerados importantes para a comunidade, como a figueira, a escola, cemitério, a igreja, as lagoas, o ponto de cultural e casa da dona Raimunda e o patrimônio imaterial, a farinhada, a novena do Sagrado Coração de Maria, os benditos e as danças afro e afroaxé, introduzidas na comunidade, a posteriori.

O ponto de cultura deve ser um local de história e memória da comunidade, lembrando os primeiros moradores, enaltecendo o senhor Derré e seus filhos, pela coragem e resistência durante anos no local, deve servir um guia para a comunidade, olhar para passado, construir no presente e pensar no futuro, não pode ser um local totalmente de ressentimento e mágoa, mesmo as dificuldades ao longo do processo vivência durante quase 70 anos de existência da comunidade, um bonita história escrita e será mais bonita ainda no futuro que virá.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, S. J. A Cultural Mosaic at Palmares? Grappling with the Historical Archaeology of a Seventeenth-Century Brazilian Quilombo. *In*: Pedro Paulo Funari. (Org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. 1. ed. Campinas: Unicamp, 1998, v. 1, p. 141-178.
- ALLEN, S.J. As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e opúblico na Serra da Barriga. **Clio arqueológica**. Recife: Edufpe, v. 20, p. 81-101, 2006.
- ALVES, C. Perspectiva Etno-Histórica no Estado do Piauí-Brasil. **Revista CLIO**, Recife, v. 15, p. 171-188, 2002.
- ALVES, M. A. **Assentamentos e cultura material indígena anteriores ao contato**. Erechim: Habilis Editora Press, 2013.
- ARAÚJO, A. G. *et al.* **Parque Nacional Serra da Capivara**, Piauí Brasil. Fundação do Homem Americano. São Paulo: Typelaser Desenvolvimento Editorial Ltda, 1998.
- BASTOS, R. L. **Preservação, arqueologia e representações sociais**: uma proposta de arqueologia social para o Brasil. Erechim: Habilis, 2007.
- BEZERRA M. "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/TsLR7ycP66RwpVhRbHbzcwL/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.
- ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. *In*: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004. cap. 1, p. 15-36.
- BRAGA, J. S. **Migração temporária dos quilombolas da comunidade Lagoa das Emas**. 2017. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Piauí, 2017.
- BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí**: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, 15 de dezembro de 1988. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARRION, D. **Olhares cruzados na diversidade**. 13. ed. São Paulo: Reflexo Texto e Foto, 2015.

CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. As possibilidades da Arqueologia Pública. **História e-História**, 24 mar. 2009.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CHAVES, J. **Monsenhor Chaves**: obra completa. 2. ed. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2005.

CHEIBUB, Michelle de Carvalho. **Patrimônio cultural e comunidades remanescentes de quilombos**: direitos culturais e instrumentos de proteção do IPHAN, 2015. 114 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth deCastros Pimenta. Florianópolis: Editora da USFC, 2010.

COELHO, G. E. S. **Mapeamento arqueológico dos sítios associados à diáspora africana no município de São Raimundo Nonato-Pi**. 2018. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, 2018.

CORREA, W. Da liberdade ao extermínio. In: DIAS, C. M.; SANTOS, P. P. (Org.). COSTA, F.A. P. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1974.

COSTA, J. P. P. A Farsa do Extermínio: Reflexões para uma nova História dos Índios no Piauí. In: DIAS, C.M.; SANTOS, P. P. (Org.). **História dos índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, p.139-162, 2011.

DIAS, C. M. M. **Balaio e Bem-te-Vis**: a guerrilha sertaneja. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

EREMITES OLIVEIRA, J. Arqueologia pública, universidade pública e cidadania. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 6, n. 11, p. 41–58, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13447>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2001.

FARIA, A. T. D. P. **Comunidade quilombola Lagoas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FARIA, F.C.P. **Os astrônomos pré-históricos do Ingá**. São Paulo: IBRASA, 1987. FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2019.

FEBVRE, L. **Combates pela História**. Lisboa: Editora Presença, 1985.

FERNANDES, T. **Vamos criar um sentimento?! um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil**. São Paulo: USP. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15042008-144626/pt-br.php>. Acesso em: 11 mar. 2022.

FERREIRA, L. M. **Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

FOGOLARI, E. P. **Gestão em projetos de arqueologia**. Erechim: Habilis, 2009.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

FRANCH, J. A. **Arqueologia Antropológica**. Madrid: Ediciones Akal S.A., 1989.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da economia da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 29. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no rural**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia e Patrimônio**. Habilis Editora: Erechim, 2007.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia histórica e cultura material**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

FUNARI, P. P. A.; BEZERRA, M. Arqueologia Pública na América Latina. In: MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACH, J. (Org.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública, experiências e desafios**. 1. ed. Itajaí: Casa Aberta, 2013, v. 1, p. 75-100.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. **Palmares: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

FUNARI, P. P. A.; OLIVEIRA, N.; TAMANINI, E. Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. In: FUNARI, P.; ORSER JR, C.; SCHIAVETTO, S. (Org.). **Identities, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2005. P. 105-116.

FUNARI, P. P. A.; PELLEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZALEZ, E. Arqueologia Pública: comunidades indígenas, mídia e ciência aplicada. **Revista Arqueologia Pública**, n. 3, p. 3, 2008.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York, Boston: Spring Street, 2005.

FUNARI, P. P.; BEZERRA, M. Public Archaeology in Latin America. *In*: SKEATES, R.; MCDAVID, C.; CARMAN, J. (Org.). **The Oxford Handbook of Public Archaeology**. Oxford University Press, p.100-115, 2012.

GAGNEBIN, J. M. Memória, História e Testemunho. *In*: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Org.). **Memória e ressentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed Unicamp, 2004. p. 85-94.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIDON, N. Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 33, p. 75-91, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf. Acesso em: 28 de jun. 2022.

GUIDON, N. **Peintures préhistoriques du Brésil: l'art rupestre du Piauí**. Paris: Editions Recherches sur les civilisations, 1991.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2009. **História dos índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, p. 435-456, 2011.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueología**: corrientes actuales. Tradução: Maria José Aubert e J.A. Barcelona: Editora Crítica, 1994.

HOLLANDA, S. B. **O Brasil monárquico**: do Império à República. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica e relatório e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LE GOFF, J.; NORA, P. Apresentação. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novos problemas. Tradução: Theo Sampaio. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1988, p.11- 15.

LE MOS, C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEVI, G. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

Lima, T. A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

LOPEZ, A. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MAHFOU, M.; SCHMIDT, M. L. S. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, n. 4, p. 285-298, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MARTINS, P.; GONÇALVES, P. M.; BITAR, J. R.; GUIMARÃES, R. S. **A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERF, 2013. 296 p. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/1234>. Acesso em: 28 de jun. 2022.

MATOS, S. O. **Povos de Lagoas-PI na construção da territorialidade quilombola: uma etnografia**. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Antropologia) - Universidade Federal do Piauí, 2013.

MATOS, S. O.; MORAIS, M. D. C. Territorialidade Quilombola em Lagoas (PI): memórias dos "tempos do cativo" e questões de titulação. *In*: LIMA, S. O. L.; FIABANI, A. (Org.). **Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015, v. 1, p. 16-259.

MEIHY, J.C.S.B.; BARBOSA, F. H. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MONIOT, H. A história dos povos sem história. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

MONTICELLI, G. **Deixe estar: patrimônio, arqueologia e licenciamentos ambientais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MOTT, L. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC, DETRAN, 2010.

MOURA, A. K. H. **Comunidade Quilombola Lagoa das Emas: educação e patrimônio no território de Lagoas**. 2020. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, 2020. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~tcc/000018/000018d3.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NAXARA, M.; BRESCIANI, S. Apresentação. *In*: NAXARA, M.; BRESCIANI, S. **Memória e (re)sentimento indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 9-14.

NEGREIROS, R. M. B. **As trilhas da morte no sertão das Pimenteiras - PI. (1769-1815)**: caracterização e reconhecimento arqueológico de um território. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19064>. Acesso em: 12 mar. 2022.

NETTO, C. X. A. **A arte rupestre no Brasil**: questões de transferência e representação da informação como caminho para interpretação. 2001, 195 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/684/1/carlosnetto2001.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 24 abr. 2022.

NUNES, O. **Os primeiros currais**: Monografias do Piauí. Teresina: COMEPI, 1972.

NUNES, O. **Pesquisa para a história do Piauí**: Lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, v. 4, 2007.

OLIVEIRA, E. J. A. **É o sonho da gente indo embora!?**: relações territoriais e a reivindicação existencial da comunidade quilombola Lagoas- PI (2005-2014). 128f. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/32401/1/Esonhogente_Oliveira_2020.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

OLIVEIRA, P. S. Avós e netos nas classes populares: a recusa de não se sentir em lugar algum e a redescoberta de novo projeto de vida. In: BRESCIANI, S. NAXARA, M. (Org.). **Memória e (res)sentimento indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.269-286.

OLIVIER, L. Arqueologia do 3º Reich e a França: notas para servir ao estudo da “banalidade do mal” em Arqueologia. In: FUNARI, P.P.A; ORSER JR, C.E.; SCHIAVETTO, S.N.O. (Org). **Identities, discurso e poder**: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapespe, p.167-198, 2005. ORSER, C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PATTERSON, T. Algunas tensiones teóricas en y entre las arqueologías procesalistas y post-procesalista. In: **Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea**. Tradução: Luis A. Orquera. Victoria D. Horwitz (Comp.). Buenos Aires: Publicaciones de la Saa, 2007, p. 383-394.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/memoria_e_identidade_social_pollak.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
REIS, J. A. “**Não pensa muito que dói**”: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

REIS, J. C. **História, a ciência dos homens no tempo**. Londrina: EDUEL, 2009.

RUSKIN, J. **Las siete Lamparas de Arquitectura**. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1956.

SANTOS, Arlene Ribeiro dos. **O novenário da padroeira Sagrado Coração de Maria na comunidade Lagoa das Emas, zona rural de São Raimundo Nonato-PI (2005-2018)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Piauí, 2021.

SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. V. M.; OLIVEIRA, A. G. **Texto para reflexão e estudo**. Em pauta: A Relação possível entre a questão indígena e o patrimônio cultural. Subsídio inesc, n. 31, 1997.

SEIXAS, J. A. Percurso de memórias em terras de História: problemáticas. In: BRESCIANI, S. NAXARA, M. (Org.). **Memória e (res)sentimento indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 15-36.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992, p. 39-62.

SINGLETON, T. **The Archaeology of the African Diaspora in the Americas**. Texas: Society for Historical Archaeology, 1995.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1963.

SYMANSKI, L. C. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: Morales, W. F.; Prado, F. M. (Org.). **Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural**. São Paulo: Annablume/Acervo, 2009.

SYMANSKI, L. C. P.; ZANETTINI, P. Encontros culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do Vale do Guaporé. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 90-123, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11889>. Acesso em: 13 abr. 2022.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

TRIGGER, B. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus editora, 2004.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. A. El sur por el sur: una revisión sobre la historia e el desarrollo de la Arqueología Histórica en América Meridional. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 15-47, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11930>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. **Arqueologia da sociedade modernana América do Sul. Cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, Colección Científica, 2002.

ENTREVISTAS CONCEDIDAS

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Entrevista I. [jan. 2023]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2023. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

MARQUES A, Julia Pereira Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

MARQUES B, Maria Pereira. Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

SANTOS, Nailde Marques dos. Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

MARQUES C, Raimundo Nonato Pereira, Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

MARQUES D, Raimundo Pereira, Vêi Dico. Entrevista I. [jan. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

MARQUES E, Regina dos, Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

MARQUES F, Raimunda Pereira I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

BORGES, Ayla Marques dos Santos I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

SANTOS A, Carmelita Pereira. Entrevista I. [jan. 2023]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2023. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

SANTOS B, Eletícia dos Santos Entrevista I. [dez. 2023]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2023. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO**COMUNIDADE LAGOAS DAS EMAS - SÃO RAIMUNDO NONATO – PIAUÍ****DADOS DOS ENTREVISTADO**

NOME COMPLETO: _____

IDADE: _____ NATURALIDADE: _____

NOME DO PAI: _____

NOME DO MÃE: _____

NOME DO CONJUGUÊ, SE TIVER: _____

IDADE: _____

NOME DOS FILHOS: _____

IDADE: _____

PERGUNTAS PESSOAIS**1ª- VOCÊ SEMPRE RESIDIU NA COMUNIDADE DA LAGOA DAS EMAS?**_____
_____**2ª CASO NÃO? QUAL É A SUA NATURALIDADE? HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ RESIDE NA COMUNIDADE DAS LAGOAS DA EMAS?**_____

_____**3ª- QUAL É SEU O GRAU DE INSTRUÇÃO?**_____

_____**4ª- VOCÊ MORA SOZINHO(A) OU COM SUA FAMÍLIA?**_____

_____**5ª- VOCÊ GOSTA DE MORAR NA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS? POR QUE? QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS?**

6ª- VOCÊ EXERCER ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA NO LOCAL OU É PENSINONISTA OU APOSENTADO?

PERGUNTAS RELACIONADAS A PRÁTICA

7ª- QUEM ENSINOU A SENHORA ENSINOU A PRÁTICA DA REZA?

8ª- SE FOR SUA MÃE, IRMÃO OU TIA? QUEM ENSINO À ELAS? DE ONDE ESSA PRÁTICA?

9ª- QUAL É A IMPORTÂNCIA DAS REZAS PARA VOCÊ? PARA SUA COMUNIDADE?

10ª- A SENHORA ESTÁ TRANSMITINDO PARA ALGUÉM A PRÁTICA DE REZAR?

11ª- QUAL É A FREQUÊNCIA QUE A SENHORA FAZ SUAS REZAS? QUEM SÃO AS PESSOAS QUE PROCUARAM A SENHORA?

12ª- COMO A SENHORA SE SENTE REALIZADA A PRÁTICA DE REZAR? É IMPORTANTE PARA A SENHORA? QUAIS SÃO SEUS SENTIMENTOS

13ª- QUAL É A FREQUÊNCIA QUE A SENHORA FAZ SUAS REZAS? QUEM SÃO AS PESSOAS QUE PROCUARAM A SENHORA?

14ª- AS REZAS QUE A SENHORA UTILIZA SÃO DE SUA AUTORIA OU DE OUTRAS PESSOAS QUE ENSINARAM A SENHORA?

15ª- A SENHORA CONSIDERA UM PATRIMÔNIO (LEGADA PARA A PROXIMA GERAÇÃO) A PRÁTICA DA REZAS?

16ª- OUTRA INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA SEREM REGISTRADAS:

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

MARQUES A, Julia Pereira Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3.

Julia Pereira Marques (Aposentada, 70 anos)

Nasceu na comunidade Lagoinha dos Macários em 1953, estudou até a quarta série do ensino fundamental menor. De acordo com a senhora Julia.

“Essa terra meu pai comprou ela com ajuda de um filho que ele tinha chamado de (Miguel), esse filho que morava em São Paulo, mandou um dinheiro pra ele dizendo que esse dinheiro se meu pai pudesse era pra comprar um pedacinho de terra. Aí ele meu pai trabalhou interou e comprou”.

A gente sabia que meu irmão era doente (Miguel), a última carta que ele mandou já veio de um hospital de lá, e dizia que ele não tava mais bem, e essa carta foi entregue a meu pai (Derré), nesse tempo as pessoas escrevia assim e uma pessoa de São Raimundo Nonato recebia em seu endereço e entregava para a família. Essa carta veio para a casa do Pedro Macário.

“Meu pai veio da Lagoinha dos Macários aqui num tinha nada, eles vieram e arrancharam aí debaixo de uma árvore com os filhos, porque eles não tinham nada, umas panelinhas, umas coisinhas sem valor, pelo o que meus irmãos contavam eles trabalhavam muito, mas era só pra ter o que comer. Já comprava o patrão, o que eu considero tipo escravidão, porque eles traziam um feijão, uma farinha ou uma gordura”.

Dessa terra toda é que vive todo mundo, meu irmão Raimundo ainda ganhou uma terra de um fazendeiro seu Manoel Baldoino dono da fazenda Recreio, isso porque seu Baldoino já tava velhinho e os filhos dele disseram que era pro Raimundo ficar cuidando de seu Baldoino, prestando atenção nele, até ele não poder mais ficar na fazenda Recreio. Aí meu irmão adquiriu essa terra assim, uns 10 hectares, que fica aqui junto com a terra de meu pai (Derré).

Minha mãe festejava, eu me lembro que os vizinhos vinham mais de longe e era muito bom, ela festejava durante o dia, minha mãe festejava nove dias e no derradeiro dia, era no dia 31 de maio.

Esse pote que era de minha mãe é muito velho, minha mãe que fez, mas ele ta todo quebrado já, mas eu ainda tenho ele. O pote quando ta muito velho a gente vai e queima de novo, deixa ele ficar bem sequinho e pega umas coisinhas de umburana seca e queima de novo, esse pote não foi mais queimado, porque já foi queimado umas poucas de vez e enfraqueceu, ele é muito velho.

Das lagoas eu me alembro que eu conhecia muito as lagoas, porque as meninas saiam pra ir lavar pano lá, por causa dos lajedos que tinha, me lembro que entre a Lagoa do Boi e a Lagoa da Redonda, tinha uma cerca de pedra e eu conheci. Não sei porque essa cerca foi caindo, e eu não sei como é que fazia que encaixava as pedras altas, como quem ali foi apontado para cercar aquela lagoa, mas só fizeram de um lado.

La na Lagoa Véa, eu conhecia muito a pedra do sino, a gente batia muito nela, ela dava um tinido, conforme a batida que a gente desse nela, ela num era grande não, a cor dela era tipo cor de lajedo mesmo. Ela apartou no meio, porque toda vez que eu passo, eu vou reparar lá, aquela pedra, onde tinha uns desenhos la, era como se ali tivesse mole e fizeram aqueles desenhos com o dedo, tinha uma cruz, uma roda como um sol, a derradeira vez que eu passei lá eu ainda fui lá caçar ele, um rastinho como se fosse de gente.

Quando as mulher tava lá lavando roupa a gente se banhava muito, pescava, mas a pescada não dava muito não, buscava água pra fazer tudo, pra beber, eu busquei água até na Lagoinha dos Macários e no Boi Morto, o que hoje é um balde naquele tempo era uma lata, porque a água que a gente trazia era pouca.

A igreja é muito importante, por causa das reuniões com as pessoas, mas o padre daqui muitas vezes não quer vim, porque nós somos tão fracos que não damos as condições que ele quer, num gera muito dinheiro na igreja, porque muitas vezes num faz nem o dinheiro da gasolina pra ele vim.

A escola, eu vim conhecer um colégio já depois de velha, e por isso é muito importante, aqui merecia um posto de saúde, uma comunidade como essa, a atual gestão não dá assistência a comunidade, nem na saúde, na educação, eu acho que é porque nós somos pobre, é um direito que tá sendo tirado.

SANTOS, Nailde Marques dos. Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3.

Nailde Marques dos Santos, (agricultora, 50 anos)

De acordo com a senhora Nailde Marques, a energia elétrica chegou a comunidade através da associação dos moradores e o programa PCPR. Para ela a comunidade começou a ter assistência quando começou a chegar as primeiras cisternas com a Caritas Diocesanas em 1997, com isso as famílias da comunidade precisariam se capacitar com a mão de obra. A Caritas, prestava assessoria técnica, em seguida o projeto Dom Helder, em seguida veio várias outras parcerias com a associação, universidades e colégios. Aqui na comunidade a fome diminuiu após a assistência do governo, pois só com o trabalho não era possível a gente viver.

Pelas histórias que eu sei e que eu via contar é que as famílias que moravam na fazenda São Victor eram escravizadas, não sei o nome do fazendeiro. Mas é porque as pessoas moravam lá nessa fazenda e só trabalhavam pra comer mesmo, eram escravizados mesmo.

Minha mãe (Raimunda) ela festejava o coração de Maria, festejava porque era um festejo que a mãe dela fazia, ai quando a minha vó Maria faleceu deixaram de festejar esse novenário, e anos depois a minha mãe voltou a festejar, ai fazia a novena aqui na frente da casa, na verdade era até outra casa, mas ai depois construíram essa casa, mais na frente um pouquinho, ai ela continuou fazendo esse novenário por muitos anos.

Eu praticamente nasci e me criei aqui, fui embora pra cidade e voltei em 1995 para a comunidade, quando eu cheguei minha mãe Raimunda, sempre tava dando início e eu vi que era uma causa importante e que a gente precisava abraçar e achei boa, quando vi eu já tava envolvida e hoje eu acho que tô e sou uma das pessoas mais envolvidas dentro da igreja, eu mesma é quem faço a organização da novena aqui na comunidade.

Hoje em dia tudo que a gente vai fazer, precisa do comodato da terra, e eu acredito que com tanta gente que tem, quase 200, com 100 hectares de terra a terra não dá pra repartir, porque é mais gente do que terra, aí quando a gente precisa de uma declaração da terra que a gente vê a comparação.

Uma das principais conquistas para a preservação do patrimônio local, foi a construção do ponto de cultura que também vai ser a sede da associação local, pra guardar os registros da comunidade. O ponto de cultura foi um benefício para a comunidade, foi o pessoal do colégio Santa Cruz de São Paulo que fez a doação do material e a comunidade ajudou com a construção de forma comunitária.

A comunidade tem uma rota de turismo que foi um incentivo da professora do IFPI, mas atualmente a comunidade ainda não possui estrutura pra levar isso adiante, falta divulgação e ajuda dos órgãos responsáveis pelo turismo aqui na comunidade.

Quando chovia, naquela época, nas primeira chuva a gente saia daqui com a trouxa na cabeça. Minha mãe, era todo mundo, todo mundo ia lavar roupa era lá nas lagoas, aquelas pedronas lá, a quiboa era o sol mesmo, e a gente ensaboava bem os panos e botava lá pra desencardir naturalmente.

MARQUES C, Raimundo Nonato Pereira, Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice

Raimundo Nonato Ferreira Marques, (pedreiro 50 anos)

De acordo com o senhor Raimundo Nonato, a frequência do padre frequentar a comunidade está ausente.

A casa de farinha é uma importância sem medidas, porque no tempo da mandioca gera muitos benefícios, a farinha a tapioca o cascalho que serve de ração para os animais. Devido à falta de chuva nos últimos anos, as pessoas pararam com as plantações de mandioca, em 2021 foi que retornou a pratica aqui na comunidade.

Atualmente os oradores se reuniram e construímos uma nova casa de farinha aqui na comunidade, essa casa de farinha fica ali na casa do Raimundo do Derré. Na época da colheita das plantações de feijão, milho e mandioca é muito bom as farinhadas aqui na comunidade na casa do Raimundo do Derré.

Eu acho que o que é mais importante ser mantido aqui na comunidade é a amizade o respeito e as outras coisas vem depois. Os encontros aqui na frente da casa dona Raimunda, aqui na frente da casa da tia Raimunda é o ponto estratégico para para manter a união das pessoas conversando, dialogando, eu acho que essas rodas de conversas e o que faz o diferencial até hoje, porque essas rodas vêm de muito tempo, desde quando se ascendia uma fogueira para a gente conversar ao redor.

Eu dei a ideia de que tinha que ter alguma coisa, de construir a igreja, com a coragem e com vontade, a comunidade se juntou e juntos construímos com ajuda de outras pessoas, mas a mão de obra foi toda da comunidade.

Eu tenho uma queixa de que as pessoas vêm aqui na comunidade, a gente conversa o dia todo, ai quando elas pegam o que querem, nunca mais voltam aqui na comunidade para mostrar os resultados.

As lagoas aqui das Zemas, foi quando começou vim os primeiros moradores pra cá, já vinham pro redor das lagoas, ali é praticamente o início de tudo, que é onde tinha água que é o necessário. Eu lembro que eu sempre admirei a o formato das pedra, como elas foram colocadas, os detalhes de pedras desenhadas, eu achava muito bonito, além da água pra beber, pra lavar, pra trabalhar com a mandioca, que a gente colocava a mandioca dentro dos caldeirões de pedra pra pubar, pra fazer a farinha de

puba, a gente carregava a mandioca no lombo do jumento em uns iaô aqui pra casa de farinha.

MARQUES B, Maria Pereira. Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3.

Maria Pereira Marques, (Aposentada, 92 anos)

Pra dizer bem nós quem formamos esse povoado aqui, meu pai comprou essa glebinha de terra. Nós morava na Lagoinha dos Macários, quando nós chegamos aqui não tinha nada, nada, nada. Nós viemos por um carreiro véi do Recreio pra cá, aí arranchamos aí debaixo de um pé de umburana e folha miúda. Essa terra que nois mora, era de meu pai, ele comprou do véi Manoel Baldoino, que incentivou ele a comprar, porque ele disse que os filhos de meu pai ia crescendo era bom ele ter uma terra pra poder trabalhar. Aí meu pai disse que não podia comprar, mas seu Manoel disse: Eu compro a terra pra você. Era só uma nesga de terra que tinha de sobra, aí o agrimensor mediu a terra, seu Manoel comprou a terra pra meu pai, pagou e tirou a escritura. Mas nós pagamos ela foi com muito sofrimento, foi sofrido. Trabalhamos na roça como se fosse homem.

Meu pai ia derrubar a roça de seis tarefas, mais o Pedro meu irmão de machado e nois mulher ia tirar a madeira de dento dos garranchos, até que chegou o ponto de botar fogo. Quando botamos fogo, fomos cercar as roças todinha, era pra entregar pela porteira, no jeito de plantar. Foi muito sofrimento, comida a gente não tinha, tinha vez que que a gente comprava um pedaço de rapadura a ele Baldoino mesmo, a gente não podia comprar todo dia. Aí quando não tinha o que comer a gente trabalhava um pedaço e ia caçar no mato, abelha, teiú e peba. Seu Manoel não dava comida a gente e nois não tinha nada, mas Deus é um pai bom! Que foi indo até que Deus liberou nois desse sofrimento.

Quando chegamos passamos a seca no sol, depois meu pai fez uma casinha de palha, ele fez a casinha, quando vinha chuva nois se embolava tudo, nós corremos muitas vezes com a irmã mais nova nos braços pra fazenda Recreio quando vinha chuva, pra não deixar ela se molhar e minha mãe ficava aí mais meu pai, depois de muito tempo meu pai fez uma casa de tijolo com dois vãos. Na seca meu irmão Pedro saía pra caçar, atirava em veado, mas a espingarda não era dele, toda vez a gente tinha que dividir a caça com o dono da espingarda.

No tempo que nós chegamos aqui era bom, porque meus irmãos moravam tudo aqui. A lagoa véa eu conheço demais, eu conheço tudo aquilo, ali tem uns desenhos que parece que foi quando fizeram os lagedos deixaram ali.

Hoje não existe mais a antiga casa de farinha, até ano passado tinha aquela coxa que o Zé preto marido da Raimunda fez pra botar tapioca, até essa eles desmancharam. Fosse comigo aquela ali não tinham desmanchado não. Eu me lembro dessa casa de farinha desde quando começaram a fazer, nois trabalhando muito. Eu mais a Nega levantava de madrugada para buscar água pra coar a tapioca, coava pra poder ir raspar a mandioca, e era tanta tapioca que não tinha quem desse conta. A gente dava a tapioca pro povo, porque de primeiro num dava dinheiro, quando gente pobre tem as coisas num dá dinheiro não. No tempo dessa casa de farinha meu pai (Derré) ainda era um velho trabalhador, ele era um velho forte.

Eu lembro que quando eu era criança a minha mãe já festejava na frente da casa dela, e aí ela já festejava porque era um festejo que a mãe dela fazia, festejava o sagrado coração de Maria, aí quando faleceu, deixaram de festejar, aí muitos anos depois a Raimunda minha irmã voltou a festejar

Depois que meu pai construiu a outra casa que minha mãe começou a rezar o terço no dia primeiro de maio, aí vinha um bucado de gente no dia 31, de todo lado, quando podia a gente dava um café depois da reza, a gente rezava meio dia para o sagrado coração de Maria. Nesse tempo o povo sabia rezar, o canto que eu mais gostava era o bendito, aí as pessoas dizia tira o bendito aí.

“Louvemos todos, louvemos! Louvemos com alegria o coração de Jesus e o coração de Maria. Que vós sois rainha dos anjos e, do mundo sois alegria é fonte de toda virtude o coração de Maria”.

Vazia de barro minha mãe fazia, eu pelejei pra ficar com um pote dela, mas a Doreza (Júlia), minha irmã pegou. Tinha sido minha mãe que tinha feito, eu o tempo todo andava com ele guardado por lembrança e ela me tomou. Pra mim esse pote era muito importante

Meu pai era do São Victor e minha mãe aqui das Lagoas, minha mãe rezava no mês de maio, ela gostava muito de rezar, todo mês ela rezava um terço na casa de um dos filhos.

MARQUES E, Regina dos, Entrevista I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3.

Regina dos Santos Marques, (Agricultora, 45 anos)

As rodas de conversa aqui na comunidade é muito importante, porque as pessoas se reúne, assim como os festejos. Eu via muito a minha vó rezar, mas mode eu puxar um bendito eu não consigo sozinha, acompanhar eu acompanho, mas puxar eu não sei. Mas minha mãe ainda sabe os benditos, cada santo tem um bendito.

Nas lagoas, nós lavava roupa lá nos lajedos, era muito movimento, e ai nos daqui e das outras comunidades se reunia pra lavar as roupa encima dos lajedo, nas primeiras águas.

MARQUES F, Raimunda Pereira I. [dez. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1 arquivo .mp3.

Raimunda Pereira Marques, (Aposentada, 95 anos)

Quando eu vi pra cá, nós já era criado, eu vim com meu pai, eu era menina. Trabalhava na roça com meu pai, a vida era difícil, só era mais fácil quando se plantava feijão. As coisas era só pra comer mesmo.

Minha mãe herdou essa novena da mãe dela, minha mãe foi quem ficou com festejando e eu levei pra frete o festejo de coração de Maria, eu sei as reza tudim do coração de Maria, eu sei as rezas tudim do coração de Maria, as rezas são compridas, a gente rezava o terço e rezava as rezas cantadas. Sempre foi nove dias terço, dia 31 de maio era o último dia.

As mandiocas nós fazi aqui, tinha a roda pra puchar, tinha que ser dois pra poder puchar a roda, pra moer a mandioca, as mulher exprimia a massa e raspava a mandioca. Tinha que se a mandioca fosse meia crescida, era uma semana de trabalho, as vezes até mais, dependia do tanto da mandioca, porque arrancava seis cargas por dia, agora q mandioca tá escassa, porque o povo não quer mais plantar.

Seu Balduino, ajudava a gente, porque trazia as coisas da cidade pra vender pra gente, porque pra comer a gente tinha de caçar no mato, os homens e a mulher também.

MARQUES D, Raimundo Pereira, Vêi Dico. Entrevista I. [jan. 2022]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2022. 1

Raimundo Pereira Marques, (Aposentado, 81 anos)

De acordo com relato do senhor Raimundo Marques, a fazenda Recreio pertencia a um senhor chamado Norberto Macêdo e seu Baldoino comprou a área de terra.

Quando nós chegamos aqui em 1953, aqui nas Zemas, só tinha cascavel, onça e tatu, num tinha nada. No primeiro dia que chegamos aqui em 20 de julho de 1953. É menino nós sofremos, tinha que buscar água longe, lá no Boi Morto. A primeira casa que meu pai fez foi de taipa, coberta com palha de carnaúba, era bem ali perto de onde hoje é o colégio.

A minha casa já é construída na terra que era de seu Baldoino, quando eles me deram eu construí essa casinha, eu posso dizer que eu era de dentro da casa de seu Baldoino, porque eles gostavam muito de mim.

As brincadeiras que tinha era de matar passarinho com badogue, que é um arco do mesmo formato que um arco de flecha, só que joga é uma pedra, é do mesmo jeito daquele que índio usa, só que invés da flecha usa a pedra.

Seu Hilton, genro de seu Baldoino, quando ficou responsável pela fazenda, era mais crespo pra deixar a gente acessar as terras. Aqui teve dois homens mais fortes de condições que era o seu Manoel Baldoino e o seu João Macário, tudo eram pessoas boas.

SANTOS A, Carmelita Pereira. Entrevista I. [jan. 2023]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2023. 1 arquivo .mp3.

Carmelita Pereira dos Santos, (Aposentada, 78 anos)

Essas rezas desses benditos foram deixados por minha mãe Alzira, minha mãe sabia essas rezas porque a mãe dela ensinou. Minha tia também rezava, mas a mamãe ensinou pra nós, minha mãe me deu o santo São Salvador, ela me deu ele ´pra festejar, eu ainda disse que não queria, mas ela disse você é quem sabe se não festeja ele, ai a gente festeja ele todo dia 25 de dezembro.

Tinha uma oração a oração do sonho de nossa Senhora, que é uma oração poderosa, quem sabe ela, sabe o dia que vai morrer, essa oração é uma reza dita. Mas hoje os mais novos não querem aprender rezar não. Quando eu tô rezando meu coração fica alegre, com essas rezas.

Mas nós sofremos, bebíamos era só puro mijo de sapo, da água da lagoa véa, a pedra do sino que é na lagoa véa, nós batia nela era só por achar bonito, por achar bom. Ainda hoje tem vez que nós vamos lavar roupa lá nas Lagoas, no inverno, na lagoa da redonda que é bom, porque é bom lavar roupa no lajedo de pedra.

A mamãe cantava o canto da esmola e nós não canta mais, ela fez uma promessa pra São Salvador de cantar todos os anos, pra poder pagar a terra cantando com a esmola que era ofertada para o santo São Salvador.

Meu pai empreitava era de 10 a 15 tarefas pra nós ir trabalhar, ele trabalhava muito pro véi Baldoino. O seu Baldoino foi quem fez nós ainda sofrer, porque nós não tinha nada, ai ele tinha as roças de mandioca no Boi morto, ai meu pai morava nas terras do Baldoino, aí ele botou meu pai pra fora, só porque ele um dia não foi trabalhar, porque tava doente, ai o seu Baldoino mandou chamar ele lá e ai mandou ele sair das terras dele, que era pra ir embora.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Entrevista I. [jan.. 2023]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2023. 1 arquivo .mp3.

Maria Aparecida dos Santos Ferreira, (Aposentada, 65 anos)

Nós viemos pra cá foi dentro de uns aiô, mas foi sofrimento nesse tempo que nós chegamos aqui, foi muito sofrimento pra mamãe criar nós. Ela saia pro cerrote pra trabalhar, quando voltava era com um pratinho de farinha, a gente arrancava macambira, pra poder trocar por comida, um pratinho de feijão ou farinha. Era mucunã, lavava em nove águas, torrava, descascava e pisava e cessava em um pano. Pra tirar só o pozinho e colocar pra secar pra comer a massinha, as vezes fazia o grolado pra comer.

Nós tinha vergonha do povo vê a gente catando mucunã. Ai uns tempos desses a agnet começou a sair e andar nesses evento no mei de gente grande e queria era ver eles almoçar primeiro que nós, nós ficava era em hotel, era nós em primeiro lugar.

SANTOS B, Eletícia dos Santos Entrevista I. [dez. 2023]. Entrevistador: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro. São Raimundo Nonato, 2023. 1 arquivo .mp3.

Eletícia dos Santos Marques, (Aposentada, 58 anos)

A senhora Eletícia relata que seu pai Juvelino morava na terra de seu Baldoino na comunidade Boi Morto, e no tempo seu Baldoino chamou o papai pra ir trabalhar e o papai adoeceu dos dentes e não pode ir trabalhar, aí seu Manoel veio na casa do papai e marcou o dia e a hora dele sair da terra. Como ele não tinha pra onde ir, sem saber pra onde ir, minha mãe Alzira, fez uma promessa pra o santo São Salvador, pro papai achar quem vendesse nem que fosse dois hectares de terra pra eles poder colocar os filhos.

Aqui era um cerrado tão fechado, não tinha nada, mas aqui tem coisas do tempo do cativo, tem uma lagoa ali que tem cerca de pedra, tem tanque velho feito pelas mãos do homem e de barro amassado na paviola. Aquelas pedras foi tudo a troca de rei e de maus tratos, o cativo.

Seu Baldoino, fez um grande maltrato em mandar o papai vim embora, foi um maltrato que foi ruim e foi bom, porque se não fosse isso as vezes meu pai não tinha feito por onde comprar uma gleba de terra. Hoje nós temos contando vitória e temos orgulho de ser os negros quilombolas.

Minha mãe Alzira, nunca ninguém ensinou nada pra ela, ela não conheceu energia, nem nada de bom, ela nunca possuiu nada na vida, mas ela deixou uma herança muito boa pra nós, que foi esses benditos que é uma coisa muito importante.

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Julia Pereira Marques, nacionalidade brasileira, estado civil casada, portador da Cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº 5N, município de São Raimundo Nonato /Piauí. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na dissertação, intitulada “MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso” e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas, dia 11 de novembro de 2021

Julia Pereira Marques

(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Maíde Marques dos Santos, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, portador da Cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº. 5N, município de São Raimundo Nonato/Piauí. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **dissertação**, intitulada **"MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso"** e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) **home page**; (II) **mídia eletrônica** (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas, dia 30 de dezembro de 2022.

Maíde Marques dos Santos

(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato: (89) 98223-4640

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Raimundo Nonato Pereira Marques, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº. 50, município de São Raimundo Nonato /Piauí. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na dissertação, intitulada **"MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso"** e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas, dia 30 de dezembro de 2022

x Raimundo Nonato Pereira Marques
(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Raimundo Pereira Marques, nacionalidade brasileira, estado civil viúvo, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº. 501, município de São Raimundo Nonato /Piauí. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na dissertação, intitulada "**MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso**" e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (i) home page; (ii) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos de veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas, dia 30 de dezembro de 2022

*Raimundo Pereira Marques

(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Regina dos Santos Marques, nacionalidade brasileira, estado civil separada, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº. 5A, município de São Raimundo Nonato - PI. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **dissertação**, intitulada **"MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso"** e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas dia 30 de dezembro de 2022

Regina dos Santos Marques
 (Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Ayla Marques dos Santos Borges, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, portador da Cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº 51, município de São Raimundo Nonato /Piauí. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na dissertação intitulada "MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso" e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas dia 30 de dezembro de 2022

Ayla Marques dos Santos Borges
(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato: (89) 98336-7966

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Elétrica dos Santos Marques, nacionalidade brasileira, estado civil casada, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº. S/N, município de São Raimundo Nonato/Piauí. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **dissertação**, intitulada **"MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso"** e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas, dia 12 de januário de 2023.

Elétrica dos Santos Marques
(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

UNIVERSIDADE FEDERAL VALE DO SÃO FRANCISCO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Maria Afrocida dos Santos Ferreira, nacionalidade brasileira, estado civil viúva, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua Lagoa das Emas, nº. SN, município de São Raimundo Nonato /Piauí. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **dissertação**, intitulada **"MEMÓRIAS, LUGARES E HISTÓRIAS: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso"** e também nas peças de comunicação que será apresentação, na Universidade Federal Vale do São Francisco. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Lagoa das Emas dia 12 de Janeiro de 2023.

Maria Afrocida dos Santos F.

(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

ANEXO A – CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE IMÓVEL

PODER JUDICIÁRIO
Estado do Piauí
Comarca de São Raimundo Nonato
Cartório do 1º Ofício e Notas



Abmervál Gomes Dias – Tabelião Público

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE IMÓVEL

Certifico a requerimento verbal que revendo neste Cartório de 1º Ofício nesta cidade e Comarca de São Raimundo Nonato; O LIVRO REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO GERAL, LIVRO 3-C Transcrição das Transmissões, às fls 111, consta o seguinte: NÚMERO DE ORDEM E O DA TRANSCRIÇÃO ANTERIOR. 4.095. DATA: 12 de Setembro de. 1953. CIRCUNSCRIÇÃO. São Raimundo Nonato, Piauí. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO. Fazenda São Vitor. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Cem hectares de terra correspondentes a uma posse do valor primitivo de cinco cruzeiros, (cr\$5,00) incravadas na gleba São Vitor, da fazenda do mesmo nome neste município, extremando para o Nascente, com terras Manoel Baldoino de Castro, e passa os demais lados com terras dos ausentes. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE. José Pereira Bonsolho, domiciliado neste município, lavrador. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE. Por arrematação. TÍTULO. Carta. FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO. Carta de arrematação datada de 5 de maio de 1953 feita pelo Escrivão José Licínio Silva. VALOR DO CONTRATO. Duzentos cruzeiros, (cr\$200,00). CONDIÇÕES DO CONTRATO. Dinheiro a Vista. S.R.Nonato, 12-9-1953. José Licínio Silva O Oficial. AVERBAÇÕES: Não consta.

Certidão de inteiro teor (pública forma) pela 1ª folha: R\$ 21,28 - FERMOJUPI: R\$ 4,26 - FMMP/PI: R\$ 0,53 - SELO: R\$ 0,26 - TOTAL: R\$ 26,33. SELO CERTIDÃO: AAO.25269.

SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, 12/06/2019.

Abmervál Gomes Dias



**ANEXO B – OFÍCIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO
RAIMUNDO NONATO - PI**

São Raimundo Nonato-PI, 31 de janeiro de 2023.

DE: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro

PARA: Secretaria municipal de saúde de São Raimundo Nonato

ASSUNTO: Instalação de uma UBS na comunidade Lagoa das Emas

Venho por meio deste, solicitar a realização de uma audiência com a secretária municipal de saúde de São Raimundo Nonato, TALLITA OLIVEIRA MEDEIROS, para discutir a possibilidade de implantação de uma UBS na comunidade Lagoa das Emas, onde há uma população idosa, adultos, jovens e crianças, que necessitam um atendimento de saúde básico.

Atenciosamente,

RECEBIDO
EM 04/02/23
POR Joana

**ANEXO C – OFÍCIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO
RAIMUNDO NONATO - PI**

São Raimundo Nonato-PI, 31 de janeiro de 2023.

DE: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro

PARA: Secretaria municipal de Educação de São Raimundo Nonato

ASSUNTO: Instalação de turmas do EJA e cursos profissionalizantes na Escola José Pereira Bons Olhos, comunidade Lagoas das Emas

Venho por meio deste, solicitar a realização de uma audiência com a secretária municipal de educação de São Raimundo Nonato, NAILER GONÇALVES DE CASTRO, para discutir a possibilidade de implantação de turmas do EJA e cursos profissionalizantes na Escola José Pereira Bons Olho, na comunidade Lagoas da Emas.

Levando em consideração a presença de adultos e idosos sem terem concluindo o processo escolarização e a necessidade de qualificação profissional para os moradores do local, conseguirem gerar emprego e renda.

Atenciosamente,

RECEBIDO
09.02.2023
forab
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO D – OFÍCIO PARA AGESPISA DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI

São Raimundo Nonato-PI, 31 de janeiro de 2023.

DE: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro

PARA: Agepisa de São Raimundo Nonato

ASSUNTO: Solicitação de uma audiência para a realização de um estudo para instalação de um sistema autonomo de abastecimento na comunidade Lagoa das Emas.

Venho por meio deste, solicitar a realização de uma audiência com o responsável pelo abastecimento de água da Agepisa, no município de São Raimundo Nonato, no sentido de solicitar uma audiência para a realização de um estudo para instalação de um sistema autonomo de abastecimento na comunidade Lagoa das Emas, levando em consideração as necessidades dos moradores locais, em especial, o abastecimento de água.

Processo em 09/02/2023

Águas e Esgotos do Piauí S/A Agepisa

[Assinatura]
Adm Kleber J. S. Cordeiro Mat. 2191-9
Gerente Unid. Rec. São Rdo. Nonato

**ANEXO E – OFÍCIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE SÃO
RAIMUNDO NONATO -PI**

São Raimundo Nonato-PI, 31 de janeiro de 2023.

DE: Katia Milene Ferreira dos Santos Castro

PARA: Secretaria municipal de turismo de São Raimundo Nonato

ASSUNTO: Solicitação de apoio técnico e pedagógico para a implantação de um roteiro turístico quilombola na microrregião de São Raimundo Nonato.

Venho por meio deste, solicitar a realização de uma audiência com a secretária municipal de turismo de São Raimundo Nonato, ISADORA MANUELA CRISTOVÃO DE CASTRO MENEZES, para solicitar o de apoio técnico e pedagógico para a implantação de um roteiro turístico quilombola na microrregião de São Raimundo Nonato, no sentido de garantir a geração de emprego e renda para os moradores locais.

*Recebido 09/02/2023
Marianny Galvão de Negreiros.*

ANEXO F – PLANTA BAIXA DO PONTO DE CULTURA

